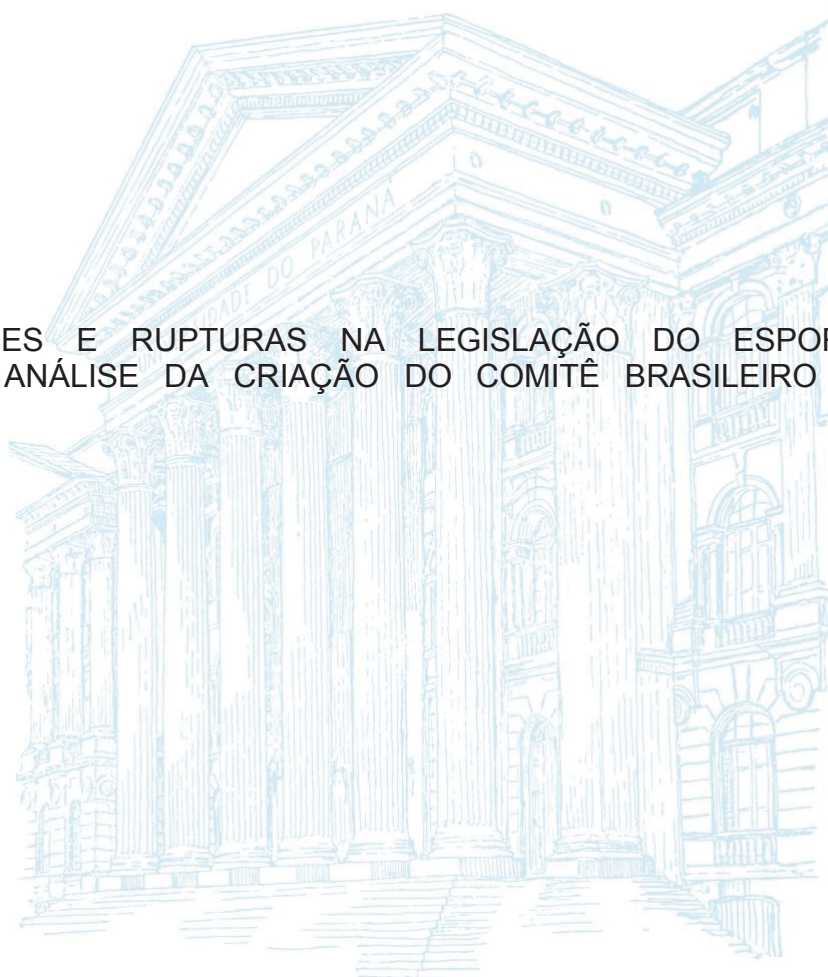


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANO ISRAEL CAETANO

CONTINUIDADES E RUPTURAS NA LEGISLAÇÃO DO ESPORTE
BRASILEIRO: ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO DE
CLUBES



CURITIBA
2020

CRISTIANO ISRAEL CAETANO

CONTINUIDADES E RUPTURAS NA LEGISLAÇÃO DO ESPORTE
BRASILEIRO: ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO DE
CLUBES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli.

CURITIBA
2020

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas
(Giana Mara Seniski Silva – CRB/9 1406)

Caetano, Cristiano Israel

Continuidades e rupturas na legislação do esporte brasileiro: análise da criação do Comitê Brasileiro de Clubes. / Cristiano Israel Caetano. – Curitiba, 2020.

171 p.: il.

Orientador: Fernando Renato Cavichioli

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes - Legislação - Brasil I. Título II. Cavichioli, Fernando Renato III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (22. ed.) 344.099

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CRISTIANO ISRAEL CAETANO** intitulada: "**CONTINUIDADE E RUPTURAS NA LEGISLAÇÃO DO ESPORTE BRASILEIRO: ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES**", sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO RENATO CAVICHIOILLI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Fevereiro de 2020.



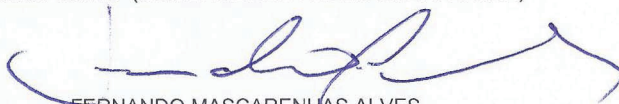
FERNANDO RENATO CAVICHIOILLI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



MARCELO MORAES E SILVA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



FERNANDO MASCARENHAS ALVES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Dedico esta dissertação aos meu pais José e Marly, pessoas humildes, porém, que desde pequeno ensinaram aos seus filhos valores que me são muito caros, como a importância do estudo, o trabalho duro e o amor incondicional. Também dedico a minha esposa Hallyne e filha Eduarda, por toda paciência durante este período turbulento.

AGRADECIMENTOS

A DEUS pelo privilégio da vida;

Ao Professor Dr. Fernando Renato Cavichioli, pela especial confiança depositada em seu mestrando, pelos ensinamentos, pela dedicação em me orientar, e mais do que isso, pelo carinho, humanidade e tratamento que oferece aos seus orientandos, nos abraçando como seus filhos;

Ao Professor Dr. Marcelo Moraes e Silva de inteligência e dedicação invejáveis, corredor, pai, esposo, um valioso amigo, obrigado por tudo;

Ao Professor Dr. Fernando Mascarenhas Alves por aceitar o convite para participar da minha qualificação bem como defesa;

Ao Rodrigo da secretaria do programa de pós-graduação, uma pessoa excepcional, sua serenidade oriental, sua eterna disponibilidade em atender a todos que vão lhe pedir socorro, e para mim, um grande amigo;

Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, em especial ao estimado “Grupo do Cavicca” (Rick, André, Emília, Isa, Carol, Mayara, Gustavo, Camile) uma rede de amigos que trago junto ao meu peito;

Aos amigos Rafael Gomes Sentone e José Francisco López-Gil, amigos mais chegados que um irmão, agradeço de coração por todo apoio;

Ao grande amigo Pedro Paulo Porto de Sampaio que sempre me incentivou na vida acadêmica e profissional, um abraço de coração;

A todos os demais familiares, amigos, colegas de trabalho, que em algum momento desta trajetória dirigiram uma palavra de apoio, um incentivo, uma troca de horário, para permitir que hoje o sonho se realize, especialmente ao Major Robson Alves um verdadeiro líder;

Aos colaboradores do Clube Curitibano e do Comitê Brasileiro de Clubes, sem os quais a pesquisa não seria possível;

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

“Não podemos encarar os seres humanos,
incluindo nós próprios, como unidades totalmente
autônomas”

Norbert Elias

RESUMO

O **objetivo** da presente dissertação foi identificar as relações de interdependência que conduziram às alterações legislativas responsáveis por transformar a Confederação Brasileira de Clubes no novo Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). A **metodologia** da pesquisa é classificada como do tipo descritiva, qualitativa, composta por observação de campo na subsede do CBC, análise de densa legislação, estatutos, jornais, revistas e periódicos históricos, notícias veiculadas pela imprensa, associado a 10 entrevistas semi-estruturadas realizadas com agentes e corpo técnico do CBC. Para o óculos teórico fora utilizado, essencialmente, conceitos descritos na Teoria Elisiana presentes nos dois volumes do Processo Civilizador, bem como, no capítulo denominado Teoria dos Jogos constante da obra Introdução a sociologia. Para o desenvolvimento, iniciando pela **introdução**, é repassada uma contextualização do sistema esportivo brasileiro com especial atenção para as respectivas divisões, subdivisões (hierarquia). O terceiro capítulo é dedicado a descrição minuciosa dos principais livros de Norbert Elias, utilizados para compreender a teoria e consequentemente o entrelaçamento com o fenômeno investigado. Na sequência, a dissertação efetiva uma retomada histórica do Clube Curitibano (até o surgimento do primeiro dispositivo esportivo) e o impacto atual na agremiação diante da criação do CBC. Em relação ao CBC, também é feita uma fita do tempo partindo das origens da entidade até as recentes transformações, seguida de uma exposição do funcionamento atual, alcançando, ao final do capítulo, um debate em relação as continuidades e rupturas identificadas. Os **resultados** da investigação indicam que relações de poder envolvendo o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), cumulada com a insatisfação dos clubes brasileiros responsáveis pela formação de atletas (86% dos que foram para as olimpíadas), conduziram o Comitê Brasileiro de Clubes a elevação de subsistema esportivo, angariando 0,5% dos prognósticos federais. O impacto esportivo carregado por esta mudança e o interesse público, podem ser apreciados pelo fato de até o momento já serem aprovados 162 projetos os quais contemplam 123.377 atletas até o ano de 2.020, com um desembolso de mais de R\$ 370 milhões. O Clube Curitibano, um dos contemplados, além da aquisição massiva de equipamentos de ponta para formação de atletas, montou equipe disciplinar com 34 profissionais que atuam no vôlei, tênis, badminton, golfe, basquete e natação, viável graças ao convênio com o CBC. A investigação expõe o cenário político de 2011 em que um Ministro do Esporte era vocacionado para realização de projetos de cunho mais social e estava insatisfeito com a lógica de fortalecimento do COB. Ainda, a pesquisa identifica a permeabilidade da legislação esportiva brasileira, sujeita a alterações constantes e inopinadas. Por fim, a título de **considerações finais** sugere que novas pesquisas analisem o funcionamento de outros órgãos, a exemplo do COB e do CPB, bem como, avaliem o efeito da Lei Federal nº 13.756/2018 que alterou o formato de repasses, ampliando consideravelmente o rol de contemplados com as verbas extra orçamentárias.

Palavras-Chave: Esporte. Legislação. Comitê Brasileiro de Clubes. Continuidades e Rupturas.

ABSTRACT

The **aim** of this dissertation was to identify the interdependent relationships that led to the legislative changes responsible for transforming the Brazilian Club Confederation into the new Brazilian Club Committee (CBC). The research methodology is classified as descriptive, qualitative, consisting of field observation in the CBC sub-office, analysis of dense legislation, statutes, newspapers, magazines and historical periodicals, news published by the press, associated with 10 semi-structured interviews with CBC agents and staff. For the theoretical, essentially, concepts described in the Elisian Theory present in the two volumes of the Civilizing Process were used, as well as in the chapter called Game Theory contained in the book Introduction to Sociology. For the **development**, starting with the introduction, a contextualization of the Brazilian sports system is given with special attention to the respective divisions, subdivisions (hierarchy). The third chapter is devoted to a detailed description of Norbert Elias's main books, used to understand the theory and consequently the intertwining with the investigated phenomenon. Following, the dissertation makes a historic resumption of the Curitiba Club (until the appearance of the first sports device) and the current impact on the association before the creation of the CBC. In relation to the CBC, a time tape is also made from the origins of the entity until recent transformations, followed by an exposition of the current functioning, reaching, at the end of the chapter, a debate regarding the continuities and ruptures identified. The **results** of the investigation indicate that power relations involving the Ministry of Sport, the Brazilian Olympic Committee (COB), the Brazilian Paralympic Committee (CPB), combined with the dissatisfaction of the Brazilian clubs responsible for formation athletes (86% of those who went to the Olympic Games) led the Brazilian Clubs Committee to increase the sports subsystem, raising 0.5% of the federal prognoses. The sporting impact of this change and the public interest can be appreciated by the fact that so far 162 projects have been approved, covering 123,377 athletes by the year 2020, with a disbursement of over R \$ 370 million. The Curitiba Club, one of the winners, in addition to the massive acquisition of state-of-the-art athlete training equipment, has assembled a disciplinary team of 34 volleyball, tennis, badminton, golf, basketball and swimming professionals, thanks to an agreement with the CBC. The investigation also exposes the political scenario of 2011 in which a Minister of Sports was devoted to social projects and was dissatisfied with the logic of strengthening the COB. Still, the research identifies the permeability of the Brazilian sports legislation, subject to constant and unexpected changes. Finally, as final considerations, it suggests that further research should analyze the functioning of other bodies, such as the COB and CPB, as well as evaluate the effect of Federal Law No. 13,756 / 2018, which altered the format of transfers, considerably expanding list of recipients of extra budgetary funds.

Keywords: Sport. Legislation. Brazilian Clubs Committee. Continuities and Breaks.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRIMEIRA SEDE DO CLUBE CURITIBANO	57
FIGURA 2 - CAPA DO BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - Nº. 2	71
FIGURA 3 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO – ANO I - Nº 2	71
FIGURA 4 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - Nº 2	72
FIGURA 5 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO ANO I - Nº 3	74
FIGURA 6 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - Nº 4	75
FIGURA 7 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - Nº 4	76
FIGURA 8 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO II - Nº 10 ...	78
FIGURA 9 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO II - Nº 10 ...	78
FIGURA 10 - SEGUNDA SEDE DO CLUBE CURITIBANO	80
FIGURA 11 - TERCEIRA SEDE DO CLUBE CURITIBANO	81
FIGURA 12 - TERRENO - SEDE CAMPESTRE CLUBE CURITIBANO	82
FIGURA 13 - QUARTA SEDE DO CLUBE CURITIBANO	82
FIGURA 14 - MAPA ESTRATÉGICO DO CBC -2016/2020.....	101
FIGURA 15 - SÍMBOLO CBC	102
FIGURA 16 - EXPLICAÇÃO - SÍMBOLO - CBC	103
FIGURA 17 - LINHA CRONOLÓGICA - CBC	104
FIGURA 18 - DISPOSITIVOS VIRTUAIS - CBC	108
FIGURA 19 - ESTRUTURA CBC	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REPASSES - ÓRGÃOS ESPORTIVOS	116
QUADRO 2 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS NUMÉRICOS.....	117
QUADRO 3 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS ESPECÍFICOS	118
QUADRO 4 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS	119
QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS - LF N.º 13.756/2018.....	120
QUADRO 6 - VALORES COMPROMETIDOS E BENEFICIADOS	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BALANCETE CLUBE CURITIBANO - 1950.....	70
TABELA 2 - QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS - 1950	72
TABELA 3 - DESPESAS - TÊNIS - 1950	75
TABELA 4 - ENTIDADES DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	98

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ART. - Artigo

CF - Constituição Federal

CBC - Confederação Brasileira de Clubes ou Comitê Brasileiro de Clubes

CBI - Campeonato Brasileiro interclubes

CNE - Conselho Nacional do Esporte

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro

CBDE - Confederação Brasileira de Desporto Estudantil

CBDU - Confederação Brasileira de Desporto Universitário

DF - Distrito Federal

DR. - Doutor

ENADs – Entidades Nacionais de Administração do Desporto

EPD - Entidade de Prática Desportiva

EPDs - Entidades de Prática Desportiva

ERADs – Entidades Regionais de Administração do Desporto

ESPN – Entertainment and Sports Programming Network

PROF. - Professor

ME - Ministério dos Esportes

Nº - número

SNE - Sistema Nacional do Esporte

TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE SÍMBOLOS

© - copyright

@ - arroba

® - marca registrada

% - percentual

§ - parágrafo

§§ - parágrafos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA	22
1.2 PROBLEMA	22
1.3 HIPÓTESE	23
1.4 OBJETIVO GERAL	23
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
1.6 JUSTIFICATIVA	24
2 METODOLOGIA	25
2.1 RECURSOS	31
3 TEORIA ELISIANA	31
4 CLUBE CURITIBANO E O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES	51
4.1 CLUBE CURITIBANO	51
4.1.1 Importância da investigação histórica	52
4.1.2 Clube Curitibano – origens e transformações	55
4.1.3 Análises históricas	83
4.2 COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES – origens e transformação	84
4.2.1 Comitê Brasileiro de Clubes – funcionamento	90
4.2.2 Comitê Brasileiro de Clubes – fim das continuidades e rupturas?	115
4.3 CLUBE CURITIBANO - IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DO COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES	122
5 CONTINUIDADES E RUPTURAS - DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	128
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA GESTORES	159
APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA AGENTES	167
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	169

1 INTRODUÇÃO

O esporte no Brasil e os órgãos reguladores de seu funcionamento vêm passando por processos que ressignificam suas atuações. Nesse tocante as políticas públicas para o esporte materializadas por meios das leis, são gestadas por diferentes órgãos os quais atravessaram, conforme suporte da teoria configuracional de Elias (2001), por continuidades e rupturas, tal como identificaram Mascarenhas et al. (2017), Matias et al. (2015), Starepravo, Mezzadri e Marchi Júnior (2015), Cavazzoni, Bastos e Kurle (2010), França Júnior e Frasson (2010), ao realizarem reflexões que aproximaram as políticas públicas e implicações das leis que organizam a gestão do esporte no Brasil.

As pesquisas compreendem e pensam o esporte moderno, não apenas sob a perspectiva econômica, e sim, na análise de consolidação do Estado (monopólio da violência e dos tributos), do comportamento social, na apreciação das condições culturais, históricas, políticas, sociais, legislativas e administrativas (Martines e Mezzadri, 2007), quanto a existência de uma Rede Nacional de Treinamento direcionada a jovens talentos (Moraes e Silva, Mezzadri, Cavichioli, 2018), a distribuição geográfica de estruturas para a prática esportiva (Caregnato, Ordonhes e Cavichioli, 2018), o conjunto de investigações entendem que as pesquisas voltadas para as práticas esportivas devem ser suficientemente aprofundadas para entender os processos sociais complexos do esporte, assim como suas estruturas sociais mais amplas.

De acordo com Elias (1993), a sociedade está em um constante processo civilizatório, cego, dinâmico, não planejado, com longa duração, responsável por refrear os impulsos violentos dos indivíduos. O autodomínio, o crescimento do controle interno e externo para repelir a violência, gera tensões nos indivíduos as quais não são comuns no cotidiano.

Os autores supracitados compreendem e pensam o esporte moderno, não apenas sob o aspecto econômico, e sim, na análise de consolidação do Estado, isto é, a concentração do monopólio da violência e dos tributos a partir de um ente central o Estado, do comportamento social, na apreciação das condições culturais, históricas, políticas, sociais, legislativas e administrativas.

Nesse cenário e entendido como fenômeno social, está o esporte, investigado por Elias e Dunning (1992) por se constituir em um espaço para

sentir fortes tensões, um local em que é possível um descontrole controlado e uma libertação prazerosa das emoções, em certa medida aceita e tolerada pela sociedade.

Martines e Mezzadri (2007) entendem que as pesquisas voltadas para as práticas esportivas devem ser suficientemente aprofundadas para entender os processos sociais complexos do esporte, assim como suas estruturas sociais mais amplas.

Os países reconhecidos por se destacarem no cenário esportivo internacional agregam entidades responsáveis pela gestão esportiva, mediante projetos, legislações e princípios que ofertam parâmetros ao esporte de alto rendimento (HOULIHAN e GREEN, 2008).

Em nosso país, o Sistema Brasileiro do Esporte (Lei Federal nº 9.615/98 - conhecida como Lei Pelé) era constituído até o ano de 2018, pelo Ministério do Esporte (ME)¹, pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE), pelo Sistema Nacional do Esporte (SNE), além dos Sistemas Estaduais, Municipais e Distritais, atuando de forma autônoma e interligada.

Um complexo de organizações estão divididas em dois grandes grupos (governamentais e não governamentais). Dentre os governamentais encontramos o Ministério do Esporte (atual Secretaria Especial do Esporte), além das Secretarias Estaduais e Municipais. E de outro lado entidades não governamentais incentivadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o recém estruturado, Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), as três no plano federal, pelas Federações no campo estadual, e os clubes e associações esportivas na posição municipal, (BRASIL, 1998).

Enquanto o Ministério do Esporte é legítimo para desenvolver uma política nacional de esportes, com fomento à inclusão social, acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida, desenvolvimento humano e alto rendimento, o Conselho Nacional do Esporte é um órgão colegiado deliberativo, normativo e de assessoramento do esporte brasileiro, constituído por 22 representantes das diversas entidades governamentais e não governamentais, com importante papel introduzido pela Lei Federal nº 13.322/2016, na normatização antidopagem (BRASIL, 2017).

¹ Substituído pela Secretaria Especial do Esporte vinculada ao Ministério da Cidadania.

O Comitê Olímpico Brasileiro, entidade não governamental, com autonomia assegurada pela Constituição Federal brasileira, criado em 1914, se auto define como um dos líderes estratégicos do desenvolvimento do esporte de rendimento e alto rendimento, tendo como principal objetivo, ser o mentor do esporte junto a clubes, escolas, associações, estados e municípios, (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2017).

A principal fonte de recursos deste organismo provinha da Lei Federal nº 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva)², tal como desenvolveram análise dos autores MATIAS et al. (2015). Tal norma inicialmente previa o repasse de 2% do montante arrecadado em todas as loterias esportivas do país para o Comitê Olímpico Brasileiro e para o Comitê Paralímpico Brasileiro, na proporção de 85% para o Comitê Olímpico Brasileiro e 15% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Em face de alteração legislativa em 2015, o percentual passou para 2,7% dividido em 62,95% para o Comitê Olímpico Brasileiro e 37,04% para o Comitê Paralímpico Brasileiro. Somam-se a este montante, verbas oriundas de patrocinadores privados, doações e convênios com as três esferas do poder. Os dois comitês são obrigados a repassar 10% para o esporte escolar, 5% para o esporte universitário e 85% para o Fundo Olímpico (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB), 2017).

A configuração do esporte no país permanecia, aparentemente, estável já que: em uma vertente um órgão público, em sua concepção, responsável pela participação, educação e rendimento esportivo (BRASIL, 1988), entidade máxima com governança nos níveis federais, estaduais e municipais, e de outro, com igual gestão em todos os planos, os Comitês Olímpicos e Paraolímpicos. Todavia, retomando Elias (1980), as configurações não são planejadas nem totalmente programadas além de serem dinâmicas, motivos que conduziram a mudanças neste cenário.

Desta feita, as relações de poder, fizeram com que o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paralímpico Brasileiro abrissem mão (se é que houve voluntariado) de uma parcela significativa de domínio sobre entidades de prática esportiva (os clubes), resultando na criação de um órgão que assumiu

² A Lei nº 9.615/98 previa a destinação de recursos dos bingos, porém, além de ser considerada ilegal por violar a Lei de Contravenções Penais foi expressamente revogada pela Lei nº 9.981/2000.

esta fatia, o Comitê Brasileiro de Clubes, reposicionado no Sistema Nacional do Esporte no mesmo nível hierárquico dos demais comitês.

Um órgão originado na década de 90 e inicialmente pensado para congregar os principais clubes brasileiros, encarregado de fomentar a criação das federações estaduais, um espaço para discussão do futuro dos clubes, ganhou nova roupagem ao longo do período, surgindo então um novo organismo no lugar do antigo, abandonando o papel coadjuvante para integrar ao lado dos dois grandes (Comitê Olímpico do Brasil e Comitê Paralímpico do Brasil) uma função promissora na formação de atletas, não apenas como representante dos clubes e sim, pelo incentivo por intermédio de descentralização e repasse de recursos públicos. Estamos nos referindo ao Comitê Brasileiro de Clubes cujo nome original era Confederação Brasileira de Clubes (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

Segundo dados do próprio Comitê Brasileiro de Clubes (2017), na olimpíada realizada no Rio de Janeiro em 2016, 84% dos atletas eram originários dos clubes, e o reconhecimento destas entidades veio a ser confirmado com a Lei Federal nº 12.395/2011 (Nova Lei Pelé), a qual promoveu alterações na Lei Federal nº 9.615/98 (Lei Pelé), introduzindo o Comitê Brasileiro de Clubes como integrante do Sistema Nacional do Esporte, consoante inciso VII, do parágrafo único do artigo 13, registrando uma nova identidade como entidade civil de natureza esportiva, representativa dos clubes esportivos brasileiros, (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

A nova legislação, igualmente determinou o repasse de 1/6 dos recursos destinados ao Ministério do Esporte de toda verba arrecadada com os concursos de prognósticos federais (aproximadamente 0,5%), para o Programa de Formação Esportiva do Comitê Brasileiro de Clubes, recursos dirigidos, diretamente, pela Caixa Econômica Federal. Em sequência, o Decreto Federal nº 7.894/2013, que disciplina a denominada Nova Lei Pelé, autorizou no artigo 20, §3º, a execução descentralizada dos montantes financeiros para os clubes filiados ao Comitê Brasileiro de Clubes (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

Ocorre que para desempenhar esta nova função, ainda, foram necessárias diversas modificações estatutárias da entidade e a publicação de

uma diversidade de normatizações, concluídas com a publicação da Portaria do Ministério do Esporte nº 01/2014, quando então, em maio de 2014 foram lançados os primeiros editais (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

Para se ter uma dimensão da força e importância do Comitê Brasileiro de Clubes, até o ano de 2016 a entidade havia repassado R\$ 145,5 milhões para o esporte olímpico, R\$ 10,2 milhões para o esporte paraolímpico, além dos repasses previstos no montante de R\$ 120 milhões para realização de campeonatos interclubes no ciclo 2016-2020 (parceria com as Confederações), distribuídos entre 27 esportes olímpicos e 12 paraolímpicos, com 32 clubes sedes beneficiados em 115 projetos esportivos aprovados, (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

Outro aspecto adjacente na pesquisa endereçada às entidades de prática esportiva, diz respeito à compreensão do processo civilizatório brasileiro (CAMARGO e SILVA, 2008), já que ao perceber o microcosmo dos clubes, estaremos observando a sociedade como um todo (ELIAS; SCOTSON, 2000) além das relações de poder que permitiram a atual configuração do Comitê Brasileiro de Clubes, pois, segundo López e Castejón (2017, p. 102): “o esporte nos oferece, como qualquer outra manifestação cultural, um reflexo da sociedade em que ela se desenvolve.” O desafio é compreender na linha temporal, quais fatores conduziram a antiga Confederação Brasileira de Clubes, designada como uma incentivadora na criação de federações ou associação de defesa de interesses clubísticos, para esta evolução atual que posiciona o Comitê Brasileiro de Clubes como um importante dirigente do esporte brasileiro, impulsionando a formação de atletas, com financiamento de projetos nos principais clubes brasileiros.

Elias (1980; 1990) distinguiu a produção de configurações sociais, compreendidas por redes de interdependência as quais envolvem poder. Tais configurações não são programadas nem planejadas, contudo, seguem uma direção definida e identificável. Com estes preceitos, se torna instigante compreender os motivos pelos quais o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro o quais centralizavam as estratégias esportivas em vários campos, “cederam” parcela deste monopólio para o Comitê Brasileiro

de Clubes, já que a autoridade para retenção, adoção de critérios e distribuição de recursos são características do poder.

Para compreender os impactos dessa reformulação na configuração esportiva no Brasil, especificamente nos clubes, optamos por direcionar nossas análises para o funcionamento do tradicional Clube Curitibano. Como o próprio nome sugere, foi fundado em Curitiba/PR em 25 de setembro de 1881, sendo a primeira entidade clubística a se constituir na capital paranaense para fins de lazer e posteriormente com forte presença do esporte. Integrou o primeiro conjunto de clubes responsáveis pela fundação do CBC. A história de formação de atletas e sua proposta em ofertar 41 modalidades esportivas (17 olímpicas), espalhadas pelas cinco sedes, foram as variáveis determinantes para optar pelo Clube Curitibano na realização da pesquisa, (CLUBE CURITIBANO, 2017), portanto uma escolha intencional diante do tranquilo acesso às informações, facilitando a análise.

Uma vez encerrado o ciclo das grandes competições (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA), inicia-se uma nova fase no papel do CBC. O II Seminário Nacional de Formação Esportiva, ocorrido nos dias 25 e 26 de novembro de 2016, foi o espaço destinado aos clubes para o fomento ao debate e discussão do que seria necessário para efetivação do Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos do CBC. O resultado foi a inauguração, no final de 2016, do Edital nº 07/2016, cujo caráter precípua é a realização de uma série de campeonatos interclubes (interregno de 2017-2020), alcançando várias modalidades esportivas e diversidade de categorias, competições antes inexistentes para os clubes e que demonstra como o CBC vem ocupando seu lugar entre os grandes. O interesse das entidades ficou nítido quanto a necessidade de instaurar um calendário de competições nacionais, assim como a aquisição de novos equipamentos (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2018).

Neste ponto nodal, o CBC abraça um quantitativo maior de Entidades de Práticas Esportivas (EPD's) uma vez que as denominadas EPD filiadas conquistam a vantagem de apresentar projetos para realização de campeonatos interclubes (sede), enquanto as EPD vinculadas, também são beneficiadas, ainda que sem transferência direta de recursos, por intermédio

da oferta de passagens e hospedagens para os atletas e comissão técnica, (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2018).

O Clube Curitibano novamente ingressou no certame, aprovando um projeto para realização de campeonatos interclubes, no montante de R\$ 1.907.737,18, (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2018).

Após este capítulo introdutório, é apresentada a metodologia utilizada para uma investigação classificada como descritiva, qualitativa, sociológica, a qual abordar aspectos históricos sob o prisma da legislação esportiva brasileira do próprio CBC e do Clube Curitibano.

O terceiro capítulo, desenvolve conceitos dirigidos para o referencial teórico, oportunidade em que serão expostos e descritos os conceitos da pesquisa elisiana, em especial, quanto as relações de poder, configuração, interdependência, teoria dos jogos, com pilar nas principais obras de Norbert Elias que escoram a pesquisa em tela, a dizer: os dois volumes do Processo Civilizador e a Teoria dos Jogos, descrita no livro Introdução a Sociologia.

Na sequência, a quarta etapa terá como foco será uma exposição da estrutura e funcionamento do Sistema Nacional do Esporte no Brasil, suas modificações ao longo do tempo, continuidades e rupturas legislativas com foco na origem do Comitê Brasileiro de Clubes, seu desenvolvimento e funcionamento. Também será justificada a escolha do Clube Curitibano, por intermédio de explanação de sua trajetória histórica de fundamental importância na capital paranaense, até a inserção e valoração do esporte como principal atividade da entidade pioneira e os impactos do CBC no clube.

Por derradeiro, após coleta das entrevistas com o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes, com o corpo técnico do CBC e gestor do Clube Curitibano, além de observação de campo na subsede do CBC em Brasília-DF foi capitaneada uma discussão e apreciação quanto as descobertas da investigação.

1.1 TEMA

A temática apresentada para a pesquisa é “Continuidades e rupturas na legislação do esporte brasileiro: análise da criação do Comitê Brasileiro de Clubes”.

1.2 PROBLEMA

Como se desenvolveram as relações de poder (teoria dos jogos) e alterações legislativas responsáveis por empoderar a Confederação Brasileira de Clubes transformando-a em uma entidade de protagonismo para formação de atletas olímpicos e paralímpicos (o Comitê Brasileiro de Clubes)?

1.3 HIPÓTESE

As pesquisas qualitativas são centradas no desenvolvimento de construções hipotéticas indutivas, portanto, efeito das observações do pesquisador, em vista disso, ao contrário das pesquisas quantitativas em que as hipóteses são formuladas e posteriormente testadas, no método qualitativo não há que se falar em definição de hipóteses a serem testadas. Inobstante estes impeditivos, têm sido corriqueiro estabelecer questões, as quais permitem um tencionamento para o foco do estudo (THOMAS, NELSON & SILVERMAN, 2012).

A suposição central (questão orientadora), que permeia a dissertação é a existência de uma teia de configurações envolvidas em relações de poder (encontrar perdas e ganhos desta nova realidade) que permitiram o empoderamento dos clubes brasileiro, a ponto de conquistar a criação de um subsistema próprio e com certa autonomia para direcionamento de seus projetos esportivos. Seguindo o exemplo de Elias (1993, p. 195) o qual apontou a existência de processos de feudalização decorrente das disputas de poder (conflito), entre vários senhores feudais que ao longo do período “foi lentamente reduzido, que tal fato levou ao monopólio de um deles” e ao final ao Estado Absolutista, também é o propósito desta investigação compreender o desígnio que operou a contínua e vagarosa ascensão de um órgão no cenário esportivo nacional.

1.4 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo pelo qual as rupturas e continuidades na legislação brasileira para o esporte transformaram a Confederação Brasileira de Clubes em Comitê Brasileiro de Clubes.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Aproximar os conceitos presentes na Teoria Figuracional e Teoria dos Jogos como suporte para a compreensão das continuidades e rupturas, configuração, gênese, relações de poder e interdependência;
- b) Percorrer a trajetória do Clube Curitibano, sua importância histórica para o cenário da capital paranaense até a projeção do esporte na entidade e sua ligação com o CBC, com vistas a identificar os impactos na entidade;
- c) Identificar continuidades e rupturas envolvidas no funcionamento do Comitê Brasileiro de Clubes após a modificação legislativa e da nomenclatura;
- d) Identificar relações de poder e interdependência entre os Clubes, Comitês e Ministério do Esporte que resultaram na elevação do CBC a um subsistema.

1.6 JUSTIFICATIVA

Apesar da importância das entidades associativas e recreativas na construção do esporte de rendimento/alto rendimento, poucos estudos se dedicam a compreensão do terceiro setor (CORREIA, 2016) a partir de Elias com atenção para a teia de interdependência entre as entidades privadas em contato direto com o esporte de rendimento e o principal fomentador destas agremiações também pelo suporte financeiro – desperta o interesse acadêmico em apreciar as relações de poder que envolvem os vários atores deste processo: o Ministério do Esporte, o Comitê Brasileiro de Clubes, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paraolímpico Brasileiro e as entidades privadas formadoras (clubes).

Importante compreender o funcionamento do sistema de formação de atletas, e neste meio, aqueles que conquistaram largo espaço, quais sejam os clubes, ampliando a discussão sobre a inserção de uma nova entidade (CBC) que além de financiar, planeja, organiza e influencia decisivamente (por intermédio da formação) no esporte de rendimento e alto rendimento do Brasil.

Além da visão sistemática que será adquirida pelo pesquisador, a investigação em mesa é fundamental para sociedade compreender melhor como está funcionando a nova entidade, se as estruturas internas são suficientemente transparentes e eficientes na gestão do dinheiro público, se a

descentralização dos fundos do ministério do esporte para uma entidade privada foi uma estratégia adequada, além de suas perspectivas para o futuro e os frutos que se espera colher deste novo e importante subsistema diante de seus investimentos pecuniários de origem pública.

2 METODOLOGIA

A investigação em mesa deve ser classificada como qualitativa, descritiva, sociológica e de corte transversal.

A metodologia não se limita à concepção da investigação, explica o próprio processo envolvido, porquanto, não deve ser visto como um protocolo engessado ao qual o cientista é subserviente, mas sim, como um campo fértil na busca de resultados, (BRUYNE et al., 1991). Nesse sentido, a presente pesquisa se classifica como qualitativa, que de acordo com Minayo (2004, p. 10) são: “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”.

Thomas, Nelson e Silverman (2012) informam que a abordagem já recebeu várias denominações a exemplo de etnográfica, naturalista, interpretativa, fundamentada, fenomenológica, subjetiva e participativa observacional, diferenciando dos outros formatos porque exige a forte presença do pesquisador, o qual é o próprio instrumento servindo principalmente da observação, entrevistas, documentos, materiais áudio-visuais e outras ferramentas intronizadas pelo próprio investigador.

Para atingir seu objetivo, a presente dissertação classifica-se como descritiva ao tempo em que é necessário estar próximo do ambiente de pesquisa, observando cuidadosamente, analisando, perfazendo registros, mantendo-se afastado de forma a não sofrer interferências ou manipulações do investigador responsável pela transcrição fiel, compreendendo o fenômeno em sua complexidade (GIL, 2002).

No esforço de identificar exemplos de pesquisas sociológicas Quivy e Campenhoudt (1995, p. 19) listam: “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, captar com maior perspicácia as lógicas de

funcionamento de uma organização, refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política”. Entender o desabrochar de uma nova ramificação no tronco do sistema nacional de esporte e “captar suas lógicas de funcionamento”, subsumem o inquérito à uma matriz sociológica.

A classificação como transversal, também denominada de seccional, decorre da lógica de identificar um determinado ponto/pontos em curto lapso temporal (SILVA, 2004). Não se nega que em relação ao capítulo 4 será desenvolvida a história do Clube Curitibano em suas origens e respectiva importância no contexto da capital dos paranaenses, portanto, com um alargamento cronológico, procurando identificar a existência de “dispositivos esportivos” como apontou Moraes e Silva (2011). Todavia, não é o escopo principal da pesquisa bem como não foi um espaço temporal tão extenso a ponto de classificar como longitudinal, o que induz a ordenar a presente dissertação como de corte transversal.

Grande parcela das informações foram coletadas a partir da pesquisa documental, com recorte cronológico na descrição do CBC entre a década de 90 (origem), passando pelo ano de 2001 (assento no conselho nacional do esporte), 2011 (ano em que o Comitê Brasileiro de Clubes foi inserido no Sistema Nacional do Esporte), 2014 (início da descentralização dos recursos) até 2017 (ano de aprovação do novo Estatuto Social e alteração do nome). Severino (2007, p. 122) define e classifica esse formato de pesquisa como de “sentido amplo”, portanto, não está limitado exclusivamente a documentos impressos, antes, utiliza de imagens, periódicos, revistas, jornais, gravações, filmagens, consideradas fontes brutas a serem lapidadas pelo pesquisador.

Uma segunda intercalação temporal diz respeito ao Clube Curitibano, entidade que foi investigada em sua origem (setembro de 1881) até o marco em que o esporte ganha força, assumindo um papel de atividade essencial para o Clube, portanto, uma retomada histórica desde de seus objetivos quando do surgimento até a consolidação do esporte em suas raízes. Na sequência, foi identificado o impacto do CBC na vida e rotina do clube, de forma a enxergar com pragmatismo esta nova realidade para os clubes.

Tanto as indagações que recaem sobre o Comitê Brasileiro de Clubes quanto as diligências para compreender o passado do Clube Curitibano podem ser classificadas como pesquisas históricas já que buscaram “indícios e

significados de mudanças ou de permanência de atitudes e comportamentos humanos em relação ao esporte, saúde e lazer, os historiadores agem de modo semelhante, mas não igual aos cientistas”, (Thomas, Nelson e Silverman, 2012, p. 237), tal preocupação retrata aquilo que Elias entendia como a busca pela gênese. Diferentemente de pesquisas exclusivamente históricas, não houve preocupação em utilizar um paradigma orientativo específico para literatura de história do esporte, a única ocupação foi realizar o levantamento de fontes e a partir delas, uma descrição cronológica dos acontecimentos. Eventuais interpretações tiveram como óculos a teoria figuracional e não uma moldura histórica delimitada.

Especificamente em relação às legislações, a pesquisa documental além de ser compilada junto a rede mundial de computadores e às estruturas do senado e câmara dos deputados, também foi arrecadada a partir das discussões parlamentares registradas quanto ao projeto de lei (Medida Provisória nº 502/2010) e sua tramitação, junto aos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados (justificativas, reuniões, pautas, encontros que conduziram à conversão da Medida Provisória nº 502/2010 na Lei Federal nº 12.395/2011 desde a publicação da Medida Provisória em 21 de setembro de 2010 até a sanção presidencial da Lei Federal em 16 de março de 2011).

A seleção de participantes no método qualitativo é chamada “proposital” por Thomas, Nelson e Silverman (2012, p. 375), ou seja, “escolhemos a amostra a partir da qual podemos aprender mais. Pode ser que o pesquisador busque pessoas com certo nível de especialização ou experiência”.

Desta feita, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (perguntas que abordam um assunto direcionado, mas que ao mesmo tempo permitem uma ampla liberdade de resposta ao entrevistado). A opção por este método decorre de suas vantagens em relação a outros formatos (a exemplo do questionário), como relacionam Thomas, Nelson e Silverman (2012, p. 307): i) a versatilidade da entrevista possuindo melhor aceitação pelo entrevistado; ii) diante das repostas do entrevistado, o entrevistador percebe as sensações e a liberdade do entrevistado em tratar de temas sensíveis, contribuindo para a maior autenticidade, ao contrário de questionários em que o entrevistado evita de plano assuntos que podem incomodar; iii) os indivíduos possuem maior

preferência em falar do que em responder questionários, o entrevistado se sente mais à vontade; iv) uma vantagem da entrevista face a face é o uso de recursos paralelos, a exemplo de cartão com palavras escritas, reduzindo perguntas longas e por vezes absorvendo em uma pergunta, várias indagações.

Na presente investigação, previamente foi desenvolvido um roteiro para as entrevistas semi-estruturadas que teve como suporte a análise dos seguintes documentos: Relatório de Gestão e Prestação de Contas do CBC referente ao ano de 2017; Lei Federal nº 9.615/98 e sucessivas alterações; Estatuto do CBC e notícias divulgadas no sítio eletrônico do Ministério do Esporte. As perguntas foram divididas em 8 seções para as entrevistas envolvendo os gestores (1-Origens do CBC; 2-Inserção no Sistema Nacional de “Desporto”; 3-Transformação em Comitê Brasileiro de Clubes; 4-Impacto nos Clubes; 5-Prestação de Contas; 6-Formação de Atletas de Rendimento; 7-Rede Nacional e 8-Perspectivas para o futuro) e para os agentes, o roteiro se constituiu de 16 perguntas diretas voltadas para a compreensão das tarefas desenvolvidas.

Nas palavras de Elias ao se referir aos “Jogos de dois níveis”, os grupos por vezes são estratificados em duas ou mais camadas, contudo, apenas o grupo secundário, constituído pelos líderes, governantes, representantes, etc, participam ativamente do jogo. Cada um dos jogadores apresenta uma visão diferenciada da disputa, mas como alerta o sociólogo, é ilusão acreditar que dominam com uma visão clara toda sistemática do jogo, na verdade, os jogos de dois ou mais níveis “são construções demasiadamente complicadas pela estrutura e orientação para serem clarificadas sem que ocorra uma investigação científica completa” (ELIAS, 1980, p. 94).

Seguindo o raciocínio elisiano na Teorias do Jogos, para compreender as estruturas complexas é imperioso um estudo científico, uma apuração sistemática dos jogos, de forma a entender esta teia integrada por jogadores interdependentes (Elias, 1980). Tais afirmações direcionam nossa pesquisa para o “segundo nível”, qual seja, a entrevista dos gestores, dirigentes, administradores, por intermédio dos quais será possível analisar e interpretar estas disputas.

Foram realizadas entrevistas com o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes, com Gestores do Comitê Brasileiro de Clubes, funcionários que compõe os vários setores da subsede do CBC em Brasília-DF, como também foi efetivada entrevista com o Gerente de Esporte e Cultura do Clube Curitibano. Apesar de serem realizadas, ao todo, 15 entrevistas, nem todas foram aproveitadas diretamente por meio de citações diretas na dissertação, especialmente àquelas realizadas com o corpo técnico do CBC, não obstante serem fundamentais para compreensão do objeto de estudo. A intenção foi conhecer a fundo a realidade, rotinas, protocolos, o dia-a-dia tanto do clube formador quanto do comitê, ou seja, as configurações, e a partir dessas informações, identificar a gênese, o processo, as relações de poder, as cadeias interdependência e a formação de um *habitus*.

As entrevistas tiveram os áudios gravados, mediante a coleta de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tudo conforme aceite do Comitê de Ética em pesquisas da Universidade Federal do Paraná, sob protocolo CAAE: 88770618.4.0000.0102, Número do Parecer: 2.748.001, sendo transcritos e estando sob a guarda do pesquisador.

Para preservar a identidade dos entrevistados tanto os gestores do Comitê Brasileiro Clubes quanto do Clube Curitibano, receberam o símbolo “G” (gestor), atribuindo numeração aleatória do 1 ao 5 (G1, G2, G3, G4 e G5), já em relação aos colaboradores do CBC, aqui definidos como agentes, foi agregada a simbologia “A”, e igualmente com sequência numérica aleatória (A1, A2, A3, A4, A5). A transcrição foi realizada pelo próprio pesquisador com o uso de fones de ouvido e descrição *ipis literis* (sem alteração de palavras) das respostas e narrativas dos entrevistados.

No intuito de cumprir com seus objetivos, preliminarmente foi desenvolvido um projeto de pesquisa ainda no ano de 2017, discutido e analisado por um dos grupos de estudos em políticas públicas para esporte da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a batuta do Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli. Paralelamente, o orientando participou e foi aprovado em duas disciplinas integrantes do mestrado da UFPR na qualidade de ouvinte (primeiro e segundo semestre de 2017), cadeiras que permitiram a construção de um alicerce teórico.

Uma vez amadurecida a proposta, durante o processo seletivo para ingresso no mestrado, o projeto foi apreciado em uma das etapas do certame, com aprovação de seus aspectos iniciais.

Em sequência, o projeto de pesquisa voltou a ser debatido por três vezes no grupo de estudos, além de acompanhamento constante do agora orientador, desta vez dividido em capítulos bem delimitados visando a escrita, além da definição dos entrevistados e os encaminhamentos para coleta. O resultado foram duas entrevistas efetivadas em Curitiba-PR e as demais durante o mês de julho de 2018 em Brasília-DF.

No período compreendido entre fevereiro e junho de 2018 a pesquisa também se voltou para a análise e coleta de fontes históricas do Clube Curitibano visando a construção de parte de um dos capítulos da dissertação. Depois de autorizadas pela Superintendência assim como Gerência de Esportes e Cultura da entidade, a pesquisa se deslocou para a biblioteca do clube situada na sede Barão do Serro Azul (bairro Água verde em Curitiba) e, principalmente, no Centro de Memórias localizado na sede Concórdia (Centro de Curitiba), local em que a investigação registrou colaboração nas buscas por parte da historiadora Sra. Carolina Damrat, funcionária do Clube Curitibano. Também, com menor volume, foram realizadas coletas junto a imprensa escrita (jornais e periódicos), com destaque para o Jornal Dezenove de Dezembro, de forte circulação naquele período, disponível na Divisão de Documentação Paranaense, situada na Biblioteca Pública do Estado do Paraná e aberta para consulta pública por intermédio de microfilmes.

Diante da consolidação da pesquisa, esta foi submetida ao colegiado da UFPR para qualificação, a qual ocorreu em novembro de 2018, com banca composta pelo Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli, Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva e Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves (Universidade de Brasília). Encerrada a fase de qualificação, os capítulos foram apresentados por mais duas vezes no grupo de estudos e o orientador traçou um plano de redação a partir das indicações da qualificação e do grupo de estudos.

Com este arcabouço de dados, foi possível desenhar e apresentar uma análise dos mecanismos atuais de gerenciamento do Clube Curitibano, a relação de interdependência e de poder com o Comitê Brasileiro de Clubes, retomar historicamente as continuidades e rupturas nesta cadeia de

entrelaçamento envolvendo o Ministério do Esporte e os comitês, e o impacto na formação de atletas, por fim, conclusões em relação aos resultados práticos quanto ao adequado funcionamento deste sistema.

2.1 RECURSOS

A pesquisa em tela não contou com financiamento, sendo que as despesas realizadas com deslocamentos, viagens, hospedagens e alimentação do mestrando durante coleta das entrevistas correram por suas próprias expensas e foram realizadas pessoalmente de forma individual ou com acompanhamento do orientador.

3 TEORIA ELISIANA

Para o desenvolvimento do óculos teórico será realizada uma inserção da teoria configuracional de Norbert Elias, com aprofundamento dos conceitos, tendo por fonte os dois volumes de “O Processo Civilizador”. Na sequência, será explanada a Teoria dos Jogos, utilizando como suporte o capítulo 3 da obra “Introdução à Sociologia”. Por fim, serão explorados os debates, opiniões e aplicações da teoria elisiana por parte da comunidade acadêmica, pesquisadores e cientistas sociais de renome para discussão dos dados que serão coletados e debatidos no capítulo 6.

O auge das obras, segundo o próprio autor, decorreu da criação da Teoria do Processo Civilizacional. Para a pesquisa em debate (relações de poder, continuidades e rupturas), com maior moldura, a Teoria Figuracional é aprofundada. A primeira publicação ocorrida em 1939 na Suíça sob o título *Über den Prozess der Zivilization: Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*, tão somente ganhou repercussão em nosso país com a tradução idealizada pela editora Zahar em 1990 recebendo a transposição para o português como “O Processo Civilizador” dividido em 2 volumes: o primeiro denominado “O Processo Civilizador: Uma história dos costumes” e a segunda obra “O Processo Civilizador: Formação de Estado e Civilização”. O prefácio conduzido por Renato Janine Ribeiro que o classificou como “*um dos livros mais notáveis que foram escritos em nosso século*” alavancou e despertou a

curiosidade e interesse pela teoria elisiana, hodiernamente com forte impacto no meio acadêmico (ELIAS, 1990).

A presença de um entrelaçamento entre os conceitos de sociogênese (civilização e cultura) e psicogênese, o modelo de pesquisa à longo prazo, a ideia de alterações internas no indivíduo para atravessar as mutações da sociedade, as perspectivas macro e microsociais, são os pilares que sustentam a teoria de Elias, razões mais que suficientes para justificar a apresentação e compreensão em profundidade dos conceitos (ELIAS, 1990, 1993).

Processo civilizador é constituído pela mudança “na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193), todavia, estas alterações não foram roteirizadas pelas pessoas no passado, não existem agendas individuais dirigidas para a “civilização”, ao contrário, por vezes os sentidos dos interesses particulares divergem ao invés de convergir (ELIAS, 1993).

Se não existiu um projeto intencional para a racionalização dos comportamentos, para o controle das emoções, seria possível afirmar que foi ao acaso? Fruto do caos e da desordem? Para o teórico “embora não fosse planejada e intencional” não é possível afirmar que “se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados”, para ele a resposta a estas questões caminha no entendimento de que “impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil”. O resultado deste enlaçamento é um tecido construído pela diversidade de ações e planos individuais as quais dão origem a novos modelos ou as alterações de comportamentos: “Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem” (ELIAS, 1993, p. 194).

A dificuldade em ouvir a premissa delineada por Elias está amarrada ao fato dos indivíduos estarem habituados com a realidade de conceito binomiais (certo e errado, claro e escuro, alegria e dor) conduzindo a uma falsa incoerência, pois, ou o processo civilizador foi racionalmente programado por indivíduos ou ele decorreu de “formações de nuvens, sem estabilidade ou estrutura”, e, portanto, irracional. Segundo o próprio escritor é necessário

desprender deste conceito dualista entre o racional (algo intencional, com propósito deliberado) e irracional (origem absolutamente incompreensível), lançando mão destes “hábitos mentais que tendem a nos prender em pares de opostos” para então perceber que há uma relativa “autonomia” das configurações sociais, comprovadas empiricamente por Elias na parte do livro em que desenvolve os processos de feudalização. O raciocínio desenvolvido é de que as competições (disputas de poder) entre os senhores feudais conduziram ao conflito, e ao longo do tempo, este choque reduziu drasticamente o quantitativo de senhores feudais até alcançar o monopólio (associado a mecanismos de integração) e consequentemente ao Estado absolutista (ELIAS, 1993, p. 194 e 195).

Mecanismos de integração também é uma noção indispensável para a teoria configuracional, compreender de que maneira o “entrelaçamento social” se dirige impulsionada por uma gama de tensões para mudanças específicas, alterações que afetam as “mentalidades humanas”, mudanças psicológicas que determinam aos indivíduos a forma como devem conviver. Esta civilização “é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver” (ELIAS, 1993, p. 195).

Detalhar quais mudanças, exatamente, são aptas a amarrar os indivíduos uns aos outros e amoldar as respectivas personalidades de uma maneira civilizada é um dos desafios de Elias. Para tanto, explica que desde a fase mais longínqua da história do ocidente até o período, mais recente, os papéis sociais, sob a compressão das disputas, acabam por se tornar cada vez mais intrincados, diversificados. À medida em que passam a ser diferenciadas, novas funções sociais surgem, e de forma derivada, o indivíduo passa a depender em número crescente, de outros que dominam estas novas serventias sociais. A necessidade destes auxílios, esta relação de dependência (da mais banal até a mais complexa) são as mudanças inferidas pelo teórico: “à medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social”. Seguindo a tese, as sociedades mais complexas apresentam um sem números

de atribuições sociais as quais são distribuídas aos diversos componentes deste grupo social, e quanto mais utilidades vem à tona tanto maior será a relação de dependência entre os indivíduos, formando o que Elias chama de “teia”. A formatação de causa e efeito é dedutível, o integrante deste segmento social é obrigado a controlar sua conduta, manter-se estável, já que necessita das atividades desempenhadas por outros, seu comportamento passou a ser conformado de acordo com o que a maioria espera dele (ELIAS, p. 195-196).

Passo seguinte deste autocontrole é de que cada vez mais novos (tenra idade) os indivíduos são “educados” a verter sua conduta afinada ao que a sociedade aceita como correto. O peso deste moldar de comportamento é tão forte que Elias explana como um “automatismo, uma auto compulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”, esta teia de ações se transformou em algo tão complexo, denso e intenso, que a energia dispendida para “comportar-se corretamente” além de enraizar nesta autoconsciência do indivíduo também criou “um cego aparelho automático de autocontrole”, uma espécie de mecanismo para evitar o cometimento de infrações sociais constituída pelo medo (ELIAS, 1993, p. 196).

Esforçando em expor a direção dessas mudanças de condutas, a normatização crescente e diferenciada, o sociólogo apresenta quatro variáveis: 1) compreender a direção do “processo de diferenciação social”; 2) “progressiva divisão de funções”; 3) aumentos nas “cadeias de interdependência” e 4) a integração de todas as ações e impulsos do indivíduo a estas cadeias de interdependência. Didaticamente, o autor traça as diferenças entre sociedades mais e menos complexas, utilizando do exemplo dos sistemas rodoviários. Assim, enquanto em uma pequena cidade interiorana, no passado, com uma economia baseada em troca, sem asfalto, calçada, com fluxo de veículos praticamente inexistente, o fato de percorrer uma estrada neste cenário teria como principal risco ser atacado por um salteador, destarte, ao caminhar por uma destas estradas a preocupação é estar preparado para um ataque e entrar em luta corporal, seja para defender sua própria incolumidade física, seja para proteger seus bens; perfazendo um paralelo com as ruas que compõe uma grande cidade na sociedade atual, idealiza um “mecanismo psicológico” totalmente diferenciado em que um complexo fluxo de automóveis, pedestres, ciclistas, em meio a um emaranhado

de ruas, retornos, cruzamentos está intimamente imbricada ao autocontrole, na percepção de todos os integrantes de que as regras serão cumpridas com a maior exatidão possível, neste segundo exemplo, o risco existente não é de um ataque físico e sim de que alguém possa vir a perder o autocontrole (ELIAS, 1993, p. 196-197).

Com o exemplo, Elias procura demonstrar as coações para formação do indivíduo tido como “civilizado”, a necessidade de se autocontrolar, a qual está ligada a multiplicidade de papéis sociais e a variabilidade de atividades com as quais deve estar sintonizado. Descreve, que autocontrole não é único e sim variável de acordo com a posição social que o indivíduo ocupa e ao grupo social a que pertence. Sintetiza com o pensamento de que “tornando-se o tecido social mais intrincado, o aparato sociogênico de autocontrole individual torna-se também mais diferenciado, complexo e estável” (ELIAS, 1993, p. 197).

Superada a análise em relação a importância das funções sociais, o teórico desenvolve a concepção do que ele chama de “reorganização do tecido social”, em outros termos, caso a divisão das funções sociais sejam simples, a perspectiva é de que o “órgão central” seja fragilizado, sem estabilidade e com forte tendência à desintegração. Por outro vértice, quanto mais o monopólio da força física se consolida, também com vigor se encontrará o órgão central da sociedade, mais estável e com propensão de permanência. A existência destes monopólios duradouros, oportuniza o surgimento de locais pacificados, sem violência, portanto, fundamental para regular o comportamento dos sujeitos desde muito jovens, amoldando seu padrão de comportamento, com elevado grau de autolimitação, a ponto de se transformar em uma “segunda natureza”, (ELIAS, 1993, p. 197-198).

Nesta extensão territorial pacificada, somada ao monopólio do uso da força física, uma segunda violência se impõe, ela sempre esteve presente, antes mescladas à força física e agora destacadas. Estas violências estão mais abertas nos tempos atuais, sendo denominadas violências econômicas. São assim chamadas por permitir a imposição da vontade de uns sobre os outros. Os monopólios dos meios de produção acabam se sobressaindo, a partir do momento em que não é autorizado o uso da força física livremente e sim centralizado. O sociólogo traça uma sequência de afirmações para definir o sentido em que os relacionamentos humanos são transformados: 1)

sociedades com pequena divisão de funções sociais também não possuem um monopólio estável quanto ao uso da força; 2) sociedades com poucos papéis sociais, também demonstram curtas cadeias de ligação entre os indivíduos; 3) sociedades que apresentam divisão de funções avançadas, com monopólio estável no uso da força, registram uma cadeia de ligações entre os indivíduos mais expandida e uma maior dependência entre seus componentes; 4) nestas sociedades intrincadas ao tempo em que o indivíduo é protegido dos ataques de violência, é obrigado a refrear seus sentimentos, paixões e impulsos para não atacar outrem com uso de violência física; 5) nas sociedades mais complexas, quanto mais numerosas as relações de interdependência, maior também será o risco para os indivíduos que desejam dar cabo a suas emoções assim como maior vantagem social para aquele sujeito mais controlado; 6) quanto mais estreitas as ligações nestas sociedades, igualmente robusto será o controle das pulsões dos indivíduos, adestrados cada vez em menor idade. Feitas as observações conclui em seu raciocínio que a “moderação das emoções espontâneas”, o “controle dos sentimentos”, a ampliação da mente levando em conta o passado e o futuro, a ligação dos fatos em “cadeias de causa e efeito”, são aspectos que indicam a transformação das condutas dos indivíduos que obrigatoriamente vem a ocorrer diante do monopólio da força física e a amplitude das “cadeias de ação” e “interdependência social”, decantando em uma mudança “civilizadora do comportamento” (ELIAS, 1993, p. 198).

Para ilustrar sua teoria o sociólogo desenvolve um raciocínio em torno da transposição de uma classe de cavaleiros em uma sociedade cortesã. De início a violência, o embate físico, é praticamente uma rotina, já que a sobrevivência dos integrantes da sociedade vinham da agricultura e pecuária de subsistência de sua própria terra. Não havia relações de dependência com terceiros, e por isto, não havia motivo para reprimir suas pulsões, refrear seus sentimentos, a contrário senso, suas emoções era extravasadas atingindo quem quer que fosse, vez que possuíam quase total autonomia. Os guerreiros nesta sociedade também viviam intensamente, satisfazendo seus desejos com atos de selvageria sem limites, subjugando seus desafetos mediante tortura ao tempo em que se deleitavam com mulheres. Porém, o outro lado desta liberdade era cruel. Caso fosse derrotado, o combatente seria humilhado,

sofreria toda a espécie de tormento, angústia e exposição da violência. Nesta sociedade não é possível antecipar ou calcular os perigos, é marcada pela “polarização extrema”, “incertezas contínuas”, “inquietação incurável”, uma “vida imprevisível e insegura”. Gradativamente, com as alterações nas estruturas das relações dos indivíduos e a organização de monopólios do uso da força física, trilhou para o abrandamento nestes saltos, oscilações de comportamento, as ameaças passaram a diminuir, e os breves momentos de segurança agora avançam de forma que a ameaça que um ser humano representa para o outro cai drasticamente, sujeito a um rígido controle, o monopólio no uso da força permite um prognóstico de causa e efeito. As reviravoltas abruptas e o convívio diário com a violência não é mais tolerado, restringindo o uso da força física aos tempos de guerra, confinada aos quartéis e excluída do dia-a-dia dos indivíduos. Os “grupos de especialistas” que centralizam o monopólio da violência, conferem um novo papel social como “organização de controle”, um modelo de segurança em que há uma “pressão contínua”, previsível e em diversos formatos sobre os integrantes da sociedade, não se trata de uma “ameaça direta” (está presente potencialmente), contudo são visíveis uma vez que (homens armados estão concentrados sob a tutela de uma única autoridade) entalham novos contornos sociais, renasce um “código de conduta”. Em suma, há imposição de autocontrole nas pessoas, seja porque enxergam as consequências de seus atos (é preciso refletir antes de praticar um ato) seja porque desde criança seu comportamento é modelado para atuar de determinada forma (ELIAS, 1993, p. 200-201).

O autor delineia que na sociedade medieval havia presença deste autocontrole individual (“superego”, “consciência”) em relação aos atos de violência, contudo, este autodomínio era muito “difuso”, “instável” quando comparado a outros agrupamentos em que o monopólio do uso da força era mais seguro, duradouro. Particulariza o fato de também encontrar nestas sociedades, homens que por sua própria vontade, de forma unilateral, decidiam renunciar ao sabor pelo extremo prazer, eram indivíduos que contraditoriamente (por questões místicas, espirituais, sobrenaturais) optavam pela recusa, escolhiam a autodisciplina, uma variação súbita de uma extremidade (busca pelo júbilo total) para outra (“luta contra a própria carne”).

Nas conclusões de Elias, o autocontrole existente no que ele chama de “monopólio da violência física nos espaços sociais pacificados” era diferente da anteriormente descrita. Tratava-se de uma autolimitação de menor radicalismo, desapaixonada, caracterizada por uma tensão contínua, permanente, estável, com o objetivo de evitar as “explosões emocionais” e as variações extremas nas condutas dos indivíduos. A esta pressão incessante, Elias designou como “agência controladora” presente tanto na “estrutura da personalidade” das pessoas quanto na “sociedade em geral”. A monopolização no uso da força física gera dois efeitos diversos. Ao tempo em que reduz o temor, o pavor que um homem sente pelo outro, de outra banda, traz limitações para a “descarga emocional agradável”, o sujeito restringe sua liberdade de extravasar sentimentos, emoções, sua “autoexpressão” está condicionada a regulação de conduta social (ELIAS, 1993, p. 201-202).

Com o tempo, os membros destes espaços sociais pacificados, devido ao monopólio estável do uso da violência física, se habituariam à autorestrição não apenas disciplinado seu modo de agir como também “todos os setores de sua vida”, de forma permanente, estabilizada e homogênea. Logo, além do controle da violência física em si, outros campos de convivência humana (chamada por Elias de “compulsões desarmadas”), a exemplo das “limitações econômicas” igualmente passam a ser moderadas. Um segundo efeito deste hábito agora incorporado nos indivíduos e na sociedade como um todo, é a constante reflexão do que já aconteceu e do que poderá acontecer na prática de cada ato, trata-se de uma “incessante visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído”. Surge uma maior consciência das consequências de seus atos baseado na experiência anterior (retroativa) assim como na previsibilidade do que pode ocorrer (prospecção). Ao comparar os padrões de controle antes e depois dos monopólios, o autor classifica como um “anel apertado e uma regulação mais firme das paixões, de acordo com as normas sociais”. Destaque para o fato dos adultos provocarem modelos de comportamentos para as crianças, uma forma de treinamento, retransmissão de condutas, desde muito jovem adestrado para a autosupervisão, algo automatizado, entronizado e propagado entre gerações. Se antes era permitido as pessoas “empregar violência física, se fosse forte e poderoso o

suficiente; podia satisfazer abertamente suas inclinações em muitas direções que, mais tarde, foram fechadas por proibições sociais” inobstante o alto custo por esta liberdade em face do “medo direto e claro”, na nova formatação o sujeito não é conduzido por suas paixões, não é um cólera que domina as ações dos indivíduos, agora, o sujeito monitora e domina suas pulsões, controlando a intensidade e externalização de seus comportamentos, “a vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável” (ELIAS, 1993, p. 202-203).

Um novo desafio é posto nesta sociedade mais disciplinada, apesar da segurança, estabilidade, moderação de condutas desta recém estabelecida engrenagem, a vida tornou-se tediante quanto a realização ilimitada, direta e aberta dos prazeres. A solução, segundo o sociólogo, foi a instituição de “substitutos”, uma forma de preencher este vazio por intermédio da criação dos “sonhos”, “livros” e “pinturas”. Na linha progressiva de tornar-se uma sociedade de corte “a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem filmes à violência e à paixão erótica.” Os antigos hábitos como uso inadequado de talheres, cortes dos animais mortos, guerras, rixas reduziram drasticamente ou até foram extintos, de modo a se ajustar às novas convenções sociais. Se antes o conflito era externalizado no embate direto entre indivíduos, na recente configuração, esta “batalha” é transposta internamente ao ser humano, “as limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele;” decorre o surgimento de outro modelo individualizado “de hábitos semiautomáticos” os quais endurecem e fundem “um ‘superego’ específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social.” O processo de autotransformação interna, este recrutamento forçado do controle das emoções (exigência para viver nesta nova concepção de sociedade) nem sempre alcança o equilíbrio entre a satisfação e a autolimitação, tendo por sequelas “grandes ou pequenas perturbações”, “revolta” ou “atrofia permanente”. Tais anomalias dificultam a realização plena das funções sociais e por vezes a inviabilizam, “as oscilações verticais, os saltos do medo à alegria, do prazer ao remorso, se reduzem”, entretanto, paralelamente “a fissura horizontal que corre de lado a outro da pessoa, a tensão entre o ‘superego’ e

o ‘inconsciente’ – os anelos e desejos que não podem ser lembrados – aumentam” (ELIAS, 1993, p. 203).

Os padrões deste entrelaçamento, não apenas o estático como também a sociogênese, é aparentemente simples. Os conjuntos de indivíduos, cada vez maiores e ligados pela interdependência, acompanhados pela exclusão das violências física, estipulam um modelo social em que as restrições se transformam em autolimitação permanente. Estas autorestrições (função do espectro retrospectivo e prospectivo injetado no indivíduo desde a infância em sintonia com as cadeias de ação), se materializam em um “autocontrole consciente” bem como num “hábito automatizado”. Tudo resulta em uma tendência de comedimento mais uniforme, uma limitação perseverante, um controle mais preciso das inclinações emocionais e dos sentimentos, em sintonia com o padrão de entrelaçamento social. Contudo, seres humanos não são máquinas “dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição social que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões”, chegando ao ponto de conduzir ao total e perpétuo descontentamento, isto devido ao fato do homem não satisfazer diretamente e plenamente seus prazeres, e sim indiretamente, de forma reflexa por meio de sonhos, fantasias, na qualidade de espectador. O costume de inibir suas expressões, emoções é tão contundente que gera no indivíduo sentimentos como solidão, tédio e limitações de tal sorte que “não é mais capaz de qualquer forma de expressão sem medo das suas emoções modificadas, ou de satisfação direta de suas pulsões reprimidas”, retomando suas reflexões anteriores, Elias explica que a pressão exercida sobre a criança podem causar “medos automatizados, a tal ponto que o indivíduo pode permanecer surdo e insensível a vida toda”, o contingenciamento destas energias emocionais aparentemente sem fundamento, gera “sintomas de perturbação” ou ainda apego a determinada “fantasia” não permitindo uma “satisfação real” (ELIAS, 1993, p. 204).

Com estas informações é nítido que o processo civilizador (individual e social) segue seu caminho “cegamente”. O autor justifica o uso do substantivo ao afirmar que “Sob o disfarce de que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e

efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem”, também ventila como característica deste processo “Não planejados, nesse sentido, surgem aqueles resultados da modelagem social de indivíduos aos quais habitualmente chamamos de ‘anormais’.” A adequada e correta compreensão do que a teoria elisiana nominou “não planejado” é essencial para evitar interpretações incoerentes. Por esta razão, o sociólogo discrimina que da mesma fôrma, do mesmo “molde social”, surgem diferentes seres humanos, com diversas constituições psicológica (obviamente excluídos os traços hereditários). Àqueles sujeitos que saem desta fôrma “bem estruturados” são tidos como “bem ajustados”, normais, indivíduos adaptados em que “As ansiedades automaticamente reproduzidas que, no caso de cada processo civilizador individual e em conexão com os conflitos que formam parte integral desse processo, ligam-se a pulsões específicas e afetam seus impulsos”, este protocolo por vezes resulta em uma “paralisia permanente e total desses impulsos” (é o indivíduo “normal”) entretanto, por vezes, origina um sujeito com uma regulação apenas, tão somente “moderada”, este efeito não esperado, qual seja, de controle “mediano” abre espaço para que o indivíduo busque a “satisfação plena”. Este homem que ao sair do modelamento social não suprimiu por completo seus impulsos, e, portanto, busca a plena satisfação de seu prazer, passa a ser considerado um “anormal”. A explicação do teórico para esta diversidade, é a aleatoriedade, “uma questão de boa ou má sorte”, por consequência, “não planejado” Elias (1993, p. 204).

Ao ler esta passagem na obra de Elias é irresistível não pensar no exemplo de irmão gêmeos, que inobstante receberem idênticas lições, trilhar por um processo civilizador praticamente igual, acabam se tornando adultos absolutamente diferentes, sendo possível que um deles ao brotar desta fôrma apareça socialmente ajustado e o outro absolutamente desajustado.

Seja qual for o caso, homem afinado, equilibrado, ajustado ou indivíduo desregrado, desajustado, fora da medida, “é a teia de relações sociais” em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade.

Ao desenvolver sua Teoria dos Jogos, Elias lembra que o sociólogo se diferencia dos outros especialistas por deter como tema central a sociedade.

O autor define a sociedade como uma “unidade compósita” tendo os seres humanos como seus elementos componentes (ELIAS, 1970, p.76).

A ciência clássica, ensina que para compreender o todo, antes, é necessário estudar cada parte individualmente, para tanto, alguns defendem que a “realidade social” tão somente é explicada pela investigação dos caracteres físicos ou psicológicos do indivíduo. Trata-se da lógica do “atomismo científico”, para entender a célula é necessário analisar os átomos. O autor quebra este raciocínio pois quanto mais aderência (interdependência) existir na unidade compósita igualmente difícil será explicar o todo por suas unidades (ELIAS, 1970).

O sociólogo explica a necessidade de compreender a configuração das unidades, o modelo por meio do qual estas partes que integram um sistema estão conectados. Em sua avaliação, os estudos sociológicos não devem ser minimizados em torno da psicologia, biologia ou a física, as quais examinam individualmente os seres humanos, para a sociologia, é indispensável a pesquisa voltada para as configurações das estruturas da sociedade, dos seres humanos interdependentes (ELIAS, 1970).

Elias associa os modelos de competição com similaridade a jogos reais como xadrez, futebol ou tênis, em que duas ou mais pessoas medem forças, à exceção do primeiro. A matriz inicial é denominada pelo autor de “Competição Primária”, detalhando como uma disputa mortal entre dois grupos, e que, portanto, não se assemelha a um jogo. Para os demais esquemas teóricos, o que se enxerga é um desafio acompanhado por uma sequência de “provas de força” ora de maior, ora de menor intensidade, permanecendo a questão “serei eu o mais forte”? Segundo Norbert, passado determinado tempo é possível que atinja um equilíbrio (ELIAS, 1970).

O “equilíbrio do poder” não é exclusividade das tensões travadas entre grandes Estados, na verdade é habitual, usual, presente em todas as relações humanas, a exemplo da criança que exerce poder sobre os pais, assim como estes também desempenham em relação aos filhos. O menor consegue exercitar poder em face de existir um valor para os pais, se este valor deixar de existir o poder também cai por terra. O equilíbrio do poder na maior parte do tempo é bipolar, mas por vezes, é multipolar (ELIAS, 1970).

Outra ilustração salutar do equilíbrio de poder do estilo bipolar, ocorre entre o escravo e seu senhor. Apesar de ser evidente que o senhor exerce poder sobre o escravo, este último também cumpre uma atividade de poder em relação ao senhor na medida em que exerce uma função da qual o senhor depende. Não se discute as pequenas ou grandes diferenças, a distribuição equitativa ou não do poder. A barreira está no conceito negativo construído ao longo do tempo em torno do significado de poder, e que pode induzir a erro (ELIAS, 1970).

Poder deve ser compreendido como uma característica inerente as relações entre indivíduos. O escritor substitui a expressão “relações de poder” por “força relativa dos jogadores”. Não se deve tratar estes conceitos de forma absoluta, por exemplo, a força de um jogador depende de quem é seu adversário. Os modelos de jogos apresentados por Elias, buscam demonstrar esta natureza de relação do poder, a qual se adequa melhor aos conceitos de equilíbrio do que conceitos imutáveis, imobilizados (ELIAS, 1970).

É necessário afastar o pressuposto de que todas as relações humanas são permeadas por normas, este julgamento equivocado não permite entender como uma disputa sem quaisquer regras se transformou em uma competição com regras fixas. Uma lição desta verdade, é de que as guerras, bem como diversos formatos de relações humanas, ou são marcadas por poucas regras ou elas simplesmente não existem (modelo da Competição Primária) (ELIAS, 1970).

Mesmo diante de cenários classificados como caos absoluto (guerras, massacres, revoluções, etc), é possível distinguir uma ordem social envolvida. Todas podem ser explicadas à luz da sociologia. A combinação mais certa quanto a existência de uma ordem nestas circunstâncias consideradas extremas é a sentença “ordem natural”, pois a morte caminha ao lado do nascimento, e a desintegração próximo da integração, são “processos estruturados” (ELIAS, 1970, p. 82).

Como primeiro formato dos modelos de jogos elisianos a “Competição Primária”, é a chamada disputa sem regras. Elias leciona o significado do modelo por intermédio de um exemplo: duas tribos estão à procura de alimentos que por alguma razão estão cada vez mais escassos. A carência de comida gera uma feroz disputa entre as duas organizações. No grupo A

encontramos homens e mulheres bem constituídos, todavia, débil em número de crianças e jovens. No grupo B os indivíduos são jovens, menos corpulentos, porém pequenos e velozes. Aproveitando das características de pequena estatura e rapidez, dois jovens da tribo B se dirigem à noite até a tribo A e matam dois componentes adversário, quando os parceiros tentam perseguir os assassinos, não conseguem, pois, os membros do grupo B são mais rápidos. Como forma de vingança, aproveitando que os homens da tribo B estão caçando, os membros da tribo A matam mulheres e crianças (ELIAS, 1970, p. 82).

Os rivais registram um papel recíproco, uma espécie de jogo de xadrez, em que o movimento de um define a ação do outro, as estruturas que ocorrem internamente nas tribos, dependem de qual caminho o outro grupo irá fazer. Em resumo, uma “função recíproca”, a interdependência entre grupos inimigos não é diferente da “relação funcional” que ocorre entre aliados, amigos. Há uma função bilateral entre as duas tribos, não podem ser estudados de forma autônoma e sim interdependentes, pois os planos de ações de um, estão atrelados aos comportamentos e objetivos do outro (ELIAS, 1970, p. 84).

A palavra “função” é erroneamente entendida como tarefas “boas” para a “totalidade” da sociedade, e, aqueles que não trabalham para o desenvolvimento da sociedade são denominados “disfuncionais”. No caso acima das tribos inimigas, a função não pode ser encarada como uma boa tarefa de um todo harmonioso. Assim como ocorre em “poder” a “função” tem um significado estreito com “relação” (ELIAS, 1970, p. 84).

Se um grupo ou um indivíduo necessita de algo que está no poder de outra pessoa/grupo e o segundo grupo/indivíduo igualmente precisa de algo que está na esfera dos primeiros, podemos dizer que existe uma relação entre eles. A função trabalha com esta reciprocidade, mesmo os inimigos, desempenham uma pressão bipolar, um sobre o outro (ELIAS, 1970).

Mas em que medida está o poder nesta interdependência? Para a teoria está no “potencial de reter aquilo de que o outro necessita”, apesar de existir uma coerção mútua, o grupo/indivíduo que tiver maior capacidade de segurar, de conservar a exigência do outro, terá, proporcionalmente, mais

poder, será capaz de pressionar em intensidade maior do que ser pressionado (ELIAS, 1970, p. 86).

No modelo de “Competição Primária” em que o fim não se limita a restringir as funções sociais e sim de aniquilar a vida de seu competidor, um jogo sem regras, é apropriado compreender que as interdependências funcionais não são acidentais e sim um processo. Na ilustração das tribos, os dois grupos buscam a todo momento debilitar o lado contrário, um processo contínuo, dinâmico em que o movimento de um lado gera, imediatamente, uma reação, planejamento do outro, uma interpenetração que não se interrompe. Por estão razão, não há lógica em estudar os movimentos de apenas uma tribo, separadamente, é necessário observar as duas conjuntamente (ELIAS, 1970).

O segundo formato apresentado são os “Modelos de Processos de Interpenetração com normas” com suas respectivas subdivisões, consideradas por Norbert como “experiências intelectuais simplificadoras”, destaca sua natureza de processo, interdependente, apresenta uma “teia de relações humanas”, sujeitas a alterações na medida em que se muda a “distribuição de poder” (ELIAS, 1970).

O sociólogo busca esta simplificação pela “substituição de uma série de hipóteses sobre a força relativa dos jogadores, pelas diferenças de potencial de poder das pessoas ou dos grupos nas suas relações uns com os outros”, quando há redução na diferença de poder os modelos ficam mais perceptíveis, (ELIAS, 1970, p. 88).

A primeira hipótese é do “Jogo de Duas Pessoas”, neste o sujeito A exerce uma forte e poderosa coerção (poder) sobre B, desta feita, conseguindo obrigar B a realizar determinada jogada. Agora, este cenário não significa que B não tem influência sobre A, apesar da forte pressão de A sobre B, este último também exerce força, pois “se fosse zero não haveria jogo”, A não em um “poder absoluto” ele retêm uma “proporção de poder”. Temos então um controle mútuo, inobstante a diferença, desigualdade em sua intensidade (ELIAS, 1970, p. 88).

Como consequência natural desta grande fatia de poder nas mãos de A, além de controlar os movimentos de B, também domina (não totalmente,

mas um grande quinhão) do próprio processo do jogo e o seu resultado (ELIAS, 1970).

E se a diferença de força entre A e B diminuir? (seja pela redução do poder de A ou pelo aumento do poder de B), diante de tal suposição, o domínio de A quanto ao processo e desfecho do jogo também irá reduzir e o controle de B irá aumentar. E se a diferença de poder se abrandar ainda mais? Segundo Elias se os degraus de poder se aproximarem “Ambos os jogadores terão correspondentemente menos possibilidades de controlar as configurações mutáveis do jogo” (ELIAS, 1970, p. 89).

À medida que o equilíbrio de poder caminha, em que a diferença de poder diminui, mais se aproxima de um “processo social” afastando a ideia de “processo individual”, tendo por consequência a “interpenetração de jogadas de suas pessoas, individuais, um processo de jogo que nenhuma delas planejou” (ELIAS, 1970, p. 89).

No próximo modelo, chamado de “Jogo de muitas pessoas a um só nível”, o concorrente A de forma semelhante a ocorrência anterior detêm grande força sobre seus oponentes B, C, D, E, etc. Igual a configuração anterior, são disputas sempre em dupla, em que A x B, depois A x C, A x D, e assim por diante. Nesta quadra, não há muita diferença entre o primeiro e o segundo cenários, pois em ambos há supremacia do indivíduo A sobre os demais, e estes não possuem qualquer ligação entre si. Por síntese, são vários xadrezistas, porém, sempre com tencionamentos em duplas combinadas com A. Segundo o autor, neste modelo, “a distribuição de poder é inequivocamente desigual, não elástica e estável.” Acaso viesse a se erguer um aumento vertiginoso no número de competidores independentes contra A, é possível que a superioridade também viesse a reduzir (ELIAS, 1970, p. 90).

Uma variação deste modelo recebe o nome de “jogo multipolar” em que o robusto indivíduo A entra em disputa contra B, C, D, mas desta vez a competição é contra todos ao mesmo tempo. Caso não existam tencionamentos entre B, C e D menores serão as chances de A controlar as jogadas, porém, existindo turba entre B, C, e D a vantagem passa a ser de A. Este modelo é uma transição para o 2c, quando o poder de A diminui também reduz a capacidade de controlar o jogo (ELIAS, 1970, p. 91).

Um formato interessante de analisar ocorre quando dois grupos (B, C, D, E) de um lado e (U, V, W, X) de outro com forças iguais iniciam uma disputa. Com este cenário, não há forte influência de nenhum dos lados. As jogadas e contra jogadas dos dois lados são passíveis de identificação, todavia, o observador deve se distanciar e entender cada um dos movimentos como entrelaçado, pertencente a uma teia de configurações, um processo continuado em que o movimento de um grupo não deve ser analisado individualmente e sim como uma consequência ou continuação baseada na movimentação do outro grupo (ELIAS, 1970).

Nos denominados “Jogos multipessoais a vários níveis”, encontramos uma competição com diversos jogadores e que não para de crescer. Este fato exerce uma coerção para que os jogadores alterem o grupo a que pertencem ou estão organizados. Neste caso, conforme aumentam o número de participantes também maior é a demora para que o competidor efetue a próxima jogada, o que pode conduzir a não ter uma visão sistemática do jogo (configuração). Por mais forte que seja, com o crescimento na quantidade de jogadores, será difícil entender ou controlar o jogo, se transformando em algo desorganizado, podendo chegar a fragmentação dos grupos que passam a se subdividir ou instituir uma nova configuração interdependente com outros grupos ou ainda poderá se manter intacto, entretanto, apresentando uma configuração absolutamente complexa (ELIAS, 1970, p. 92 e 93).

Para explicar esta “configuração altamente complexa” Elias explica os “Modelos de jogo de dois níveis: tipo oligárquico”. Segundo o autor, quando os jogadores disputam com outros a mesmo nível, pode configurar um grupo de jogadores de dois níveis, ou seja, se mantêm independentes, todavia, não contendam uns contra os outros. Tal atribuição é delegada a representantes, governos, líderes, etc., os quais constituem um segundo grupo menor, denominado como “secundário”. Neste segundo grupo encontramos as disputas, apesar de se manter vinculados ao primeiro grupo maior (ELIAS, 1970, p. 93).

Há uma relação de dependência mútua entre os dois grupos, inobstante ser possível uma enorme variação no poder. Até porque, tão somente os jogadores da segunda camada participam do jogo. Cada indivíduo do segundo nível exerce uma função e pode influenciar com maior ou menor

intensidade na configuração do jogo, além de visualizar mais claramente a interpenetração de sua jogada e das ações dos demais participantes. Para ilustrar, Saint-Simon, pertencente a elite oligárquica durante o reinado de Luís XIV, em seus manuscritos, demonstra que conhecia as regras não-escritas que orientavam o jogo na sociedade-estado (ELIAS, 1970, p. 94)

É fantasioso, segundo o sociólogo, acreditar que o jogo é absolutamente transparente. Para ele o jogo é opaco e para compreender, é necessário que o participante aceite sua falta de conhecimento e realize uma investigação científica completa e sistemática, de forma a iluminar a visão sobre o funcionamento do jogo. No modelo de dois níveis, as jogadas tanto ocorrem para dentro como para fora da teia constituída (ELIAS, 1970, p. 95).

Equilibrar o poder neste modelo, significa entender que inimigos em determinado nível podem ser aliados em outro nível. Por menor que seja o grupo, em estando posicionado em um nível mais alto, este terá mais poder que o círculo maior posicionado em uma camada mais baixa. Contrastando com esta afirmação, Elias explica que no formato de dois níveis, por existirem muitas constelações, dificilmente o jogador (ainda que seja o mais forte no nível superior) poderá exercer total controle. Deste modo, se todos os jogadores (dos dois níveis) se unirem contra o jogador mais forte, dificilmente o último irá resistir, devendo sucumbir a vontade da maioria (ELIAS, 1970, p. 96).

Raciocínio notável (ainda nos jogos de dois níveis) é de que: em existindo grupos rivais posicionados no nível superior e com semelhantes forças, tal disputa permite a abertura para que um terceiro jogador (estranho a disputa) aproveite a oportunidade e passe a conduzir os dois grupos rivais, dominando o percurso do jogo. O argumento de Elias é que a força deste terceiro está na “intuição e habilidade com que capta as oportunidades oferecidas pela constelação das forças de poder, fazendo delas as bases de sua estratégia” (Elias, 1970, p.96). E se não existir este terceiro elemento? Nesta condição a briga entre as camadas mais altas irá fortalecer as de nível mais baixo.

Como último desenho da teoria, estão os “Modelos de jogo a dois níveis: tipo democrático crescentemente simplificado”. O autor reproduz a hipótese (modelo de dois níveis) em que a camada mais baixa, vagarosa e

continuamente cresce seu poder reduzindo a diferença para o grupo de maior nível, estabelecendo um equilíbrio “flexível e elástico”. Neste caso, o jogador mais forte do nível superior terá suas jogadas lançadas em um sistema mais complexo (ELIAS, 1970, p. 97).

Na maioria das vezes, os jogadores localizados no primeiro piso (inferior) devido a sua desorganização, apenas registram uma influência indireta sobre os participantes do nível acima, guiando os jogadores do andar superior a acreditar que estão livres para adotar comportamento a seu bel prazer, existindo preocupação apenas com àqueles que integram o mesmo nível (ELIAS, 1970, p. 97).

O maior equilíbrio de forças entre os níveis (redução) aumenta a dependência do piso superior em relação ao inferior, existindo uma maior conscientização desta realidade. Se a diferença de poder continuar a cair, em determinado momento as funções dos jogadores do nível superior irão se alterar e ainda, haverá substituição dos próprios jogadores do piso de cima. Diante desta fórmula de maior equilíbrio no poder, os integrantes do nível superior alteram sua percepção e papel, enxergando como um porta-voz, um representante do andar de baixo (ELIAS, 1970, p. 97).

A distribuição mais igualitária do poder entre os níveis, torna as jogadas dos integrantes do nível superior mais complexas, pois deverá se preocupar tanto com os indivíduos do piso inferior como também com os jogadores do mesmo nível e então definir a melhor estratégia. Elias explica que integrantes dos dois níveis podem se agrupar, desenvolvendo uma configuração que permite um balanceamento em relação a grupos interdependentes, porém, rivais. Nesta quadra, é oportunizado a qualquer indivíduo, indistintamente, alcançar maior poder em relação aos demais. Diversamente, se a oportunidade de uma grande parcela poder for ofertada a apenas um jogador ou um pequeno grupo de jogadores, esta configuração será extremamente instável (ELIAS, 1970, p. 98).

Tal configuração surge em períodos de crise e sua manutenção só é possível em larga escala, com o enfrentamento de grandes dificuldades. O jogador nestas condições está sob forte pressão, diferente do modelo de dois níveis anterior, pois com a distribuição desigual do poder, nem o jogador individualmente, tão pouco o seu grupo, controlam o jogo. O teórico depreende

que como o jogo não é controlado por seus jogadores, deve ser entendido como uma “entidade super-humana” concluindo que o jogador demora para entender que o descontrolo sobre o jogo é consequência da “dependência mútua” assim como “das posições que ocupam enquanto jogadores e das tensões e conflitos inerentes a esta teia que se entrelaça” (ELIAS, 1970, p. 99).

Ao final, o escritor revela a importância de compreender a sociologia por intermédio de representações mais palpáveis (a exemplo de jogos), de forma a refletir em conceitos como o “problema do poder”, afastando a concepção tradicional da origem militar ou econômica do poder. Para ele, o poder tem natureza “polimorfa”, motivo pelo qual deve se afastar de questões sentimentais. O poder é temido (coação para fazer o que não se deseja), suspeito (utilizado em seu próprio benefício), imoral (as decisões deveriam ser tomadas por nós próprios) (ELIAS, 1970, p. 101).

Segundo Elias, o poder tem uma natureza estrutural de relações, não é boa nem má. Por sermos dependentes, a relação de A para com B, também ocorre de B para com A. É necessário entender que o conceito de relação não é estático, são processos em que não necessariamente alguém detém o poder. Para exemplificar, basta pensar em quatro indivíduos (A, B, C, D) todos com iguais oportunidades de poder. Ninguém é mais poderoso do que ninguém. Esta relação de interdependência faz com que os participantes atuem de uma forma que dificilmente atuariam caso algum deles registrasse maior poder. A dificuldade, é de que existe um paradigma linguístico que nos empurra a acreditar na existência de que sempre “alguém” tem poder (ELIAS, 1970, p. 102).

Para o sociólogo, os modelos de jogos “multipolar” e de “dois níveis tipo democrático” auxiliam na experiência básica da sociologia, na medida em que o entrecruzamento de várias ações resulta em consequências sociais que ninguém planejou. Para ele, o cruzamento de jogadas individuais de vários participantes “toma um rumo que não foi planejado, determinado ou pensado antecipadamente por nenhum dos jogadores individuais.” Os formatos de dois níveis (oligárquico ou democrático) é esclarecedor ao indicar que nem um indivíduo nem um grupo de indivíduos impõe seu poder de forma unilateral, pois, com a redução do poder entre indivíduos ou grupos igualmente diminui a possibilidade de influenciar no decurso dos jogos (ELIAS, 1970, p. 103 e 104).

O autor conclui que os organismos individuais humanos, possuem características tão peculiares, modelos de organização tão diferenciadas), que não são passíveis de explicação com suporte em áreas de investigação científica que tentam compreender de forma singular, como organismos isolado, a exemplo da psicologia e da biologia (ELIAS, 1970, p. 105).

A soma dos conhecimentos elisianos em sua diversidade conceitual relações de poder, continuidades e rupturas, configuração, entrelaçamento, tencionamentos, jogos e disputas pelo poder, servirão de lentes interpretativas na análise das continuidades e rupturas do sistema esportivo brasileiro, especialmente, da criação do Comitê Brasileiro de Clubes.

Absorvendo as palavras do próprio Elias (1970, p. 105) “Os modelos de jogo são uma forma excelente de representar o caráter distintivo das formas de organização que encontramos no nível de integração que as sociedades humanas representam”.

4 CLUBE CURITIBANO E O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES

Em suma os objetivos do presente capítulo são: i) apresentar uma visão histórica do Clube Curitibano e a importância do esporte no decorrer de sua trajetória; ii) desenvolver a origem histórica, continuidades e rupturas legislativas que transformaram a Confederação Brasileira de clubes em Comitê Brasileiro de Clubes; iii) explicar o sistema de financiamento para formação de atletas proporcionado pelo Comitê Brasileiro de Clubes; iv) o impacto do Comitê Brasileiro de Clubes nas entidades formadoras, por intermédio de uma lupa no Clube Curitibano.

4.1 CLUBE CURITIBANO

A escolha do Clube Curitibano para estudar os impactos da criação do Comitê Brasileiro de Clubes, não ocorreu de forma aleatória. Além de elementos óbvios relacionados a proximidade geográfica da entidade com o domicílio da investigação (cidade de Curitiba), também demonstramos neste momento a importância histórica do clube a nível regional e nacional, para tanto, um recorte histórico foi desenvolvido neste trabalho de maneira a

compreender como o esporte surgiu e ganhou espaço da entidade de prática esportiva.

O Clube Curitibano integrava àquelas primeiras entidades clubísticas que formaram a Confederação Brasileira de Clubes no início da década de 90, portanto, a entidade por sua história de participação neste processo, interessa a pesquisa tanto por permitir melhor compreensão dos anseios dos clubes naquela época, como por entender nos dias de hoje o impacto na transformação da confederação em comitê.

4.1.1 Importância da investigação histórica

As investigações históricas são diversificadas e podem ter os mais diferentes enfoques dependendo do objetivo do pesquisador a exemplo de: Importância da história do esporte (James, 2017), Identidade e Clube no Município (Cubizolles, 2011), Clubes Privados no século XX (Kay, 2013), local do esporte na formação da cultura (Macdonald, 2017); historiografia dos clubes (Maclean, 2013); estudar esporte sob as lentes da sociologia histórica (Maguirre, 2011), relação entre historiadores e história do esporte (Holt, 2013), estudo de imagens para história do esporte (Huggins, 2015), história geral do esporte (Hughson, 2015), diferentes tipos de arquivos para compreender a história do esporte (Johnes, 2015), estruturas históricas e pesquisa esportiva (James, 2015); história dos clubes esportivos alemães (Krger, 2013); metodologia para história do esporte (Oldfield, 2015, Day, 2015), história do esporte oral (SKILLEN, 2015).

A pesquisa quanto a história do clube, inicialmente, teve por foco identificar a conjuntura urbana e os objetivos iniciais quando da criação do Clube Curitibano no final do século XIX (25 de setembro de 1881), o mais antigo da capital paranaense, e suas respectivas transformações, encontrando o recorte temporal em que o esporte (modalidade esportiva) restou fortalecido como principal atividade na entidade.

Em outros termos, a importância se pauta em detalhar dois momentos marcantes para o segmento de clubes na cidade de Curitiba: primeiro na criação de um dos principais e mais antigos espaços de práticas corporais

(surgimento do Clube Curitibano) e por segundo na eclosão do esporte enquanto essencial, como papel principal para as atividades da agremiação.

A investigação envolveu um grupo de fontes escavadas dos jornais no recorte temporal sindicado (1880/1882 – criação do clube) encontrados na Divisão de Documentação Paranaense, situada na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, assim como em revistas, documentos históricos, diários, anotações, estatutos, atas, orçamentos, imagens dentre outros acomodados no Centro de Memórias do Clube Curitibano para o segundo período (1890/1951 - relevância do esporte na entidade).

Em relação ao surgimento da associação clubística o principal jornal de circulação, responsável por expor as concepções do período era o “Dezenove de Dezembro”, com forte participação pública na medida em que boa parte de suas páginas eram ocupadas por publicações de editais de compras, convocações de jovens para o serviço militar, decretos, concessão de licenças para servidores, nomeações e exonerações, as quais dividiam espaço com notícias do comércio, economia, histórias para descontrar, além de em alguns momentos serem identificadas práticas higienistas. Para Capraro (2004), os jornais materializam os pensamentos vigentes na época.

O segundo período averiguado, em relação ao contundente reconhecimento do esporte no seio do clube, exigiu inquisição direcionada para o acervo da própria agremiação, já que estes irão retratar as ideias presentes no grupo. Para este lapso foram separados os periódicos publicados quinzenalmente pelo clube além de balancetes, atas de reuniões e estatutos sociais.

No esforço de dirigir-se as fontes para o primeiro período (1880/1882) inicialmente foram esquadrihados os microfilmes disponíveis na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, com pouca variedade de jornais, e extraídos por intermédio de leitura em equipamento próprio, as páginas e datas que interessavam à pesquisa.

Em um segundo passo, a Divisão de Documentos Públicos encaminhou as páginas de interesse do pesquisador para o correio eletrônico, a maior parte do jornal “Dezenove de Dezembro”, porém, também foram encontrados acanhados movimentos de clubes no jornal “Itiberê” indicando a

importância do “Club do Commercio” e “Club Literário”, ambos de Paranaguá, além do Clube Alhya de Morretes.

Na sequência, para a segunda divisão cronológica (destaque dos esportes no Clube Curitibano) o encaminhamento foi dirigido para a própria entidade sindicada, local em que despontou a existência de um Centro de Memórias situado no espaço do recém adquirido “Clube Concórdia”. Mediante autorização especial, foram realizadas diligências no farto material existente, com especial qualidade de informação do periódico quinzenal da própria entidade denominado “Club Corytibano” o qual possui edições desde o ano de 1890, atualmente denominado “Clube Curitibano”.

Feita a coleta dos materiais, foram divididos por datas, perfazendo em seguida uma linha cronológica, com novo filtro dos registros que indicavam as atividades do Clube Curitibano.

A importância da investigação se revela no resgate de encontrar o momento histórico e contextualização do ambiente cultural, cotidiano e interesses dos curitibanos quando da origem de seu primeiro clube, assim como o ponto cronológico que permeou a importância do esporte absorvido enquanto prática para o interior do Clube Curitibano.

Pesquisas realizadas por Moraes e Silva (2011) e Mezzadri (2000) detalham que o esporte aporta na capital do Paraná entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o que permite confrontar com a realidade do Clube Curitibano neste período, elemento central da investigação em tela.

Pertencente a escola francesa de Annale, um dos maiores estudiosos para o resgate da histórica corporal, Le Goff e Truong (2006), descreve que o tabelamento de desempenhos corporais de “corridas de rua” na França no início do século XIX, pela primeira vez fixavam “cifras”, ou seja, um número a ser igualado ou ultrapassado, todavia estavam mais próximas de festejos e comemorações do que propriamente de aspectos relacionados ao esporte:

Elas se aproximam mais do universo da festa do que do universo do treinamento. O esporte, com suas competições sucessivas, hierárquicas, organizadas, com suas instituições centralizadas, seus adeptos filiados, não podia nascer delas. No entanto, numerosas mudanças intervêm desde esses anos e desde os anos seguintes, impondo insensivelmente regras novas as práticas do corpo: regulamento das violências, técnicas de ginástica, cálculo dos espaços e dos tempos. A exigência da medida, por exemplo, deixava

um traço evidente. Um novo universo do gesto e do desempenho, uma nova influência vinda do trabalho também deviam impor-se definitivamente; tanto um como o outro suscetíveis de fornecer ao esporte aparecido nas décadas seguintes normas corporais já amplamente revisadas. O exercício se tornava um trabalho corporal de novo tipo: uma atividade precisamente codificada cujos movimentos são geometrizados e cujos resultados são calculados. O corpo trabalhado pelo exercício do começo do século não é o do esporte. Parcialmente, porém, já o desenha.

Aqui no Paraná, Segundo Moraes e Silva (2011), a Pelota Basca e o Turfe foram as principais práticas corporais que se consolidaram nos espaços urbanos de Curitiba, no final do século XIX início do XX, com assentamento do “Prado do Guabirotuba” (Jockey Club) local que dispunha de

arquibancadas e como a mocidade – tanto a da elite como a das associações imigrantes – não tinha recursos para ter instalações próprias, foi-lhes cedido o hipódromo. Para que os jogos acontecessem, bastaria que o gramado, que ficava no centro da pista de corrida, fosse adaptado às condições para a disputa dos matches do esporte bretão.

A justificativa, portanto, em apreciar uma investigação história do Clube Curitibano, é de que a partir desta análise, resta comprovado o papel e a importância da entidade, não apenas para a capital paranaense, como também para o Brasil, visto que vários atletas de reconhecimento nacional e internacional iniciaram sua trajetória e tiveram formação na entidade estudada.

4.1.2 Clube Curitibano – origens e transformações

O próprio Curitibano (2018) retrata uma síntese do que a entidade reuniu como as informações mais relevantes para a história do ente quanto aos seus fundadores e a que se destinava:

O desejo de fundar um Clube, que fosse um refúgio cultural e social para a sociedade curitibana, que presenciasse o crescimento e desenvolvimento da capital no final do século XIX, foi a força motriz que levou o Coronel Romão Rodrigues de Oliveira Branco, e outros cavalheiros a reverter a lacuna de não existir na cidade um ponto de reunião onde ideias e sentimentos pudessem fluir. Foi então que em 25 de setembro de 1881, o Clube Curitibano foi fundado. Administrado por uma diretoria provisória presidida pelo Comendador Ildefonso Pereira Correia, industrial, comerciante de erva-mate e madeira, pioneiro no setor de transportes e negócios bancários, homem de visão ampla que contribuiu muito para o desenvolvimento de Curitiba.

No Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 24 de setembro de 1.881, página 3, encontramos o seguinte texto:

Club – O Sr. Romão Branco peilenos para convidar as pessoas que adheriram as idhéa de formação de um club, para se reunirem amanhã, ás 5 horas da tarde, no salão Landemann, afim de tratar-se da organização de estatutos e directoria provisoria.

Ao traçar uma linha do tempo nos acontecimentos do Clube Curitibano se extrai que a primeira reunião foi idealizada a convite de Romão Rodrigues de Oliveira Branco, no salão Lindemann contando com a presença de 60 pessoas (Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 1º de outubro de 1881, página 2).

A primeira diretoria da agremiação foi definida em reunião realizada em 08 de dezembro de 1.881 na casa do Barão do Serro Azul, com a escolha de Ildefonso Pereira Correia como Presidente, Dr. João Pereira Lagos na qualidade de vice-presidente, Romão Rodrigues de Oliveira Branco para 1º Secretário, Nivaldo Teixeira Braga como 2º Secretário, Eduardo Augusto Vasconsellos Chaves na função de Procurador, Antônio José Rodrigues eleito Tesoureiro e Dr. Emanuel Eufrásio Correia para Orador (Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 10 de dezembro de 1.881, página 3):

Club Curitybano – No dia 8 do corrente teve lugar, em casa do Sr. comendador, Ildefonso Corrêa, a 1ª sessão desta associação, sendo aprovados os respectivos estatutos procedendo-se em seguida a eleição da directoria que ficou assim composta:

Anos mais tarde em matéria jornalística de autoria de Euclides Bandeira, versão dos bastidores quanto a criação da entidade veio a tona:

Qual a gênese do Clube?

De uma feita, ao risco de informes que nos pareceram razoáveis, publicamos a versão de que ele teria nascido como “tertius” apaziguador entre duas sociedades de entrudo que andavam às turras e aos boléus, em violenta rivalidade: “Boêmia Carnavalesca” e “Titeres do Diabo”. Esta versão, de alguma sorte confirmada por quem íntimo das crônicas locais (Dr. Ermelino de Leão, verb. “Club Literário Curitibano”, no Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná), nos foi contestada pelas testemunhas e compartes sobreviventes dos acontecimentos. Com efeito: o cel. João Carvalho desempenhou o cargo de secretário da diretoria provisória desse clube, onde se discutiam teses, e que o emérito historiógrafo citado ensina ter sido fundado pela maioria dos sócios da “Boêmia Carnavalesca”, a 19 de dezembro de 1.874, no prédio nº 40, da rua do Comércio (hoje Marechal Deodoro), sendo presidente o desembargador Agostinho Ermelino de Leão.

O cel. João Carvalho, a quem entrevistávamos, teve a gentileza de nos fornecer este relato: - na casa de esquina, à rua Marechal Deodoro, onde é agora a Farmácia Central, sob a presidência do dr. Ermelino de Leão (o velho), se reunia a mocidade da época, amante das letras. Faziam-se discursos, diziam-se versos, liam-se contos e outras páginas. Era o Clube Literário, com cerca de 80 sócios, os quais, mais tarde, resolveram alterar o encontro literário das tertúlias com a dos saraus dançantes. Deu-se a crisma: a sociedade passou a denominar-se Clube Curitibano, transferindo-se para a rua São Francisco, esquina da Graciosa (hoje Delegacia Fiscal), onde já se realizou a eleição da primeira diretoria, havendo renhido pleito. (não haveria a velha rivalidade entre “boêmios” e “títeres”?).

Venceu por um voto a chapa encabeçada pelo comendador Antônio de Barros, contra a chapa em que era presidente o Sr. Francisco Fontana. Os derrotados, demitiram-se em massa. O Clube ressentiu-se com a retirada de uns 30 sócios, pelo que houve démarches, resultando a renúncia do comendador Barros, a eleição do dr. Ermelino e a volta dos demissionários, com a perda do direito de sócios fundadores.

Eis o lúcido depoimento do cel. João Carvalho, depoimento valioso por ser pessoa que esteve envolvida nas peripécias sociais da antiga Curitiba.

Todavia, quaisquer as ocorrências as causas determinantes da fundação do Clube Curitibano, o que deve ficar sempre em forte relevo é a ação iniciadora ou coordenadora de Romão Rodrigues de Oliveira Branco, o respeitável ancião que com justificado orgulho chamava o Clube de “seu filho”. (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 2, de 15 de abril de 1.950, páginas 18 e 19).

Em outro recorte jornalístico de 06 de janeiro de 1882 é assinalada a instalação oficial do Club Curitybano no piso superior de um sobrado pertencente à Defesa Fiscal, situado na Rua São Francisco esquina com Rua da Graciosa, atualmente Rua Barão do Serro Azul, (Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 31 de dezembro de 1.881, página 4) conforme (FIGURA 1):

FIGURA 1 - PRIMEIRA SEDE DO CLUBE CURITIBANO



Fonte: acervo do Centro de Memórias do Clube Curitibano

A entidade reconhece Ildefonso Pereira Côrrea como uma figura importante na fase de estruturação do Clube:

A figura marcante, que assumiu a postura de líder e batalhou para que a dificuldade financeira enfrentada pelo Clube fosse revertida foi Ildefonso, que cobrava iniciativas eficazes, resolvia disputas de membros da diretoria e solicitava prestações de contas, além de ser um representante do Clube junto a Corte Imperial, já que havia se tornado Barão, (CURITIBANO, 2018).

Naquela época, a jovem cidade de Curitiba, antes quinta comarca de São Paulo e desde 1.853 emancipada, marcava presença pela produção de erva mate, madeira e o incipiente cultivo do trigo, existindo repetidos anúncios nos periódicos que indicam a predominância destes produtos.

O vilarejo despercebido cuja serventia era reduzida a um caminho de passagem para São Paulo, com quase 40 anos de idade, diante da circulação de riqueza, fortalecimento do comércio e urbanização, exigia espaço para o desenvolvimento dos movimentos corporais. Ocorre que as opções eram parcas e os novos habitantes de Curitiba, desejavam maior variedade de espaços para suas práticas afinal:

O orgulho urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que a trazem à luz, detentores de poder e artistas. (LE GOFF, 1998, p.119)

As duas vertentes para as quais foi criada a agremiação, quais sejam, cultural (literatura, música, poesia) e de diversão (bailes, saraus, bilhar, sinuca) fica saliente logo na curta retrospectiva do ano de 1889 nos termos descritos na primeira revista:

BIBLIOTHECA

Durante o anno forão adquiridos para a biblioteca 983 volumes de diversas obras. Contem Ella hoje 1.135 volumes encadernados em 954 tomos. Dos volumes adquiridos, forão comprados 45 e 991 offerecidos por generosos e prestimosos sócios e pela casa Garnier, do Rio de Janeiro. Além desses volumes existem muitas brochuras de obras importantes.

Recebeu a bibliotheca durante o ano, por assignatura, os principais jornais do Rio de Janeiro, e por offerta alguns de S. Paulo e todos que se publicação nesta cidade.

Forão retirados por socios 997 volumes de litteratura para leitura em suas casas e consultadas 74 obras de sciencias

DIVERSÕES

Realisaram-se e torneios de bilhar, sete bailes e 31 saraos dançantes e musicaes, tendo sido um saráo promovido por alguns socios.

Os saráos musicaes foram effectuados sob a direcção da prestimosa Sra. D. Zelié Costa, e coadjuva por outras distinctas Sras.

Nos saráos dançantes prestaram-se a tocar piano diversas Sras. e alguns sócios.

Para não cahir em ommissão involuntária deixo de citar os nomes de prestimosas Sras., e bondosos socios.

O meu reconhecimento para com todos é immoreduo.

(Revista Club Curitybano, Anno I. N. 1, de 16 de janeiro de 1.890, página 3):

A necessidade por espaços é bem descrita na segunda publicação da revista (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 2, de 1º de fevereiro de 1.890, páginas 3 e 4) em uma coluna denominada “Sociedades e Clubs”. No texto o autor apresentava a rotina de turistas que visitavam a cidade e a preocupação dos anfitriões em revelar uma cidade moderna:

Quando em tempos idos, algum cavalheiro illustre, em viagem de recreio, se dignava visitar-nos para avaliar o nosso adiantamento, eu ou outro qualquer filho do lugar, cõscios de ter um berço que já merecia as atenções de um viajante illustrado e curioso, não fugiamos ao prazer de acompanhá-lo a percorrer a nossa cidade e circumvisinhança.

Como prova certa do nosso adiantamento, começávamos por contar-lhe que em 2 annos o nosso torrão cresceu consideravelmente na edificação, que, aqui onde hontem era ruína, levanta-se magestoso prédio, ali, onde verdejava a campina, estão traçadas bellas ruas, que indicam a continuação da cidade.

Ao primeiro aspecto sem que nosso hospede entrasse em analyse social, o cicerone fazia-o crer que elle estava n'uma Califórnia ou nos Estados Unidos e o nosso homem convencia-se de que devia co-habitar com nosco.

Passada, porem, esta primeira impressão, farta a vista dos risonhos quadros que se lhe antepuzeram, dispertava o espirito, como até então adormecido, reclamando vida e entretenimento.

Na sequência, a descrição expõe a carência de espaços para práticas corporais na cidade de Curitiba (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 2, de 1º de fevereiro de 1.890, páginas 3 e 4):

O nosso cavalheiro queria, então ver o complemento de tanta grandeza: pedia theatros, Clubs, passeios, recreio, onde podesse ver o nosso *high-life*, a elegância, a moda, a amabilidade; enfim queria sociedade onde desse vida a sua vida.

Semelhante desejo em epochas passadas, punha nos em dura alternativa: ou dizer-lhes com franqueza que não tínhamos, ou convence-lo de que éramos egoístas neste ponto, não sendo costume relacionar-se a sociedade com um viajante, logo chegando aqui.

Em todo o caso a primeira alternativa era mais honrosa qua a ultima e, assim em poucos momentos passávamos uma esponja em tudo o que demais agradável se apresentou aos olhos do ilustre desconhecido.

Ao final do texto, o autor destaca a importância do surgimento destes ambientes corpóreos como verdadeiras extensões da cidade (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 2, de 1º de fevereiro de 1.890, página 4):

Hoje, entretanto, assim não succede; podemos com franqueza acolher um hospede, mostrar-lhe o progresso material, contar-lhe o nosso passado atrazado e depois deleitar o seu espírito no seio de uma sociedade inelligente e instruída; leva-lo ao theatro, ao Prado, aos Clubs literários e recreativos e mostrar-lhe que vivemos e caminhamos.

Como ornamento da nossa sociedade Curitybana, contam-se os filhos seus, que, tendo voltado das Academias educados e instruídos, quaes estrellas de primeira grandeza, scintillam na esphera social, que os ouviu nascer e os sabe prezar.

Para esse melhoramento social, não podemos deixar de attribuir grande parte ao nosso Club Curitybano, que, inspirado sempre de louváveis sentimentos, tem dado estímulo á mocidade e estreitado as relações de família, exemplo e base de bem-estar de um povo, que quer atingir á perfectibilidade social.

Considero pois a instituição do Club Curitybano, como um código de deveres sociaes, que, sem ter tido ações positivas, tem garantido a ordem e harmonia entre aquelles que o compõem.

Tal passagem aguça o entendimento de que os Clubes surgiram como um complemento do espaço urbano, um local voltado para “*passeios*”, “*recreio*”, “*onde pudesse ver o nosso high-life*”, “*a elegância*”, “*a moda*”, portanto, *prima facie*, não há uma destinação voltada para o esporte, aliás, passava ao largo deste objetivo.

Em ata de sessão ordinária, datada de 8 de janeiro de 1.890 quatro assunto foram debatidos pela diretoria: a criação de um regulamento interno para o Clube; criação de uma revista quinzenal visando a publicação das atas e artigos literários e o arrendamento de botequim e bilhar.

Oito dias após, nascia a edição pioneira da revista Club Curitybano, em 16 de janeiro de 1.890, traduzindo a essência da associação naquele momento histórico:

O “Club Curitybano”, órgão da associação desse nome, tem o objectivo de pôr os socios a par de seu movimento litterario e diversivo e concorrer para educar-lhes e elevar-lhes o espirito e o coração, a intelligencia e o sentimento.

O que porem, no impomos como defêzo ao fim que nos dirigimos è o vir aqui impugnar ou propugnar facções politicas e partidarias. Apontando em cima das lutas dos partidos, aspiramos ao nobre e auspicioso labor de identificar os nossos consócios na mais solida, estavel e fraternal unidade social.

Ahi ficam as nossas idéas singelamente expostas, e sirva essa singeleza de escudo impenetravel contra as peripecias inherente a vida jornalisticas. (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 1, de 16 de janeiro de 1.890, página 1)

O movimento literário que nos deparamos logo na apresentação de seu periódico, também foram reconhecidos no âmbito de outros Clubes, a exemplo do jornal Diario do Commercio de 30 de outubro de 1879, aparentando ser uma tendência:

Club Juvenil – sob este titulo creou-se no dia 12 do corrente uma associação litteraria, composta de estudantes menores, e de diversas escolas desta cidade.

A animação que presentemente se tem manifestado entre estes nossos colleguinhas, faz nos crer que terá longa prosperidade.

(...)

Club dos Estudantes – No dia 2 do corrente teve lugar a installação deste club, dirigido pelos estudantes do instituto paranaense.

Composto apenas de 12 socios, não pouparam esforços para levar a efeito esta jornada. (Jornal O Commercio, de 30 de outubro de 1879, página 3).

Ao compulsar as receitas e despesas do Clube Curitibano para o ano de 1.889 foram identificadas grandes aquisições de livros para a biblioteca, encadernamentos de obras, gastos dirigidos para jogos, torneios e premiações de bilhar, além de festejos e bailes. Retomando as informações estampadas na primeira revista do clube, há alusão da tentativa, em março de 1889, de instalar aulas de “Francez, Arithimetica, Escripturação Mercantil e História” destinadas aos sócios, porém, diante da fraca adesão, a iniciativa padeceu, (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 1, de 16 de janeiro de 1.890, páginas 6 e 7).

Em sua segunda publicação, a revista inaugura uma seção dedicada a Secção Litteraria e seguidas páginas de contos, versos e poemas. Das 8 páginas de matérias 4 foram destinadas a literatura (Revista Club Curitybano, Anno I. N. 1, de 16 de janeiro de 1.890, páginas 6 e 7).

Os elementos acima identificados expõem fortes indicativos de que as principais atividades desenvolvidas pelo Clube Curitibano, neste período, estava sintetizada em: 1) Cultura (literatura, poesia, biblioteca); 2) Jogos

voltados para diversão (principalmente o bilhar) e 3) Eventos festivos (bailes, saraus dançantes, entre outros).

Reforçando estas menções, o Estatuto em vigor era manifesto quanto aos objetivos da agremiação (Acervo do Clube Curitibano, disponível no Centro de Memórias):

CAPITULO I

Da sociedade e seus fins

Art. 1.º O Club Curitybano é uma associação destinada a promover toda a espécie de diversões úteis e instructivas, como: jogos lícitos, musica, dança, leitura, conferencias, passeios, etc.

Na terceira versão da revista, igualmente é perceptível três pilares em que assentavam os objetivos do Clube eis que das 8 páginas, 4 desenvolvem textos voltados para a educação e a literatura (“Secção Literaria”, “A educação”, “Pontos e Reticencias” e “Parnaso”) e as restantes expondo as atividades voltadas para o carnaval (história, baile de máscaras, Nihilistas e Festejos), a exemplo dos seguintes fragmentos:

Festejos

Os Nihilistas do Averno, farão seos paseos nos dias 16 e 18 recolhendo se depois ao Club Curitybano, onde demonstrão que a vida vale a pena ser vivida e a morte é...a consequência natural da vida

Explendido

Os Girondinos, preparam com todo luxo e gosto seus vastos salões para nelles terem lugar magníficos bailes carnavalescos nas noites de 15 a 18 – hurrah!

O Club Curitybano...dará os bailes do costume nas noites de 16 e 18. Cumpre seu dever, respeitando a praxe antiga.

As commissões trabalham activamente para adornar com gosto e esmero as respectivas ruas, afim de receberem dignamente os Nihilistas, mascarados e tudo quanto por ellas transitar. (Revista Club Curitybano, Ano I. N. 3, de 16 de fevereiro de 1.890, páginas 7 e 8).

Neste mesmo periódico é feita uma transcrição do jornal denominado “Diário Popular” originário de São Paulo o qual exhibe uma visão quanto aos destinos do Clube Curitibano:

O Club Curitybano, pertence á associação do mesmo nome e tem por objecto pôr os sócios a par de seu movimento litterario e diversivo e concorrer para a educar e elevar-lhes o espirito, o coração, a intelligencia e o sentimento. (Revista Club Curitybano, Ano I. N. 3, de 16 de fevereiro de 1.890, página 8).

A investigação não identificou qualquer alusão a prática de quaisquer modalidades esportivas nas edições seguintes, até que em março de 1.895 surge a primeira referência à esgrima, ainda assim, a nota indica ser um esforço isolado (a princípio não há registro de apoio financeiro por parte da agremiação), de um grupo de associados do Clube:

Aula de esgrima – Tem funcionado com regularidade, neste Club, a aula de esgrima mantida por diversos sócios da qual é professor o Sr. Montugrel. (Revista Club Curitybano, Anno VI. N. 6, de 34 de março de 1.895, página 8).

Passados 5 meses do primeiro relato da esgrima, uma segunda notícia é publicada na revista, desta vez com menção a um Clube de Esgrima localizado no bairro Hauer em Curitiba:

Club Militar de Esgrima – Recebemos convite para o assalto de armas e baile que esse *club* realiza a 17 do corrente no salão hauer. Agradecidos. (Revista Club Curitybano, Anno VI. N. 15, de 15 de agosto de 1.895, página 5).

Em harmonia com os achados de Moraes e Silva (2011), na edição de maio de 1896 é perceptível a atenção para os aspectos higienistas que ocupavam os jornais da época:

LIGEROS ESTUDOS

Sobre

Hygiene Popular

III

Drenamento

Conforme a configuração topographica que apresentam os terrenos, estes, são mais ou menos embebidos de agoas estagnadas, quer sejam elles frios ou quentes. D'ahi a origem de muitas habitações paludosas e insalubres

É de suma importância o trabalho de dissecação nas cidades por que d'elle depende a saúde dos nossos concidadãos.

Logo que se pensa em construir uma habitação, as nossas vidas devem se voltar, antes de tudo, para o terreno onde se vae construir, e disseccal-o applicando a drenagem, esse delicado e importante invento, propagado pela Belgica e aperfeiçoado pela Inglaterra e cuja Idea partiu dos celebres agrônomos romanos, Columella e Palladio, os primeiros que falaram sobre a possibilidade dos fossos e canaes subterraneos.

É um facto axiomático que as agoas estagnadas na superfície ou no interior dos terrenos, produz o atrophamento physico do Homem, isto é empobrece o sangue da humanidade tirando-lhe a actividade e encurtando-lhe a vida.

Enxugal-os por meio de canalização subterranea, eis o que e necessario.

E, para se chegar a construir um terreno bom, emprega-se o drenamento, cujo nome tem origem nos vocabulos inglezes lo druin. Para vos demonstrar a importancia da drenagem, citarei aqui o caso de M. Martinelli, dado em uma de suas prelecções neste assumpto, 'Vede aquelle vaso de flores n'aquelle jardim? Porque tem elle um orificio no fundo? A existencia desse orificio revela necessariamente, uma importante theoria agricola. Permite a renovação da agoa, escoando-a, 'a proporção que ella entra. E para que se renova a agoa? Porque esta produz a vida ou a morte.
(...)
(Revista Club Curitybano, Anno VII. N. 5, de 15 de maio de 1.896, página 3).

Entre a década de 10 e a década de 30, não foram encontradas fontes no Centro de Memórias do Clube Curitibano que pudessem contribuir para a pesquisa, motivo pelo qual, a investigação é forçada a saltar para a década de 40 e de buscar a partir dos registros deste período, indícios de acontecimentos referenciando as décadas anteriores.

Uma destas referências à década de 30 foi desvelada em um Boletim Informativo de 1950, em que uma coluna replicava texto publicado por Pânfilio D'Assunção em 1932:

O poder educativo do Clube Curitibano sobre a mocidade foi decisivo, pois a austeridade de costumes e a linha de conduta, foram sempre qualidades indispensáveis aos que aspiravam a honra de fazer parte do seu quadro.
(...)
Essa atuação benéfica na elevação da sociabilidade curitibana, pelo convívio das famílias nas suas faustosas reuniões, pelo encaminhamento da infância para a vida social, através de seus esplêndidos natais e retumbantes destas de carnaval, a nossa querida sociedade tem exercido influência também sobre todas as manifestações da atividade mental de seus associados. A grande arte foi por ela sempre acolhida com carinho e estimulada por forte e confortador apoio.
(...)
Além disso já tem um patrimônio em obras de arte adquiridas pelos seus cofres, o que contribui para animar os esforços dos que, paranaenses ou não, se dedicam a realizar o belo no colorida das telas, ou na plástica do bronze.
(...)
Os vesperais e serões de arte, onde poetas e prosadores num torneio elegante do espírito, exibem-se deliciando e ensinando, e as lindas jovens da nossa terra, tocam, cantam e dançam, com o ritmo e o desenho das danças gregas, - são outras tantas escolas educativas.
(Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 2, de 30 de abril de 1.950, página 22)

Inobstante a singularidade da fonte, não há qualquer indício da existência de um dispositivo esportivo, o que não pode se traduzir em inexistência, e sim, de que não era um dos pilares da associação. O que transparece no texto de 1.932 é uma preocupação com aspectos culturais (quadros, músicas, artes plásticas) e com a literatura. Com grande chance de acerto, a hipótese é de que os esportes eram mantidos em um segundo plano nesta década, ao menos no segmento clubístico.

Outra publicação realizada na imprensa carioca e 20 anos mais tarde republicada em periódico do Clube foram as impressões que Leôncio Correia escreveu depois de visitar a capital dos paranaenses e o clube curitibano. A principal fração da reportagem para o presente estudo:

Na rua Quinze, deixamos, em 1918, a já poderosa associação. Fomos encontrá-la numa outra esquina na mesma Quinze de Novembro com a do Barão do Rio Branco. Quer dizer que desde o seu aparecimento até hoje vive em esquinas, como os grandes idealistas e os grandes realizadores. E de que realizou e vem realizando ainda uma sublime missão social e cultural, dizem-na as suas instalações luxuosas, o seu número de sócios, o seu valioso patrimônio, as suas festas de arte e de beleza. Tudo ali fala do Paraná, tudo ao Paraná glorifica. Por toda a parte, em decorações, em quadros, a alma do Paraná palpita. Onde porém, mais o Paraná canta e sorri, é nas lindas e artísticas estantes de sua biblioteca. Estantes que descansam sobre pinho e nas quais artisticamente lavrados e embutidos, o pinheiro, o mate, o café resplandecem. (Boletim Clube Curitibano, Ano II. Nº 10, de abril de 1.951, página 23).

Quando uma norma é discutida, materializada e entra em vigor, em verdade, a demanda já existe. Em outros termos, via de regra, quando uma lei passa a existir significa que a exigência é anterior a sua promulgação. Segundo Rousseau (1975) a voz do povo é ouvida por intermédio da vontade geral, que então se consolida em leis, em outras palavras, a fonte da lei é o próprio homem.

Compulsando o Estatuto do Clube Curitibano, reformado de acordo com as discussões da Assembleia Geral Extraordinária de 5 de fevereiro de 1945 encontramos a materialização de uma vontade coletiva:

CAPÍTULO I

Denominação e fins do Clube

Art. 1.º - O CLUBE CURITIBANO, fundado em 25 de setembro de 1.881 e instalado em 06 de janeiro de 1882, tem sua sede em Curitiba e é uma sociedade civil, com personalidade jurídica,

composta de cidadãos de qualquer nacionalidade. O CLUBE CURITIBANO em por fim:

- a) Proporcionar diversões variadas de cunho recreativo e artístico;
- b) Servir de ponto de reunião para estabelecer a convivência entre os seus sócios;
- c) Promover o desenvolvimento da cultura física e intelectual de seus sócios e famílias;
- d) Incentivar todas as iniciativas de caráter artístico, social e desportivo, das quais advenham benefícios;

§único – O CLUBE CURITIBANO terá duração ilimitada.

Art. 2.º - Clube manterá:

- a) Uma biblioteca científica e literária, notadamente de livros brasileiros e americanos.
- b) A ESTANTE PARANAENSE, atualmente existente para o fim de reunir e guardar, separadamente, as obras literárias, científicas e artísticas de autores paranaenses, e daqueles que, por qualquer laço de família ou de prolongada convivência se afeiçoem ao Paraná;
- c) Uma secção desportiva;
- d) Uma Pinacoteca.

(ESTATUTO, 1945, página 2 - Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias).

As alterações introduzidas em 1945 orientam os novos desígnios do Clube Curitibano mantendo suas finalidades anteriores como a preocupação em proporcionar diversão (art. 1º, alínea “a”), desta vez detalhando a “diversão” como de natureza “recreativa” e “artística”, ainda, percebe-se que a literatura e o desenvolvimento intelectual permanecem como metas, enumerando a existência de uma biblioteca, de uma estante e de uma pinacoteca.

De relevância para estudo em pauta, é a promoção de uma “cultura física” (artigo 1º, alínea “c”) e a consolidação de uma “secção desportiva” (artigo 2º, alínea “c”), revelando que antes deste período (década de 40) o esporte além de presente cresceu em importância e diante do prestígio já consolidado, uma secção desportiva e o acréscimo desta finalidade foi inserida no Estatuto.

Pouco mais frente o estatuto indica como um dos direitos dos associados:

- k) participar dos jogos desportivos e dos permitidos por lei, que se realizem nos salões do Clube ou fora dele, quando organizados pela Diretoria, observada as disposições do Regulamento Interno.
- (ESTATUTO, 1945, página 2 - Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias).

Os jogos esportivos ou não, os quais (intuitivamente) já faziam parte da rotina dos associados, passou a integrar o calendário do Clube ao lado das

festas, além de exploradas como fonte de renda, nos termos definidos no Estatuto:

Art. 68º - Compete à Diretoria:

(...)

f) Designar os dias de partidas e das festas a serem realizadas pelo Clube.

(...)

j) Submeter à apreciação das Diretoria as minutas dos contratos para arrendamentos de botequins, exploração de jogos e outras fontes de renda do Clube.

(ESTATUTO, 1945, página 2 - Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias).

A previsão de um Diretor (exclusivamente) para administrar as questões esportivas do Clube, demonstra a musculatura conferida aos esportes:

Do Diretor Desportivo

Art. 78.º - Ao Diretor Desportivo compete:

a) Dirigir os auxiliares técnicos dos desportos praticados no Clube, diretores que serão nomeados pela Diretoria, mediante proposta do Diretor Desportivo.

b) Dirigir os interesses desportivos gerais do Clube e representar a Diretoria em todas as reuniões desportivas de que o mesmo participar.

c) Resolver sobre as propostas ou sugestões de ordem geral que receber dos auxiliares

d) Exercer uma propaganda constante entre os sócios, fomentando entre eles a prática dos desportos e concorrendo para tornar eficiente as representações do Clube.

e) Exercer tôdas as funções que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno.

f) Representar os interesses desportivos gerais do Clube nas sessões da Diretoria.

g) Organizar, orientar e executar todas as sessões de cultura física do Clube.

h) Dirigir os torneios do Clube, decidindo sobre os assuntos respectivos.

i) Organizar as representações oficiais do Clube em qualquer gênero de competições desportivas.

j) Determinar o treinamento dos sócios, em todos os gêneros de educação física.

k) Propor a Diretoria, anualmente, o orçamento da despesa da secção desportiva.

l) Solicitar à Diretoria a aquisição do material necessário ao funcionamento das secções desportivas, respeitados sempre os orçamentos da Diretoria.

m) Organizar estatísticas e sinopses relativas aos assuntos técnicos de sua competência, assim como, a parte do relatório anual da Diretoria referente aos mesmos assuntos.

n) Comunicar à Diretoria solicitando aprovação às decisões e medidas tomadas dentro de suas atribuições, bem como os regulamentos técnicos que elaborar.

o) Organizar arquivos e Biblioteca da secção esportiva.

p) Superintender as dependências internas reservadas ao preparo físico e treinamento técnico dos sócios, inclusive os vestiários.

q) Propor à Diretoria as medidas de caráter administrativos, que julgar necessárias ao exato cumprimento de suas funções, entre as quais, as penalidades disciplinares de que julgar passíveis os sócios submetidos a sua direção técnica.

r) Organizar o regulamento da sua secção, a qual deverá constar do Regulamento Interno do Clube.

s) Cooperar para que a atividade desportiva se subordine às determinações

Art. 79.º - A secção Desportiva terá um quadro de médicos especializados, nomeados pela Diretoria, sem remuneração.

(ESTATUTO, 1945, páginas 34, 35, 36 e 37 - Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias).

Reflexão quanto aos dispositivos endereçados ao Diretor Desportivo é a presença dos “auxiliares técnicos”, “quadro de médicos”, dos “torneios” e “competições desportivas”. As particularidades e a descrição minuciosa das ações a serem desenvolvidas pelo Diretor Desportivo somadas aos vestígios já descritos asseveram a pré-existência do esporte como vital no dia-a-dia do Clube.

Se o esporte fosse uma novidade, as competências e o detalhamento não estariam tão contundentes no Estatuto; se o elenco de atribuições (11 ao total) foram acrescidas na lei da agremiação, é porque a necessidade já existia. Com igual entendimento, a previsão orçamentária (até então inexistente ou não identificada) também é uma demonstração de importância de acordo como catálogo de despesas (11 ao total) previstas no Estatuto:

Art. 100.º - A Despesa do Clube é constituída de:

p) Pela verba destinada a Secção Desportiva do Clube.

(ESTATUTO, 1945, página 44 - Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias).

O estatuto também desenvolve o conceito do que para o Clube foi chamado de “Cultura Física” vinculando a ideia de eugenia e de práticas esportivas:

Art. 101.º - O Clube promoverá Cultura Física entre os sócios e os filhos destes, sempre em harmonia com os princípios de eugenia, em todas as suas formas e ramos de desportos, orientada pelo Diretor Desportivo, na forma destes Estatutos.

Art. 102.º - Os sócios que desejarem Praticar desportos, bem como seus filhos com direito a freqüência, pagarão mensalmente uma taxa especial, fixada no Regimento Interno do Clube, destinada a auxiliar as despesas da Secção Desportiva.

Art. 103.º - A Secção Desportiva do Clube poderá se filiar as entidades oficiais desportivas do país afim de concorrer aos certamens por elas realizados.

As décadas de 40 e 50 solidificam o apogeu e importância dos esportes no Clube Curitibano, logo na primeira edição do agora “Boletim de Informações” (substituindo o conceito de revista, mas com ampla divulgação já que dispunha de uma tiragem de 3.000 exemplares), o tênis surge como o grande destaque:

Contando com a colaboração preciosíssima do consórcio Sr. Eurídes de Oliveira Campos, um Diretor Esportivo que vem dedicando grande parte de sua atividade diuturna ao levantamento do tênis no CLUBE CURITIBANO e no Paraná, conseguiu a atual diretoria, através apoio não somente de ordem administrativa, como também moral, criar um núcleo tenístico que inegavelmente é o primeiro de nosso Estado. Em um ano conseguiu o CLUBE CURITIBANO vencer todas as competições em todas as séries e em todos os certames amistosos que disputou.

Além disso, a movimentação diária de associados na aprazível sede campestre, à procura das nossas magníficas quadras de tênis, é bastante animador, surgindo daí valores novos no tênis indígena e que muito vai contribuir para a ascendência desse esporte em nossa terra e a permanência da hegemonia tenística do Paraná dentro de nosso Clube. (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 1, de 15 de abril de 1.950, página 21).

Uma página inteira do Boletim é dedicada ao tênis, registrando números interessantes a exemplo: dos 121 jogos disputados em 1.949 o Curitibano sagrou-se vencedor em 82. Em relação as partidas amistosas, foram disputados 119 sets com vitória em 82 sets. Naquele ano dos 4 tenistas paranaenses que disputaram o campeonato brasileiro, 3 pertenciam ao Clube Curitibano (José Ferreira, Namur Paraná e Renata Pimenta). O número de atletas é igualmente surpreendente, somando 33 atletas, e dentre eles, o Diretor Esportivo do Clube, Sr. Eurídice de Oliveira Campos. No total, 8 foi o número de taças erguidas pela agremiação. Por derradeiro, o boletim notifica a participação de 4 atletas em um torneio de tênis na cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, especificamente no Clube Náutico Marcílio Dias, (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 1, de 15 de abril de 1.950, página 21).

Do balancete de fevereiro de 1.950, reproduzimos algumas despesas as quais despontam as principais atividades do Clube (TABELA 1):

TABELA 1 - BALANCETE CLUBE CURITIBANO - 1950

DESPESA SOCIAL ARTÍSTICA	
Chá dançante	1.440,00
Cinema	2.326,80
Orquestra Antonello	6.500,00
Contrato de artistas	22.600,00
SEÇÃO DE JOGOS	
Ordenados de Pessoal	5.250,00
SEÇÃO DE TÊNIS	
Ordenados de Pessoal	1.100,00
Prêmios e conservação das quadras	737,00

Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

A separação de verbas específicas para a modalidade aponta que a importância do jogo de raquete para a associação estava incorporada e dividia espaço ao lado de jogos recreativos e os festejos habituais da entidade.

Permanecendo na primeira edição do remodelado Boletim do Clube Curitibano, à página 22, é anunciada para os sócios a construção de uma piscina na sede de campo “Barão do Serro Azul”:

Constitue, mesmo, necessidade premente a construção de uma piscina naquele poético recanto de nossa capital. Os sócios a exigem e, conforme prometeu, o nosso Presidente cumprirá o prometido: os sócios e suas famílias terão uma moderna piscina em sua magnífica sede campestre.

No momento, todas as atenções dos Diretores estão voltadas para a sede social urbana, cujos problemas de decoração, instalação, mobiliário, são complexas e requerem atividades inúmeras, daqueles que têm sob sua responsabilidade dotar a nossa agremiação de uma sede à altura do progresso e do nível social-cultural de Curitiba.

Tais problemas no entanto vêm sendo resolvidos um a um e de maneira inteiramente satisfatória. Assim, estamos chegando ao instante desejado: o da construção da piscina, e àquele que nos há de trazer outros tantos melhoramentos na sede de campo.

A nossa futura piscina, podemos afirmar, será a que de mais moderno se possa conceber e os estudos para a sua construção já estão iniciados. Os “curitibanos” terão sua piscina de água quente, e abrigada, única modalidade que se adapta ao clima por vezes rebelde de nossa Capital. (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 1, de 15 de abril de 1.950, página 22)

O sonho da construção de uma piscina só veio a se materializar em 1.962, quando da conclusão do ginásio de esportes “Gigante Prateado”, na sede campestre “Barão do Serro Azul”, (CURITIBANO, 2018).

Logo na capa da segunda versão do Boletim Informativo, a imagem estampada no Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 2, de 30 de abril de 1.950, fala por si (FIGURA 2):

FIGURA 2 - CAPA DO BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - No. 2



Fonte: acervo do Centro de Memórias do Clube Curitibano

A capa do informativo registrava com orgulho a conquista do torneio “Abdon Fôes” realizado na sede campestre “Barão do Serro Azul”, com disputa entre a equipe campeã paranaense contra tenistas do Clube Náutico “Marcílio Dias”, campeões do estado catarinense. O resultado foi de 8 vitórias a favor do Curitibano e 1 derrota. Naquele mesmo mês, em data de 23, outra vitória da entidade, desta vez no “Torneio Fundação” organizado pela Federação Paranaense de Tênis, realizado na quadra de tênis do Graciosa Country Clube, além da presença dos dois primeiros, também houve participação do Círculo Militar e do Curitiba Futebol Clube, (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 2, de 30 de abril de 1.950, página 28) conforme (FIGURA 3):

FIGURA 3 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO – ANO I – Nº 2



Fonte: acervo do Centro de Memórias do Clube Curitibano

Na mesma reportagem, o boletim referenciou o “Torneio Aberto da Cidade de Curitiba”, realizado no Country Clube, oportunidade em que os principais tenistas do país foram recebidos em um evento promovido pelo Clube Curitibano no espaço “Boite Encantada”, (Boletim Clube Curitibano, Ano I, Nº 2, de 30 de abril de 1.950, página 28) nos termos abaixo (FIGURA 4):

FIGURA 4 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - No. 2



Fonte: acervo do Centro de Memórias do Clube Curitibano.

O quadro demonstrativo de despesas para o mês de abril do ano de 1950 expõe a maior dedicação de valores para o tênis e a ausência de gastos com os chamados “jogos”, consoante principais gastos os quais relacionamos abaixo (TABELA 2):

TABELA 2 - QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS - 1950

DESPESA SOCIAL ARTÍSTICA	
Show Boite Encantada	43.808,30
Orchestra Noite Encantada	13.800,00
Baile Aleluia	17.534,00
Cinema, Chá dançante, Epitais	12.554,20
SEÇÃO DE TÊNIS	
Homenagens e Representações	2.327,60
Transportes e Conduções	673,90
Despesas Diversas	1.376,90

Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Os jogos até então esquecidos surgem novamente no Boletim Informativo nº 3, de 15 de maio, com holofotes para o xadrez e o snooker:

Não podia a Diretoria do Clube passar despercebida o jogo de xadrez. Assim, o presidente Joffre nomeou Diretor do Departamento de Xadrez, o nosso consórcio Sr. Henrique Pinheiro Laynes, e ao

mesmo tempo solicitou filiação do Clube Curitibano à Federação Paranaense de Xadres.

Devendo a mater enxadrística do Estado, fazer realizar em meados de Junho o tradicional Campeonato Paranaense de Xadres, no qual tomarão parte os valores esponenciais do enxadrismo do Estado, já se acham inscritos: o jovem campeão de 1949, Read Salamuni, Otto Mark e Vicente Berav pelo Clube de Xadres, dois representantes de Ponta Grossa, de força respeitável. Irá o nosso Clube oficiais à mater, inscrevendo os nossos representantes dr. Ernani Santiago de Oliveira, campeão por três anos e representante do Paraná em competições de caráter nacional em Porto Alegre, Recife e no Grande Torneio Cidade de Curitiba, e o Sr. Henrique Laynes, também forte enxadrista, tendo igualmente representado o nosso estado em Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro.

Infelizmente ainda não foi inaugurado o 3º andar da nossa sede, na qual será instalado o salão de xadres, mas concorreremos às competições.

(...)

Devendo ser realizado, dentro em breve, em nosso salão de bilhar, um campeonato de snooker e carambolas, a diretoria comunica que se acham abertas as inscrições para o mesmo na secretaria do clube. Os prêmios serão medalhas de ouro e prata.

(Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 3, de 15 de maio de 1.950, página 25).

O retorno dos jogos recreativos não interferiu na manutenção do tênis como principal atividade do clube. Uma página inteira do periódico é consagrada à modalidade:

Campeã absoluta do Paraná, a nossa equipe de tênis volta agora suas vistas para outros Estados, já em excursões esportivas-sociais, já trazendo a Curitiba renomadas equipes do elegante esporte da raquete, estabelecendo assim um notável e necessário intercâmbio. Ainda, agora, trazendo a Curitiba a equipe de tênis do Tênis Clube Boa Vista, de Joinville, o nosso Clube alcançou esplêndida vitória nos setores esportivos e social.

O torneio tenístico disputado entre o Curitibano e o Boa Vista teve um desenrolar de rara categoria técnica. Apesar de havermos vencido espetacularmente pela contagem de seis partidas a uma, não foi nada fácil a conquista dessa vitória para a nossa equipe, que teve ótimos valores pela frente.

O resultados gerais da porfia tenística entre os dois grandes clubes paranaenses e catarinenese foram os seguintes (...)

Assim finalizou mais uma temporada tenística inter estadual em nossas dependências da sede Barão do Serro Azul, temporada, essa, inegavelmente brilhante e que veio estreitar mais os laços que nos unem à gente e aos esportistas do vizinho Estado.

(Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 3, de 15 de maio de 1.950, página 30).

FIGURA 5 - REPORTAGEM BOLETIM INFORMATIVO ANO 1 - No. 3



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

A segunda metade do mês de maio não foi diferente, o realce para o tênis, desta vez, era a conquista do Troféu “Blas Gomm”. Um sinal importante registrado pela reportagem era a forte atuação tenística do Clube desde 1.948:

Vitoriosos em todos os torneios estaduais e interestaduais em que atuou, liderando sempre com galhardia e brilho os torneios oficiais patrocinados pela Federação de Tênis Paranaense, as nossas várias representações conquistaram a admiração dos nossos associados e o respeito dos nossos valorosos adversários.

Ainda agora, mais uma vitória foi trazida pelos nossos queridos atletas para a galeria de glórias do nosso Clube. Foi a conquista definitiva do valioso troféu “BLAS GOMM”, instituído no ano de 1.948 pelo Sr. Harry Blas Gomm.

A sua regulamentação, redigida de comum acordo pelo Diretor de Tênis do Graciosa ao club, Sr. Epaminondas Ribeiro e pelo dr. José Ferreira, na ocasião encarregado da Secção de Tênis do Clube Curitibano, determinava a posse definitiva do troféu ao clube que durante 3 anos consecutivos ou cinco alternados, levasse a melhor nas várias disputas.

No ano de 1948 o Clube Curitibano, que começava então a dar os primeiros passos nesse esporte, levou de vencida os tenistas da grande sociedade co-irmã pelo escore de 35x21. Veio o segundo ano de disputa e, em 1949, nossos atletas, melhor preparados, não tiveram dificuldades em vencer os representantes do Graciosa pelo dilato escore de 40x16.

O regulamento determinava o seu terceiro ano de “batalha”, quando os dirigentes do Graciosa Country Club, através de atencioso ofício dirigido à Diretoria do Clube Curitibano, desistiram da disputa do troféu, desistência essa motivada pela proibição da Federação

Paranaense de Tênis, segundo a qual não é permitida a inclusão de tenistas profissionais em torneios amadores. Lamentavelmente, os “graciosanos” possuem um profissional em suas fileiras e a entidade que dirige o tênis entre nós, estribada nas leis internacionais que regulam a matéria, não permitiu, apesar de não se opor a Direção de Tênis do Clube Curitibano a tal condição, a escalação do Sr. Cardone numa das suas equipes. Em virtude disso o Clube Curitibano, que já havia vencido nos anos anteriores, consolidou o seu triunfo ficando de posse do troféu “Blas Gomm”. (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 4, de 30 de maio de 1.950, página 29).

FIGURA 6 - REPORTAGEM BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - No. 4



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Ao fechar o balanço do primeiro semestre de 1.950 enxergamos a conquista de espaço do tênis ao apreciar os recursos endereçados para a modalidade esportiva em comparação com seu “concorrente” (TABELA 3):

TABELA 3 - DESPESAS - TÊNIS - 1950

SEÇÃO DE JOGOS	
Impressos	211,00
Ordenados de Pessoal	23.750,00
SEÇÃO DE TÊNIS	
Ordenados de Pessoal	4.472,00
Material de Conservação e Limpeza	76,60
Material Esportivo	1.696,40
Medalhas e Prêmios	1.930,00
Transportes e Conduções	2.273,90
Homenagens e Representações	3.905,40
Luz quadras de tênis	3.000,00
Despesas Diversas	1.456,20

Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

No segundo semestre de 1.950 outros 4 troféus são erguidos pelos atletas do tênis, as conquistas são resumidas na seguinte publicação:

Troféus conquistados pelo nosso Clube, em 1950:

TROFÉU "A. FERRACIOLI"

Vencendo o "Clube Náutico "Marcílio Dias" em Itahahi, Estado de Santa Catarina

TROFÉU "RODRIGO LOBO"

Vencendo o "Tennis Clube Boa Vista", em Joinville, Estado de Santa Catarina e em Curitiba, Capital do Estado.

TAÇA "TORNEIO FUNDAÇÃO DA FED. PARANAENSE DE TÊNIS

De posse transitória. Torneio de Duplas inter-clubes da Capital do Estado.

TAÇA "GAZETA ESPORTIVA

Torneio de Duplas realizado pela Federação Paranaense de Tennis, conquistado aos Clubes: Gracioza Country, Circulo Militar do Paraná e Curitiba Futebol Clube.

TTAÇA "ABDON FÓES"

Conquistada ao Clube Náutico "Marcílio Dias". Torneio realizado em Curitiba.

TAÇA "BLAS GOMM"

Conquistada ao Gracioza Country Clube. Posse definitiva. Terceiro ano disputado.

TAÇA "FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TÊNIS"

Campeonato Inter-Clubes. Segunda Série

TAÇA "MINAS-PARANÁ"

Conquistada em torneio com o "Minas Tênis Clube", em Belo Horizonte, Est. De Minas Gerais.

TAÇA "JOÃO CHRISTIANO DA ROCHA"

Conquistada ao "Minas Tênis Clube", torneio realizado em Curitiba.

TAÇA "FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TÊNIS"

Campeonato Inter-Clubes. Quinta Série.

RESUMO:

Troféus Conquistados = 2

Taças = 8

(Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 8, de março de 1.951, página 29).

FIGURA 7 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO I - No. 4



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

O ano de 1951 reserva uma surpresa, pois além de reconhecer todo empenho na valorização do tênis, cria um novo departamento, eis que surge o Basquete como nova atividade esportiva em destaque no Clube:

Departamento de Basquete

Desde o início do seu mandato, a atual Diretoria não se tem descurado do setor esportivo. Vimos noticiando, com freqüência, tudo o que diz respeito ao tênis, e verifica-se o quanto há sido prestigiado esse departamento social: As quadras foram readaptadas e receberam serviço de iluminação que técnicos do Rio e São Paulo têm considerado o melhor do Brasil. Afim de que os nossos tenistas possam mostrar as suas qualidades, têm sido facilitados meios para um intenso intercâmbio de jogos com os mais importantes clubes do país. Quanto ao demais esportes, vem sendo tratado com carinho a construção de uma piscina moderníssima, também com água quente, e em medidas próprias para competições internacionais. A Casa do Bosque, onde serão instalados os boliches, está em construção adiantada. Enfim, todas as modalidades de jogos esportivos de que a Diretoria atual está cogitando, vão em bom desenvolvimento, esperando-se, para breve, desfrute também o Clube Curitibano a situação de líder em matéria de educação física.

Agora, por exemplo, - e é essa a notícia que desejamos transmitir aos nossos consócios, - a Diretoria já decidiu a criação de um Departamento de Basquete, afim de desenvolver esse gênero de esporte entre a nossa mocidade. Tudo indica terá o empreendimento pleno êxito, estando, já, escolhido o direto que supervisionará esse setor, e que é o nosso consócio Sr. Osvaldo Castelli, um técnico dos mais cotados nos meios esportivos paranaenses, (Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 10, de abril de 1.951, página 15).

Os tenistas continuavam em alta nos clubes de Curitiba, inclusive com a realização do XVII Campeonato Brasileiro de Tênis no Graciosa Country Clube. Na oportunidade vários estados estiveram presentes. Além do Paraná é possível identificar São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais.

Os resultados tornaram evidente a hegemonia de São Paulo campeão e vice nas categorias simples masculino, campeão e vice nas duplas masculina e vice na dupla feminina.

O Paraná foi campeão na modalidade dupla feminina e vice na simples feminina, enquanto o Distrito Federal permaneceu como campeão na simples feminina, (Boletim Clube Curitibano, Ano 2. Nº 10, de abril de 1.951, página 15) consoante divulgação (FIGURA 8):

FIGURA 8 - REPORTAGEM - BOLETIM INFORMATIVO - ANO II - N.º 10



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

FIGURA 9 - REPORTAGEM BOLETIM INFORMATIVO - ANO II - N.º 10



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Em julho de 1951, o tênis já compartilhava o sucesso com a “bola ao cesto”, os dois gêneros esportivos repartiam o gosto de brilhar nos eventos, o primeiro pela conquista de 4 torneios no mês de junho (Campeonato de Juvenis, Campeonato da 5ª série, Campeonato de Duplas na 3ª série e o Campeonato de Duplas na 1ª série). Já o basquete debutava em suas primeiras competições:

Após brilhante estreia no Torneio oficial da Federação Paranaense de Basket-Ball, a nossa equipe de bola ao cesto já disputou duas partidas de campeonato, sagrando-se vencedora em todas e em ambas as séries.

Completando a série de sucessos neste setor, patrocinamos a vinda, nos primeiros dias de Junho, dos notáveis conjuntos do Clube de Regatas Flamengo e da Escola Nacional de Aeronáutica.

O êxito social-esportivo dessa temporada foi sem precedentes nos anais da bola ao cesto paranaense.

Sob o ponto de vista técnico, nosso conjunto surpreendeu.

Lutando na noite de 8 de Junho contra o Flamengo, o mais categorizado “five” brasileiro, fomos vencidos, após brilhante e árdua jornada, por mínima diferença, sendo que os rubro-negros cariocas, sempre inferiorizados no marcador, somente nos minutos finais, pelo seu melhor preparo físico, conseguiram abater a nossa guapa rapaziada.

Na noite de 9 de junho demos combate à brilhante e disciplinada equipe de “Cadetes do ar”.

Partida das mais empolgantes e disputada com entusiasmo invulgar. Logo nos primeiros minutos da porfia ficamos desfalcados do nosso “az” Ealo Carlini, que sofreu grave “entorse” num dos pés.

Com esse “handicap” os futuros aviadores se agigantaram e conseguiram, pela diferença de duas cestas, vencer a espetacular porfia, (Boletim Clube Curitibano, Ano 2. Nº 12, de julho de 1.951, páginas 22 e 23).

O periódico foi essencial para confirmar as suspeições identificadas ao longo da pesquisa, qual seja, a evolução dos objetivos do Clube que em sua origem tinha por natureza a cultura e diversão, todavia, minimamente na década de 40, passou a valorizar as práticas esportivas. O aceno positivo, ponto alto desta investigação, veio à tona com a coluna chamada “Mens Sana in Corpore Sano”, de leitura obrigatória e conclusiva do objeto ora sindicado:

Não é mais possível, nos nossos dias, uma agremiação da envergadura da nossa, manter-se apegada aos usos e costumes de eras remotas, que não compreendiam a aliança do recreativismo cultural-artístico-literário-social com o esportivo. Se é necessário o cuidado espiritual, forçoso é reconhecer que o esporte muito contribui para o arejamento moral, quando praticado dentro de normas salutaras. Surge daí o velho axioma: - “Mente sã em corpo são!” O nosso diploma social prevê, desde a nossa fundação que “O Club Curitybano é uma associação destinada a promover toda espécie de diversões úteis e instrutivas, como – jogos lícitos, música, dança, leitura, conferência, passeios, etc.” (Art. 1º do Estatuto de 18

de agosto de 1889), sendo que, com o correr dos tempos, o referido artigo estatutário foi ampliado para classificar dentre as atividades do Clube, toda aquela que incentive “as iniciativas de caráter artístico, social e desportivo, dos quais advenham benefícios”.

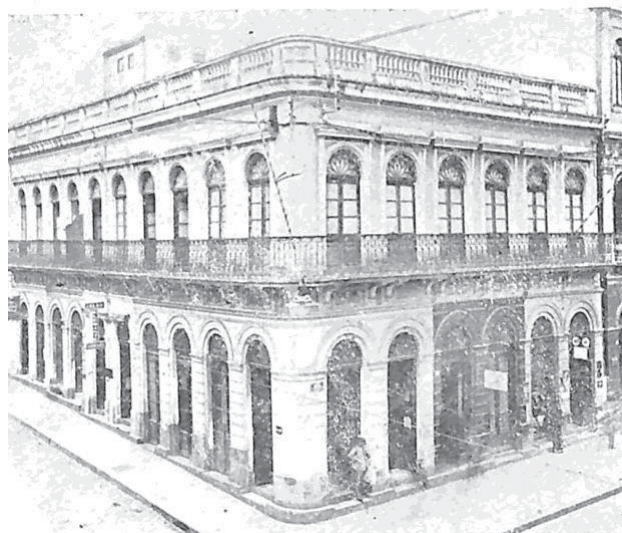
Agindo dentro destas disposições legais, a atual Diretoria está agora voltando suas vistas para o setor esportivo. O tênis surge em primeiro plano e muitas glórias já tem dado ao nosso pavilhão. O xadrez, jogo científico e cerebral, está sendo praticado com intensidade em nossos salões. A bola ao cesto, início vitorioso e promissor. O boliche, dentro em breve, será uma brilhante realidade. O bilhar, como esporte de salão, já há muito é praticado com carinho. E, num futuro bem próximo, com a construção da piscina de água quente, a natação dominará o nosso ambiente social-esportivo.

Tudo isso será feito sem os malefícios do esporte profissional, mas dentro dos princípios amadoristas, contribuindo o Clube Curitibano para o aprimoramento físico e intelectual de toda uma geração, (Boletim Clube Curitibano, Ano 2. Nº 12, de julho de 1.951, página 22).

Apesar das descobertas até aqui serem satisfativas, reforçando a hipótese ventilada, uma fonte interessante para identificar a preocupação da entidade com o esporte está na relação temporal e a busca por edificações que permitem a prática esportiva. Nesta linha de raciocínio, a mudança e incorporação de sedes na associação percorreu os seguintes passos:

A primeira sede (locação), já ilustrada acima, era localizada na Rua São Francisco esquina com Rua da Graciosa, atualmente Rua Barão do Serro Azul, instalações módicas, no segundo andar de um prédio. A segunda sede do Clube (primeira aquisição pelo valor de 36 contos de réis) ocorreu em 1.891 situado na Rua da Imperatriz esquina com a travessa da Matriz, atuais Rua XV de Novembro esquina com rua Monsenhor Celso (FIGURA 10):

FIGURA 10 - SEGUNDA SEDE DO CLUBE CURITIBANO



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Apesar do ambiente mais amplo, mais espaçoso, o Clube avançou em sua estrutura com a aquisição da terceira sede social, mudança que ocorreu no ano de 1.922 com endereço à Rua XV de Novembro esquina com a Rua da Liberdade (hoje Rua Barão do Rio Branco).

Segundo registros do acervo histórico do Clube Curitibano (Centro de Memórias), a construção da terceira sede foi idealizada por Guilhermino Baeta de Faria, mesmo arquiteto que projetou o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná em 1912, assim como as destacadas edificações do “Castelo do Batel” e “Palácio Avenida”. A recém adquirida sede apresentou os famosos salões Mourisco, Renascença e Paraná, contando na época com serviços de elevador (Curitibano, 2018), segundo visualizamos (FIGURA 11):

FIGURA 11 - TERCEIRA SEDE DO CLUBE CURITIBANO



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Importante registro foi a compra do terreno onde futuramente se instalaria a sede campestre “Barão do Serro Azul”, aquisição ocorrida entre 1924/1927 no bairro água verde. Inobstante a sede social ser instalada tão

somente em 1968, as quadras de tênis estiveram e até dos dias de hoje estão presentes no local. Entre 1946/1949, conforme Jornal Gazeta do Povo de 13 de janeiro de 1949, fora inaugurado o pavilhão central da Sede Campestre Barão do Serro Azul e a Boite Encantada.

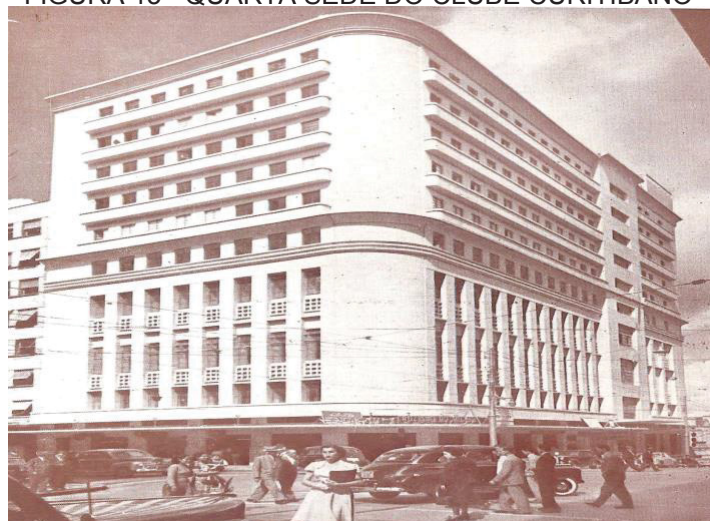
FIGURA 12 - TERRENO - SEDE CAMPESTRE CLUBE CURITIBANO



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

Ainda em nosso recorte temporal, encontramos a construção da quarta sede social da entidade instalada no ano de 1.950, no mesmo endereço da terceira. Os registros do Centro de Memórias do Clube indicam que a obra passou por três gestões entre 1935/1942/1950 até sua conclusão. Conhecido como “O Palácio Encantado” foi considerado o mais moderno Clube da cidade, por suas suntuosas instalações e salões imponentes, (Curitibano, 2018) consoante imagem (FIGURA 13):

FIGURA 13 - QUARTA SEDE DO CLUBE CURITIBANO



Fonte: Acervo do Clube Curitibano – Centro de Memórias

4.1.3 Análises históricas

A existência de manifestações corporais descritas por Le Goff e identificadas na França e Europa do final do século XVII, assim como, presente na cidade de Curitiba no final do século XIX, conforme estudos de Moraes e Silva (2011) e Mezzadri (2000), também foram confirmadas na capital paranaense nesta investigação, especialmente em relação as práticas higienistas (Jornal Dezenove de Dezembro) na Revista Clube Curitibano (primeira, segunda e terceira edições).

Os orçamentos do Clube, Ata das Assembleias, Estatutos e a Revista Clube Curitibano não apontam a existência de esportes na rotina da agremiação, tão pouco é destacada entre as principais atividades da associação quando de sua criação.

Por outro lado jogos recreativos (especialmente o bilhar), a marcante presença da literatura, valorização da biblioteca, atividades intelectuais e de uma série de festejos (bailes, eventos comemorativos, jantares dançantes), aparentam ser a tríade marcante e principais objetivos do Clube no período sindicado (1880/1882), consoante repetitivos indícios encontrados na Revista Clube Curitibano e na tendência de criação de Clubes Literários (indícios nos Jornais Dezenove de Dezembro e Diário do Commercio) e que permaneceram até o final do século XIX (1889/1891).

Diante da carência de fontes hábeis a descrever os acontecimentos do Clube Curitibano no início do século XX até a década de 30, não foi possível, com o material reunido na presente pesquisa, confirmar a existência de “dispositivos esportivos” consoante descreveu Moraes e Silva (2011) e Mezzadri (2000), todavia, as alterações estatutárias (década de 40), referências da própria revista da década de 50 e a mudança de sedes que buscaram estruturas físicas voltadas para a prática esportiva, apontam sua existência anterior.

Por fim o tênis, em sintonia com as fontes encontradas (imagens, jornais, revistas, imagens e orçamentos) foi a modalidade esportiva que alcançou maior divulgação e reconhecimento pelo Clube nas décadas de 40 e 50, para a qual a associação disponibilizou maior fração financeira, ganhando especial relevância com a criação de um Departamento específico

para a modalidade. Um dos motivos para esta ascensão da modalidade, talvez esteja relacionada com a aquisição de uma sede campestre e a estruturação de quadras as quais permitiram o desenvolvimento do tênis. O segundo gênero esportivo a despontar foi a bola ao cesto, com a criação de um Departamento em 1951.

A título de sugestão, para continuidade dos estudos históricos dos clubes, entendemos produtivo a existência de pesquisas que busquem novas fontes a explorar o período compreendido entre o início década de 10 até o final da década de 30, assim como, avancem os estudos quanto as modalidades esportivas que ganharam destaque após 1951. Enfim, a aproximação entre construções com a criação de espaços para determinado esporte, aparentemente, fomenta a prática direcionada da modalidade esportiva.

Quanto ao nosso objetivo de justificar os impactos de uma nova entidade fomentadora da formação, restou claro a importância histórica do Clube Curitibano que ao longo de décadas se desenvolveu e apoiou o esporte paranaense, sobretudo, a partir do tênis na década de 40, passando a próxima pauta, quanto a situação atual da agremiação.

4.2 COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES – ORIGENS E TRANSFORMAÇÃO

O CBC tem sua origem em 9 de novembro de 1.990 na cidade de Salvador, estado da Bahia, durante o I Congresso Brasileiro de Clubes Sociais, com o objetivo de ser um espaço ocupado pelos principais clubes brasileiros, destinado a compartilhar informações sobre os projetos desenvolvidos, gestão das entidades clubísticas, além de dividir as mais variadas informações referentes ao segmento. Seu nome original era Confederação Brasileira de Clubes (ainda mantido pelo estatuto como nome fantasia), e dentre outras atividades exercia o papel de auxiliar outras confederações a serem instituídas, conforme informações extraídas do próprio sítio eletrônico (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2018).

Navegando pelo site da entidade, um resumo da trajetória é apresentado aos leitores:

Consolidado como a principal entidade representante dos clubes formadores e também de fomento à formação de atletas no Brasil e reconhecida ao lado do Comitê Olímpico do Brasil - COB e Comitê Paralímpico do Brasil - CPB, o Comitê Brasileiro de Clubes iniciou sua História em 1990, ainda com o nome de Confederação Brasileira de Clubes. Nesta época, seu foco era incentivar a criação das primeiras federações estaduais, instituindo os Congressos realizados pelas entidades com o apoio do CBC e a redação do Estatuto Social da então Confederação.

Ao longo da década, o objetivo foi se voltando para acertar a constituição jurídica do CBC, conquistando ainda a isenção do COFINS para o segmento e a captação de mais clubes e federações. Em sua evolução, a então Confederação Brasileira de Clubes criou um Plano Estratégico para ampliar e melhorar a prestação de serviços aos clubes.

A Lei nº 9.615/98 trouxe o reconhecimento da entidade como parte do Sistema Nacional do Desporto, pois transferiu o correspondente a 0,5% dos valores recebidos nos concursos de prognósticos federais com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paralímpicos nos clubes.

Em 2014 tivemos os primeiros trabalhos de descentralização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98 aos clubes, além da capacitação dos gestores dos clubes em oficinas específicas para que estes participem da política de formação de atletas do CBC de forma democrática e transparente.

Isso se deve ao fato de que, no Brasil, são os clubes os responsáveis por desenvolver e revelar talentos nos mais diversos esportes olímpicos e paralímpicos. Nos Jogos Olímpicos Rio 2016, entre os 465 atletas que integraram a delegação brasileira, 390 foram formados em clubes - o que representa 84% dos participantes. Entre 19 pódios em que o Brasil esteve presente, em 17 seus atletas passaram por clubes esportivos formadores de atletas? o que representa um percentual de 89% entre os medalhistas. (CBC, 2019, s/p)

Nas palavras do Gestor 1 (G1), em seu formato larval o CBC estava mais próximo de uma *“ação entre amigos, que não é sindical, ela foi criada pelos clubes”* além disto, poucas entidades formavam o CBC:

Na época tinha uns 30, 32 clubes. Eram poucos clubes, e são os clubes, inclusive, que na época nós criamos o CONFAL, que era um Conselho de Formação de Atletas, no CBC, era um conselho do CBC, da CBC, e foi quem começou a trabalhar junto ao Congresso, junto ao Ministério para conseguir esse recurso para formação. (G1).

As reuniões da confederação eram formadas pelos maiores clubes brasileiros. Ao ser questionado sobre quem integrava esse grupo inicial, o G1 destacou: *“Pinheiros, Curitibano em Curitiba, o Minas, o Flamengo, Fluminense, Sogipa de Porto Alegre, Grêmio Náutico União de Porto Alegre, então eram clubes que foi se fortalecendo, foi fortalecendo a CBC, tanto que conseguiram a lei”*.

Não obstante este aspecto aparentemente amistoso e despropositual, desde o início, o pequeno grupo de clubes que integravam a Confederação

Brasileira de Clubes já estudavam maneiras de buscar uma maior representatividade e papel de destaque no cenário nacional, algo semelhante a um sindicato, uma atividade que apesar de não estar expressa, decorre da própria formação dos fundadores, consoante registra o G1:

A minha formação é de clubes mesmo, nós temos hoje no Paraná o Sindicato Patronal dos Clubes, que é o Sindi Clubes, eu fundei ele.

(...)

Eu fundei ele há 19 anos, fui o primeiro presidente, com dois mandatos, eu fui vice-presidente social do Santa Mônica, fui presidente da URCA, União Recreativa Cultural Ahú, era vice-presidente do CBC, da CBC na época.

(...)

Confederação Brasileira de Clubes, e eu como presidente do Sindi Clubes do Paraná eu era vice presidente da Confederação Brasileira de Clubes, da CBC, o presidente na época era o Aivaldo Bosco que hoje é presidente da Fenacubes, Federação Nacional dos Clubes, e daí eu assumi em 14, janeiro de 14 eu assumi a CBC, a Confederação Brasileira de Clubes, que mais tarde, em 2017, eu passei para Comitê Brasileiro de Clubes, porque faz parte do sistema nacional de desportos o COB: Comitê Olímpico Brasileiro, CPB: Comitê Paralímpico Brasileiro e a Confederação Brasileira de Clubes, sistema nacional de esportes.

Em outros dois pontos da entrevista resta evidente a preocupação dos clubes em buscar financiamento desde a criação, o que comprova o antigo anseio das entidades:

Entrevistador: Então na época da Confederação já existia uma preocupação de buscar recurso para formação?

Presidente: Total, o trabalho foi todo feito ali, tanto é que a Legislação é de 11, 2011, que liberou recurso, e é Comitê só a partir de 17, sempre foi Confederação.

(...)

Entrevistador: E ela foi criada na época numa ação entre amigos, seria assim “Vamos compartilhar experiências, e tentar buscar recursos com a Confederação”?

Presidente: Uma Confederação criada pelos clubes no país, pelos grandes clubes que precisavam desse recurso. (G1).

A dificuldade em buscar recursos junto ao Ministério do Esporte, é retratada por todos entrevistados:

(...) Sinto que é a maneira mais democrática que tem, eu inovei muito de 14 pra cá, porque antigamente os clubes, tinha meia, 8, máximo 6 a 8 clubes no Brasil que conseguiam ir ao Ministério dos Esportes conseguir recursos para a formação do atleta, e não tinha mais que 6 a 8 clubes no Brasil em condições de fazer isso, através da Lei de Incentivo ao Esporte e conseguir esse recurso através do Ministério (...). (G1).

A primeira grande conquista da então Confederação Brasileira de Clubes foi ganhar um assento em 2001 junto ao Conselho Nacional do Esporte (BRASIL, 2017), um processo de longo período visando consolidar seu espaço no sistema nacional do esporte. Tal passo foi possível porque existia uma pressão dos clubes, fazendo com que uma das cadeiras fosse ocupada por um representante:

Entrevistador: Que bom, eu acredito nisso também. Os senhores conseguiram um acento no Conselho Nacional do Esporte a partir de 2001 não é? Como que foi para conseguir? Foi difícil? Teve dificuldade? Foi reconhecimento?

G1: Foi a CBC, a Confederação, é que o Governo Federal, ele sempre teve no Esporte Olímpico uma preocupação muito grande porque daí vem em mídia, sai em mídia, vem tudo, quantos atletas, quantas medalhas não é? E ele sabia do investimento que ele fazia e que ia fazer, com isso ele foi se relacionando melhor com os clubes, e era a melhor maneira que ele achou de se relacionar com os clubes foi através da CBC, que é quem representa o segmento, entende, então em vez dele falar com 80/100 clubes que nós temos associados conosco, ele deu um acento pra nós e fala conosco. E nós que “se vire” com os clubes. Então ficou muito bacana, é fácil pra eles.

Para alcançar este status de captação direta de recursos públicos para a formação de atletas, houve um processo político muito forte, o qual teve início na década de 90 (período que sequer existia Ministério do Esporte) e se estendeu até 2011, ano em que foi aprovada a tão esperada mudança legislativa que empoderou os clubes como principais entidades de formação de atletas:

Entrevistador: Esse processo para conseguir a lei, como que foi? Sempre tem alguém que é o cabeça, que pensa, ou foi o grupo? Como foi?

G1: Não, foi o grupo, a CBC presidida pelo Aivaldo, Aivaldo Bosco, e todos esses clubes ajudando, nós com uma diretoria forte, eu era vice-presidente do Aivaldo, e trabalhamos muito em Brasília, trabalhamos demais em Brasília.

Entrevistador: Teve algum Deputado que encampou, algum Senador específico, algum Parlamentar, para falar assim “olha esse foi o cara que comprou nossa briga”? Ou não, não teve?

G1: Não, teve... teve bastante, teve Ministro também de esporte, Orlando Silva ajudou muito, todos os Ministros do Esporte ajudaram bastante. Eu tinha o (nome), como tenho até hoje na nossa diretoria, e ele é muito bem relacionado junto ao Congresso, então o Ministério, ele foi secretário de esportes, então que é praticamente nível de Ministério hoje, na época não tinha o Fernando Henrique Cardoso, não tinha o Ministério e (nome) era o secretário de esportes, então era nível de ministério. Então agente sempre conseguiu um trabalho muito forte, muito forte em Brasília, e quando o Governo Federal sentiu que eram os clubes que formavam atletas, os clubes têm problema de recurso, então “vamos arrumar um

recurso para os clubes vindo da loteria esportiva”, nós temos 0,5% de todos os prognósticos da loteria do Brasil. (G1).

Um dos principais argumentos utilizados pelo segmento clubístico prendia-se a uma questão cultural, pois enquanto a formação de atletas em outros países do mundo se desenvolvem em espaços educacionais, segundo a visão da entidade, a formação em nosso país ocorre dentro dos clubes:

(...) porque que eu te disse que é cultura nossa? É cultura nossa porque nos países desenvolvidos a formação de atletas olímpicos acontece nas universidades, nas escolas, no Brasil culturalmente sempre foi clube, hoje 80,85%,87% dos atletas medalhistas em uma olimpíada já vieram dos clubes, vem dos clubes (...) (G1).

Atualmente, os clubes brasileiros não se reportam mais ao Ministério do Esporte, a busca por verbas ocorre por contato direto com o CBC, o que em tese vem facilitando o acesso:

(..) nós de posse deste recurso, nós promovemos em editais, publicando em Diário Oficial da União, em diário oficial, nos principais jornais do Brasil, daí todo clube que se sentir preparado para buscar esse recurso, vem buscar esse recurso, podemos aprovar ou não seu projeto, mas vem, e alguns são aprovados, hoje nós estamos com torno de 69 a 70 projetos no último edital, o edital 7, que é do nosso Inter Clubes, que vai atender uma média de 120 mil atletas e 47 clubes, então mudou bastante, mudou muito cresceu demais, nós vamos injetar no ciclo olímpico que é 17,18,19 e 20, em torno de 131 milhões de reais, é um recurso que os clubes jamais imaginavam que poderiam ter e vão ter, estão tendo, que esse recurso, quando eu publico o edital o recurso já está no CBC, independe de levar o projeto, do clube levar o projeto ao Ministério dos Esportes, chegar lá e dizer “olha seu projeto está muito bom, está aprovado, só que infelizmente nós estamos sem recurso, então a hora que tivermos o recurso aqui atenderemos”, no CBC não, no CBC não, a hora que o CBC publica o edital de 131 milhões, ele já está com esse recurso aplicado em caixa, aplicado em poupança, entende, então é um trabalho hoje de clubes e CBC na formação de atletas olímpicos e paralímpicos como jamais teve no Brasil (...). (G1).

A virada histórica da Confederação Brasileira de Clubes, decorre da promulgação da Lei Federal nº 12.395/2011 (Nova Lei Pelé) a qual alterou dispositivos da Lei Federal nº 9.615/1998, em especial o art. 13, inciso VII, inserindo a Confederação Brasileira de Clubes como integrante do Sistema Nacional do Desporto:

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.
Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins

lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores; e

VII - a Confederação Brasileira de Clubes (BRASIL, 2011).

Em verdade o repasse de recursos dos prognósticos federais já estava previsto em lei desde 2001, oportunidade em que a Lei Federal nº 9.615/1998 foi alterada pela Lei Federal nº 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva). Portanto, a Lei Federal nº 12.395/2011 serviu para modificar os percentuais e, principalmente, os destinatários dos repasses.

A modificação legislativa de 2011, estabeleceu que o Ministério do Esporte seria o responsável pela elaboração do Plano Nacional do Desporto, de duração decenal, planejamento responsável por direcionar a aplicação dos recursos financeiros (BRASIL, 2011).

A fonte do financiamento do Comitê Brasileiro de Clubes surge com a citada incorporação da então Confederação Brasileira de Clubes ao art. 13, inciso VII, passando a compor o rol de entidades do sistema de esportes, e, principalmente com a nova redação do art. 56, VIII: *“1/6 (um sexto) dos recursos destinados ao Ministério dos Esportes a que se refere o inciso II do art. 6 desta Lei, calculado após deduzida a fração prevista no §2º do referido artigo”* e na sequência combinada com o §10º do mesmo dispositivo: *“Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observado o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União”* (BRASIL, 2011).

Em resumo, é possível deduzir que o ponto alto do Comitê Brasileiro de Clubes foi o ano de 2011, porém novos desafios cercariam o órgão a partir desta nova realidade. Existindo uma compreensão básica quanto ao nascimento e as transformações da então Confederação Brasileira de Clubes no atual modelo de subsistema, passamos a descrever o funcionamento da entidade após a mutação.

4.2.1 Comitê Brasileiro de Clubes – funcionamento

Apesar do repasse direto de recursos dos prognósticos federais para o Comitê Brasileiro de Clubes estar previsto em lei desde 2011 (Lei federal nº 12.395/2011 que alterou a Lei Federal nº 9.615/1998) era necessária uma estruturação da nova entidade além de uma série de regulamentos internos, para então efetivar os repasses de verbas públicas aos clubes.

Ocorre que tão somente em 2014 o Ministério do Esporte editou a Portaria nº 01/2014, a qual estabeleceu limites para gastos administrativos, primeiro passo para início das atividades do Comitê Brasileiro de Clubes:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os limites e parâmetros de utilização dos recursos previstos no art. 9º e 56, incisos VI e VIII da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, para custeio de despesas administrativas e visa definir os percentuais para utilização em despesas administrativas dos recursos que tratam o art. 9º e os incisos VI e VIII do caput do art.56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998 necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo COB, CPB e CBC.

(...)

Art. 4º O limite máximo para utilização dos recursos que tratam os artigos 9º e 56, incisos VI e VIII, da Lei 9.615, de 1998, para custeio das despesas previstas no art. 2º com despesas custeio pelo COB e CPB é de:

I - 30% (trinta por cento) do valor total repassado ao COB e

II - 20% (vinte por cento) do valor total repassado a CBC.

Art. 5º O limite máximo para utilização dos recursos que tratam os incisos VI e VIII do art. 56 da Lei no 9.615, de 1998 com despesas administrativas pela CBC é de 20% (vinte por cento).

Art. 6º Havendo descentralização de recursos de que tratam os artigos 9º e 56, incisos VI e VIII, da Lei no 9.615, de 1998, em favor de entidades a eles vinculadas, a sua utilização para custeio das despesas da entidade beneficiada deve observar os seguintes limites:

I - 20% (vinte por cento) do valor total repassado à entidade filiada e/ou vinculadas ao COB, do total de recursos descentralizados às confederações e federações esportivas filiadas e vinculadas ao COB, no máximo 20% (vinte por cento) podem ser aplicados com despesas da área meio da entidade beneficiada;

II - 40% (quarenta por cento) do valor total repassado à entidade filiada e/ou vinculada ao CPB; e

III - 10% (dez por cento) do valor total repassado à entidade filiada e/ou vinculada a CBC.

Art. 7º Do total de recursos descentralizados às associações paraolímpicas filiadas e vinculadas ao CPB, no máximo 40% podem ser aplicados com despesas administrativas da entidade beneficiada.

Art. 8º Do total de recursos descentralizados aos clubes filiados e vinculados ao CBC, no máximo 10% (dez por cento) podem ser aplicados com despesas administrativas da entidade beneficiada.

Mas se o repasse de dinheiro estava previsto em lei desde 2011 e a regulamentação do Ministério do Esporte surgiu em 2014, o que aconteceu com o recurso durante este período?

Entrevistador: É, só que daí ficou represado o dinheiro e todos os recursos...

G2: Exatamente, porque, eles alegam, eu ainda estava no Ministério nessa época, o que a CBC alegava é que não tinha uma portaria, um decreto regulamentando o uso desse dinheiro, então assim “ ah quanto é que ele pode usar de administrativo, quanto é que tem que investir nisso, ou naquilo?” , ninguém falava nada, ele falava “então eu não uso”, e essa situação continuou até 2014, quando saiu a primeira portaria, a portaria número 1 no Ministério do Esporte, que definiu o que era despesa administrativa e o que o CBC poderia utilizar, e aí naquele momento era 20% de despesas administrativas, foi quando na realidade o CBC começou a formar seu quadro, contratar as pessoas para fazer nessa distribuição do recurso, então a partir de 2014, a Lei final de 11, recebe o dinheiro já 2012,2013, aí fica acumulado e em 2014 a CBC começa a gastar esse dinheiro junto aos clubes.

O estacionamento da verba sem a descentralização para os clubes, combinado com a proximidade das Olimpíadas, resultaram em críticas e questionamentos, inclusive pelo Tribunal de Contas da União em auditoria realizada no final do ano de 2015:

SUMÁRIO: AUDITORIA. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DA LEI AGNELO/PIVA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES (CBC). ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS OITIVAS E AUDIÊNCIAS. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE.

(...)

4. A Lei 12.395/2011, que alterou a Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), incluiu a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) como beneficiária de 1/6 do adicional de 4,5% sobre cada bilhete oriundo de concursos de prognósticos federais.

5. Especificamente sobre a entidade fiscalizada e o setor que ela representa, os clubes esportivos e de lazer, **foi constatado que há 13.826 clubes com sede e empregados, sendo que dentro desse universo de entidades, há 200 clubes com mais de 100 anos de fundação** (peça 10, p. 1).

6. Quanto à organização da CBC, constatou-se que ela tem regulamento próprio de compras e publicou instruções normativas visando a “Regulamentação de Descentralização de Recursos” (IN CBC 01/2013), a “Regulamentação de Compras e Contratações” (IN CBC 02/2013) e IN CBC 03/2013 que regulamenta o “Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva” (peça 10, p. 3).

7. Conforme apresentado no relatório de levantamento do TCU sobre o Sistema Nacional de Desporto (TC 021.654/2014-0), a principal fonte de recursos do desporto olímpico e paraolímpico brasileiro é a Lei 9.615/1998.

8. No entanto, é justamente no repasse e na aplicação desses valores provenientes da Lei 9.615/1998 que se destacam os riscos mal gerenciados e a deficiência de controles internos que são causas dos achados desta fiscalização. (TCU, 2015).

No site da ESPN Brasil, em editorial datado de 26 de janeiro de 2017, sob o título “Confederação levou R\$ 236 milhões para investir do esporte mas aplicou quase tudo na poupança e não usou” a reportagem explora os pontos mais ácidos na fiscalização realizada pelo tribunal de contas, descrevendo a manifestação do Diretor de Controle Externo do Paraná:

O diretor da Secretaria de Controle Externo do Paraná apontou que "a acumulação desses recursos causa certa estranheza, num primeiro olhar. Ainda mais por se tratar de confederação que congrega os mais bem estruturados clubes do Brasil e que tem em seus quadros societários parcela em melhor situação econômico social da população brasileira".

(...)

Ele acrescenta que, no Brasil, "há o incentivo a uma atuação de federações, confederações, clubes, etc., na formação e no treinamento dos atletas. Essa forma de atuação vem restringindo o acesso da grande massa da população brasileira ao esporte, e, como uma das consequências mais visíveis, tem levado o desporto de alto rendimento do Brasil a resultados aquém do real potencial do País, nas principais competições em nível mundial". Por fim, acrescenta que causa estranheza a Confederação Brasileira de Clubes, que engloba os melhores e mais ricos clubes do país, receba "vultuosos recursos, em detrimento da míngua em que se encontra o desporto de base no Brasil". E ironizou, dizendo que isso parece invertido ao que se propõe o próprio Ministério do Esporte em seu site: "O Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano". (ESPN, 2016).

A crítica exposta na entrevista é o primeiro questionamento que o senso comum idealiza ao tomar consciência que recursos públicos são destinados para entidades privadas, razão pela qual, compreender de forma pragmática o emprego destes valores, e mais, se atletas de potencial conseguem acessar os materiais e equipamentos adquiridos com a verba, também foi investigado nessa pesquisa.

As perguntas dirigidas à CBC pelo TCU demonstravam a preocupação tanto em relação a adequação do estatuto da entidade, quanto aos protocolos de aquisição, transparência, pesquisa de mercado, se os serviços contratados estavam sendo efetivamente realizados, se o salário dos dirigentes não ultrapassava 70% do teto do funcionalismo federal, e, finalmente, questionava se os valores represados seriam devolvidos aos cofres públicos:

8.1 A equipe de auditoria ampliou as investigações previstas nas questões anteriores e verificou que há recursos não utilizados e aplicados em caderneta de poupança que devem ser restituídos ao

Ministério do Esporte, que resultou no seguinte achado: Não restituição dos recursos da Lei 9.615/1998 que deveriam ter sido aplicados nos exercícios financeiros de 2013, 2014 e até 24/9/2015, no valor de R\$ 204.834.256,82. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, (TCU), 2015).

Durante o ano de 2011 (aprovação da lei) até setembro de 2015, havia em depósito R\$ 233.055.424,00 em favor do CBC, todavia, em caixa o TCU encontrou depositados em cadernetas de poupança o quantitativo de R\$ 204.834.256,82, neste cerne, importante lembrar que as olimpíadas se aproximavam, o que aumentou a pressão para que a verba fosse direcionada ao Ministério do Esporte:

21.A CBC recebeu R\$ 236.613.421,59 de recursos da Lei Pelé (9.615/1998), nos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, mas não apresentou plano de trabalho para gastá-los, deixando-os aplicados em caderneta de poupança. De todos os recursos recebidos até a data de 24/9/2015 (conforme balancete consolidado, peça 9), a CBC gastou R\$ 8.619.869,64 em despesas administrativas e descentralizou aos clubes filiados apenas R\$ 23.159.295,13 (peça 9, p. 5). Essa situação caracteriza inação tanto da CBC quanto do Ministério do Esporte em elaborar e gastar os recursos que eram destinados aos desportos.

22.As leis orçamentárias anuais, a Lei 4.320/1964, art. 38, e a Lei 9.615/1998, artigos 10, § 2º, 56, § 7º e 56-A, inciso IV e §§ 7º e 8º, reforçado pelos princípios da eficiência contido no artigo 37, caput, da Constituição Federal e da anualidade orçamentária, determinam que dinheiro não utilizado, não gasto, sem plano de aplicação ou a espera de alguma regulamentação deve ser revertido à dotação orçamentária do exercício financeiro seguinte, aos cofres do Ministério do Esporte (da União).

23.Se a entidade responsável pela aplicação do recurso não o utiliza em determinado ano ou não tem despesas incorridas a serem pagas no exercício seguinte, então não é caso de permanecer em conta corrente ou poupança à espera de uma utilização imprevisível ou, mais provavelmente, que não será necessária nos exercícios seguintes, haja vista que a dotação orçamentária do próximo ano ou período financeiro será outra (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, (TCU), 2015).

Os esclarecimentos então foram prestados pela CBC, oportunidade em que além de expor as dificuldades iniciais de estruturação física e legislativa, também apontaram alguns entendimentos quanto a natureza do CBC, em resumo, de que é uma entidade privada definida como associação civil sem fins lucrativos, com autonomia orçamentária e financeira, possuindo patrimônio próprio, trabalhando em regime de iniciativa particular, motivo pelo qual, apesar de exercer uma finalidade pública não está sujeita aos regramentos da lei de licitações e sim, ao regulamento próprio de compras de

contratações, a qual lhe confere maior flexibilidade para realização de aquisições, (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, 2015).

Questão importante não aventada inicialmente pelo CBC, contudo, reconhecida na sequência pelo TCU, é a origem do financiamento, o qual não está previsto em orçamento anual da União aprovada pelo parlamento, e sim, verbas oriundas de bilhetes onerosos de apostas, as quais eram revertidas diretamente pela Caixa Econômica Federal aos cofres dos 3 subsistemas (COB, CPB e CBC), segundo determina o art. 20, §2º do Decreto Federal nº 7.984/2013, assim, recursos extra orçamentários.

Em suma, o art. 56 da Lei Federal nº 9.615/98 separou materialmente a origem e a destinação das verbas para o esporte, sendo que em sua primeira parte encontramos os recursos visando atender aos objetivos do art. 217 da Constituição Federal (políticas públicas gerais para o esporte), a qual deve ter previsão no Orçamento Geral da União, sujeita à aprovação do Congresso Nacional e adstrita ao fator temporal inerente ao orçamento público, entretanto, a segunda parte do dispositivo retrata financiamento que está fora do orçamento da União, possuindo destinação específica para cada um dos subsistemas (no caso do CBC, política pública específica de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos), e que integram o orçamento da entidade, sem dependência de aprovação legislativa, tão pouco afivelada aos critérios temporais de orçamento, portanto, não seria adequado exigir a devolução das pecúnias não aplicadas pelo CBC.

Ao contrário, no entendimento dos fiscais do TCU, o comitê agiu corretamente ao aguardar a conclusão de toda formação legislativa, programação e estabelecimento de um cronograma, antes de iniciar a descentralização dos recursos. Também entendeu a corte fiscal que a devolução dos valores ao Ministério do Esporte poderia afetar danosamente sua programação além de prejudicar o alcance dos recursos para a atividade fim do órgão, uma vez retornando para o caixa do Ministério do Esporte:

26.21 Durante o período compreendido entre os anos de 2013 e 2015, ao tempo em que foram fixadas as metas e prazos para a atuação da CBC, diversas ações paralelas necessárias para a execução da despesa foram efetivadas, em fluxo contínuo e concomitante de preparação para a efetivação de sua missão estatutária e realização da política pública que lhe fora confiada, tais como (peça 33, p. 25-26): aprovação de Regulamentos de

Descentralização de Recursos e de Compras e Contratações da CBC (peça 32, p. 89-123; e peça 34, p. 1-14); criação de uma Câmara Técnica, composta de entes representativos do desporto nacional, objetivando a política de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos; e publicação da Portaria n. 01/2014 pelo Ministério do Esporte, disciplinando os critérios e limites para despesas administrativas (peça 32, p. 65).

26.22 Após a devida publicação do Regulamento de Despesas Administrativas no dia 4/4/2014, a CBC, especificamente no mês de maio de 2014, pôde iniciar o processo de descentralização, com a publicação de cinco Editais de Chamamento Interno de Projetos (Chamada Pública) e um Edital de Chamamento Externo de Projetos (CBDE/CBDU) - peça 33, p. 26.

26.23 Não há que se falar em inação da CBC, em razão das ações adotadas pela Entidade (parágrafos 26.21 e 26.22 supra) e, ainda, porque os recursos estão regularmente aplicados no mercado financeiro, conforme determinam os normativos de regência, e veem sendo paulatinamente descentralizados, de acordo com os cronogramas e desdobramentos vivenciados nos editais de chamamento interno em curso e nos inúmeros instrumentos de convênio já celebrados (peça 33, p. 27).

26.24 A lentidão no início da aplicação dos recursos decorre de uma prudente e legal concatenação de ações diligentemente desencadeadas pela CBC para levar a efeito a determinação legal, com observância rigorosa do devido processo normativo, antes do início da execução. A CBC também não usou os recursos da Lei 9.615/1998 para custeio administrativo no período da formação regulamentar (peça 33, p. 27).

(...)

26.26 Caso a CBC tivesse revertido ao Ministério do Esporte os valores não utilizados em cada exercício vinculado ao Orçamento Geral da União, a Entidade não teria condições saudáveis para iniciar suas atividades finalísticas, pois seu orçamento seria continuamente desconectado, predominando danosa incerteza financeira, bem por isto que o legislador retirou os recursos do subsistema (COB, CPB e CBC) das regras do OGU. Dentro dessa lógica, as demais entidades do subsistema (COB e CPB), na formação de seus caixas, de forma planejada e prudente, preveem capital de reserva, que fica disponível ao longo dos anos, para cobrir despesas extraordinárias e não previstas (peça 33, p. 28-30 e parágrafos 126, 127, 154 e 171 do Relatório do Acórdão 1.785/2015-TCU-Plenário).

Com a nova roupagem adquirida e superada a “crise” inicial, diversas ações passaram a integrar a realidade do CBC, definindo, a começar, pela missão e na sequência a visão entendidas como:

Trabalhar de forma constante e sistemática na representação e na defesa dos interesses dos Clubes esportivos formadores de atletas, visando ao reconhecimento de sua importância na sociedade, além de criar condições favoráveis à evolução do segmento (CBC, 2018).

Ser reconhecido como entidade do Sistema Nacional do Esporte que tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento, representando seu subsistema específico, pelo desenvolvimento de suas ações voltadas ao esporte de base e na formação de atleta (CBC, 2018).

A representatividade dos clubes está na formação do CBC, motivo pelo qual não poderia passar despercebido do conceito de missão. Ainda, visualizamos que apesar da concepção do CBC ter por base a formação de atletas, no momento em que se coloca a visão em prática, deixa em evidência a preocupação em ser reconhecido como um subsistema (ao lado do COB e do CPB – necessidade de ser um estabelecido entre os grandes e não um *outsider*), além de deixar claro seu direcionamento para o rendimento, portanto, não desnatura sua peculiaridade e responsabilidade quanto a formação, porém, dirigido ao rendimento.

A preocupação com o rendimento, também fica explícito no momento em que a entidade relaciona seus objetivos estratégicos:

- Formar atletas olímpicos e paralímpicos;
- Consolidar o CBC no Sistema Nacional do Desporto - SND
- Tornar ecossistema de clubes formadores maduro, competitivo e sustentável;
- Crescimento da base de esporte de rendimento apoiada pelos clubes sendo no conjunto relevante e diversa;
- Fortalecer as atividades de formação esportiva nos clubes integrados ao CBC;
- Prover os clubes com as condições necessárias para atuar com qualidade na formação de atletas;
- Oferecer treinamento aos clientes nos processos e normas para acesso aos recursos públicos via CBC;
- Poder Público Federal atendidos nas expectativas de distribuição, aplicação e prestação de contas de recursos;
- Colaboração harmoniosa com o SND;
- Desenvolver os clubes – gestão e tecnicamente;
- Mitigar os processos burocráticos para facilitar o acesso aos recursos;
- Encurtar o ciclo de análise para liberação de recursos;
- Representar clubes – política e tecnicamente;
- Estabelecer corresponsabilidade nos projetos, Planejamento – Controle – Prestação de Contas;
- Construir comunidade interna engajada e participativa;
- Desenvolver profissionais no campo de competência do CBC
- Acumular capital sobre fomento de projetos de desenvolvimento esportivo.

Alguns aspectos relevantes são extraídos dos objetivos estratégicos:

1) formação de atletas direcionados para o rendimento e alto rendimento; 2) representação dos clubes; 3) máxima da facilitação de acesso aos recursos públicos.

O estatuto do CBC foi alterado de forma a se moldar ao seu novo papel de órgão descentralizador de recursos públicos, delegando em definitivo para

a FENACLUBES a incumbência de representante sindical, aliás, divisão de funções que não existia no início, ocorrendo uma dualidade de atividades entre CBC e FENACLUBES as quais somente foram concretizadas diante da mudança legislativa de 2011, como bem explana o Gestor 2 (G2):

G2: na realidade a CBC foi criada como associação de clubes, “oh vamos nos organizar, nós representamos vocês, vamos ao Congresso, vamos buscar aquilo que é de interesse de vocês”, então a CBC criou, foi criada muito assim no sentido de fazer assim “oh, uma hora nós vamos ser sua entidade de classe, seu sindicato patronal”, foi esse o nascimento da CBC, por isso foi Confederação também, porque as confederações de cada representação trabalhista chamavam, chamam, confederação, então já pensaram nisso, ao mesmo tempo, na hora que entra esse recurso para a CBC, aí tem uma dicotomia, “vem cá, nós vamos fazer formação, ou vamos ser sindicato?”, e aí ao mesmo tempo, a estratégia que a CBC, ou que os clubes usaram, foi assim, “vamos trabalhar com a CBC na perspectiva dela ser nosso sindicato”, mas como isso tramita muito devagar, e tem essa questão que está sendo discutida dos recursos da Lei, que já estavam discutindo antes de 2011, eles criaram e entraram com essa proposta no Ministério do Trabalho para Fenaclubes, então assim, o que chegasse primeiro seria o sindicato dos clubes. Nesse passar do tempo, ao mesmo tempo que chegou esse recurso para a CBC, chegou a autorização para a Fenaclubes ser o sindicato, aí se definiu aqui internamente, muito claramente, “agora nós não somos mais sindicato, nós vamos cuidar simplesmente da formação de atletas”, então a CBC, a Confederação, cuida da formação de atletas, a Fenaclubes vai ser, já é o sindicato patronal.

Destarte, o estatuto social foi alterado definindo e caracterizando o CBC:

Art. 2º. O CBC, cujo prazo de duração é indeterminado, tem personalidade jurídica própria e é integrado por pessoas jurídicas, na qualidade de filiadas e vinculadas, representadas por seus presidentes/comodoros, que não respondem pelas obrigações contraídas pelo CBC, que, por sua vez, também não responde pelas obrigações contraídas por aquelas.

(...)

Art. 3º. O CBC tem como objetivo social o incentivo, a promoção, o aprimoramento e o planejamento das atividades de formação de atletas olímpicos e paralímpicos dentro do Subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, nos termos do Decreto no 7.984, de 2013.

Esta composição de pessoas jurídicas que integram o CBC, recebem uma classificação muito nítida, pois, ainda que absolutamente facilitado o ingresso no CBC, bastando a entidade desportiva filiada preencher formulário disponível no site do comitê (Página Inicial - O CBC - Sobre o CBC - Como fazer parte), há diferenças entre as entidades vinculadas e as entidades filiadas.

Para melhor compreensão elaboramos um quadro conceitual de acordo com o Regulamento de Integração elaborado pelo próprio CBC:

TABELA 4 - ENTIDADES DE PRÁTICAS ESPORTIVAS

NOME	SIGLA	ABRANGÊNCIA	REQUISITOS	O QUE RECEBE
Entidade de Prática Esportiva	EPD	É o gênero em que se encaixam os Clubes Formadores de atletas.	<ul style="list-style-type: none"> - Instituída de acordo com a lei civil vigente; - Sem fins lucrativos; - Vocacionada a formação de atletas; e - Dispor de instalações para a prática esportiva. 	Depende se EPD vinculada ou EPD filiada.
Entidade de Prática Esportiva Vinculada	EV	<ul style="list-style-type: none"> - É a espécie em que se encaixam entidades que preencheram o formulário, e apresentaram os documentos necessários. - Devem participar do Seminário Nacional de Formação Esportiva (anual) e/ou das oficinas de qualificação oferecidas durante o Congresso Brasileiro de Clubes (semestral) 	<ul style="list-style-type: none"> - Preencher o formulário; - Apresentar cópia autenticada do estatuto social; - Comprovar que funciona no endereço indicado; e - Apresentar cópia autenticada da última eleição. 	<ul style="list-style-type: none"> - integra o Programa de formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos; - Atletas participam dos campeonatos brasileiros interclubes (inscrições, passagens, hospedagens pagas pelo CBC); - não pode participar dos editais de chamamento interno; - não recebe recursos financeiros.
Entidade de Prática Esportiva Filiada	EF	- É a espécie em que se encaixam as entidades que podem participar dos editais de chamamento e podem receber recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir Certidão de Registro Cadastral, emitida pelo Ministério do Esporte; - Ser vinculada e participar dos eventos; - Preencher requerimento acompanhado de: relação da diretoria com qualificação, estar filiado à pelo menos uma entidade de administração do esporte olímpico ou paraolímpico; documentação emitida pela receita federal comprovando estar registrado há pelo 	<ul style="list-style-type: none"> - integra o Programa de formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos; - Atletas participam dos campeonatos brasileiros interclubes (inscrições, passagens, hospedagens pagas pelo CBC); - pode participar dos editais de chamamento de projetos;

menos 3 anos com CNAE 9312-3;	- pode receber recursos
- apresentar certidões de regularidade com a administração pública.	financeiros
	-Termo de colaboração
	-Termo de Fomento

Fonte: CBC (2017), elaborado pelo autor.

O Estatuto Social do CBC, no art. 7º, alínea “b” exige de quaisquer uma das entidades integradas (EPD Filiada ou EPD Vinculada) o pagamento de contribuições associativas e contribuições extraordinárias, sendo que a falta de pagamento por 3 meses consecutivos gera a imediata suspensão dos direitos como entidade integrada conforme anuncia o art. 8º do estatuto (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

A conceituação de Entidade de Prática esportiva não surgiu ao acaso, e sim, fruto de várias reuniões, congressos, seminários dentre outros eventos conforme passamos a entender. Nas palavras de gestores e funcionários, o Seminário Nacional de Formação de Atletas é um evento anual promovido pelo CBC, em que ocorrem os debates quanto as políticas de formação de atletas, desenvolvidas por grupos de trabalho dos clubes, e que, ao final, definem quais serão as prioridades para o ano, conseqüentemente, definindo os editais de chamamento de projetos do CBC.

Já o Congresso Nacional dos Clubes, pelo que se extrai das entrevistas e dos folders de divulgação, é mais dirigido para atividade política, sindical, uma discussão de amplo espectro, tanto que promovida pela Confederação Nacional dos Clubes (FENACLUBES), com apoio do CBC para as entidades vinculadas ou filiadas, ofertando hospedagem e alimentação, para 4 participantes de cada entidade, até o limite de 2 congressos ao ano (1 por semestre). A participação do CBC se justifica, na medida em que durante os congressos, as entidades de prática esportiva (especialmente as novatas) participam de oficinas em que aprendem a como participar de um edital, elaborar um projeto, dentre outras atividades de inserção junto ao CBC, (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2016).

Além do Congresso Nacional dos Clubes e do Seminário Nacional de Formação de Atletas, outros eventos com objetivos diversos são desenvolvidos pelo CBC, alguns deles foram fundamentais para os primeiros

passos da entidade (período de 2014-2015), a exemplo do 1º Fórum de Presidentes de Clubes que ocorreu no Rio de Janeiro em setembro de 2015, e o Seminário Nacional de Formação Esportiva: “Avaliação e Perspectivas Futuras do Processo de Descentralização de Recursos do CBC” no final de 2015, atividades que em conjunto formaram baldrame para o “Plano Estratégico do Ciclo Olímpico e Paraolímpico 2016-2020”. Segundo testemunhos de G1, G2 e G3, por intermédio dos eventos foram colhidos os anseios das entidades de prática e esportiva e, então, realizado o plano estratégico do ciclo 2016-2020, materializado nos editais de chamamento.

O plano estratégico, definido quadrienalmente, registra a destinação dos recursos, com base em previsões de repasses dos prognósticos, o formato de execução destas verbas (em regra por edital de chamamento), objetivos estratégicos e estipulação de metas, sendo os detalhes discriminados no plano e disponível na rede mundial de computadores no sítio eletrônico da entidade: (<http://cbclubes.org.br/gestao-de-recursos-da-lei-n961598/plano-estrategico>).

Em resumo, é possível afirmar que enquanto o plano estratégico de 2013-2016 estava mais preocupado em moldar os protocolos, adaptar o fluxo de papel da entidade ao novo status de subsistema inserido no sistema nacional do esporte (fase da consolidação), o plano 2016-2020 apresenta uma visão de órgão um pouco mais amadurecido, e, agora sim, mais voltado para a formação de atletas visando o ciclo olímpico/paraolímpico em andamento (fase do pragmatismo).

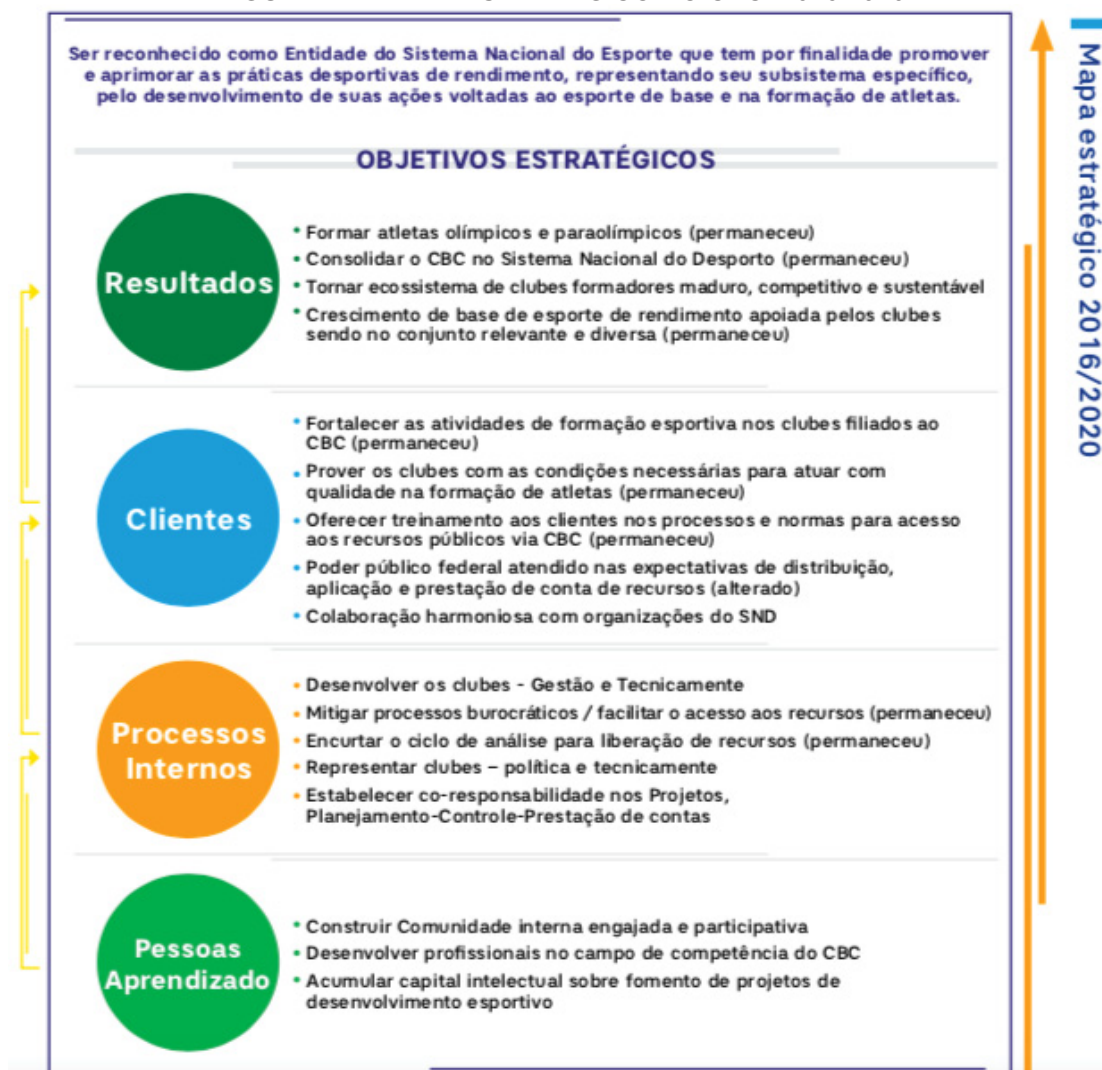
Os objetivos estratégicos podem ser visualizados a partir do seguinte Mapa estratégico, desenvolvido em 2016 e reformulado em 2018 para se adequar as mudanças legislativas implementadas.

O Mapa Estratégico criado pelo CBC, tem por base os autores Kaplan e Norton, no estudo denominado *Balanced Scorecard* (BSC) também utilizado em outras empresas e organizações esportivas, a exemplo do Comitê Olímpico do Brasil - COB.

O CBC, entende que o ano de 2017 também é um marco interruptivo. Inicialmente por fortalecer a ideia de governança e transparência com destaque para as seguintes ações:

- Criação de uma Gerência de Planejamento e governança
- Adesão ao movimento Pacto pelo Esporte
- Elaboração do Código de Ética e Conduta

FIGURA 14 - MAPA ESTRATÉGICO DO CBC -2016/2020



Fonte: CBC (2018).

Na medida em que ocorreu a mudança na nomenclatura, transformando em comitê, houve a necessidade de ser reconhecido e consolidado como um subsistema:

O Comitê Brasileiro de Clubes, em novo reposicionamento a partir de 2017 evidencia sua relevância dentro do Sistema Nacional do Desporto, apresentando também nova identidade visual. Seu atual símbolo representa um atleta no seu ponto de partida, dando a largada para a realização de um sonho. Sua inclinação remete a impulso e força. A fonte utilizada demonstra firmeza e equilíbrio.

Entre o "B" e o "C" um pequeno detalhe iconográfico da bandeira do Brasil. O "C" no final juntamente com o círculo forma uma pessoa de braços abertos, gerando receptividade e acolhendo os atletas. As cores escolhidas para o símbolo foram retiradas da bandeira do Brasil. (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

A importância estratégica de alterar a nomenclatura de confederação para comitê, encaixava-se em um plano maior da entidade, a qual sentia que o tratamento ofertado não a igualava aos demais órgãos considerados subsistemas:

G2: a Confederação, todo mundo achava que a CBC, a Confederação Brasileira de Clubes, era como uma Confederação de Handebol, de ginástica... Sei lá, e na hora de você tratar com órgãos, TCU, CGU, o próprio Ministério do Esporte, era assim Comitê Olímpico e Comitê Paralímpico, vocês ficam aqui, Confederações aqui, e CBC junto com as confederações, e não era isso, agente não é isso, então assim, se fez um trabalho primeiro, um estudo de nomenclatura, etc., e depois assim, nós recebíamos partes iguais, não eram partes iguais, mas formalmente eram, a forma de passar o recurso do Comitê Olímpico e do Comitê Paralímpico, então, "nós somos perante a lei iguais ao Comitê Olímpico, Comitê Paralímpico, cada um tem seu sistema, nós temos o nosso", aí trabalhamos nessa perspectiva e fez essa proposta, se mudou a nomenclatura e comunicou a todos os órgãos etc., e além disso, claro, tem um trabalho de bastidor etc., para que isso pegue, e realmente a consequência das alterações das normativas que estão tendo, das portarias etc., já encaram o CBC como igual o Comitê Olímpico e o Comitê Paralímpico, foi uma ação estratégica, agente não podia ficar dentro do outro pedaço, agente tinha que vim pra esse pedaço.

O trabalho desenvolvido realmente teve aderência não apenas a nomenclatura como a própria identidade visual foi cuidadosamente desenvolvida resultado no produto final, conforme a seguinte imagem:

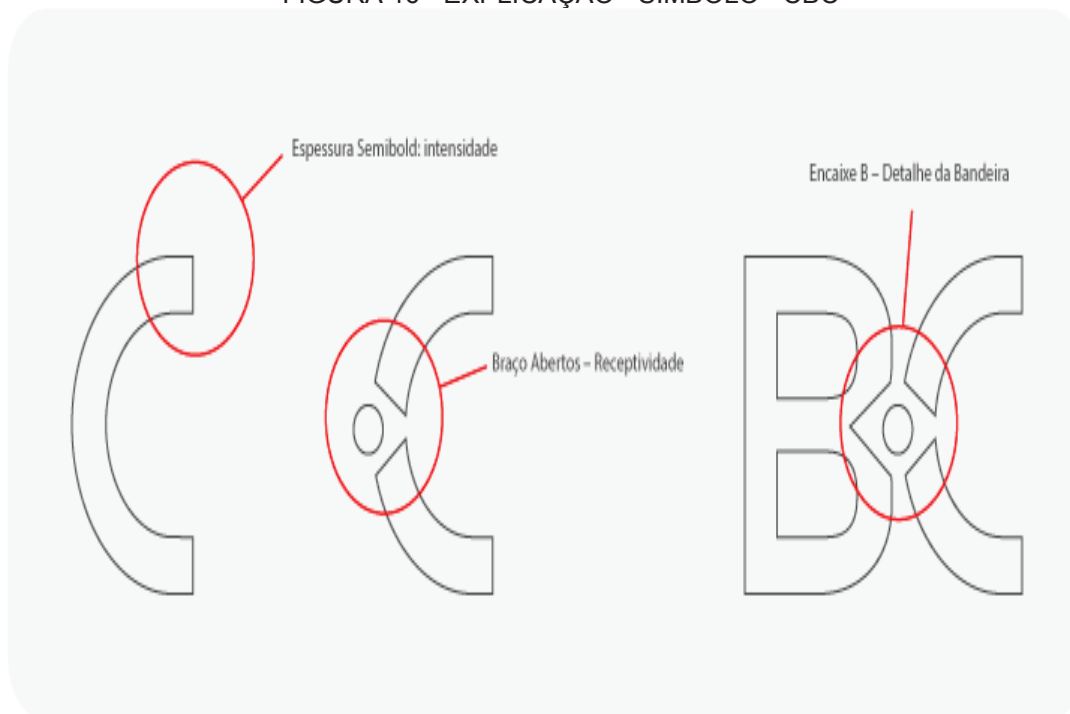
FIGURA 15 - SÍMBOLO CBC



Fonte: CBC (2018).

O trabalho de marketing, explica o significado:

FIGURA 16 - EXPLICAÇÃO - SIMBOLO - CBC



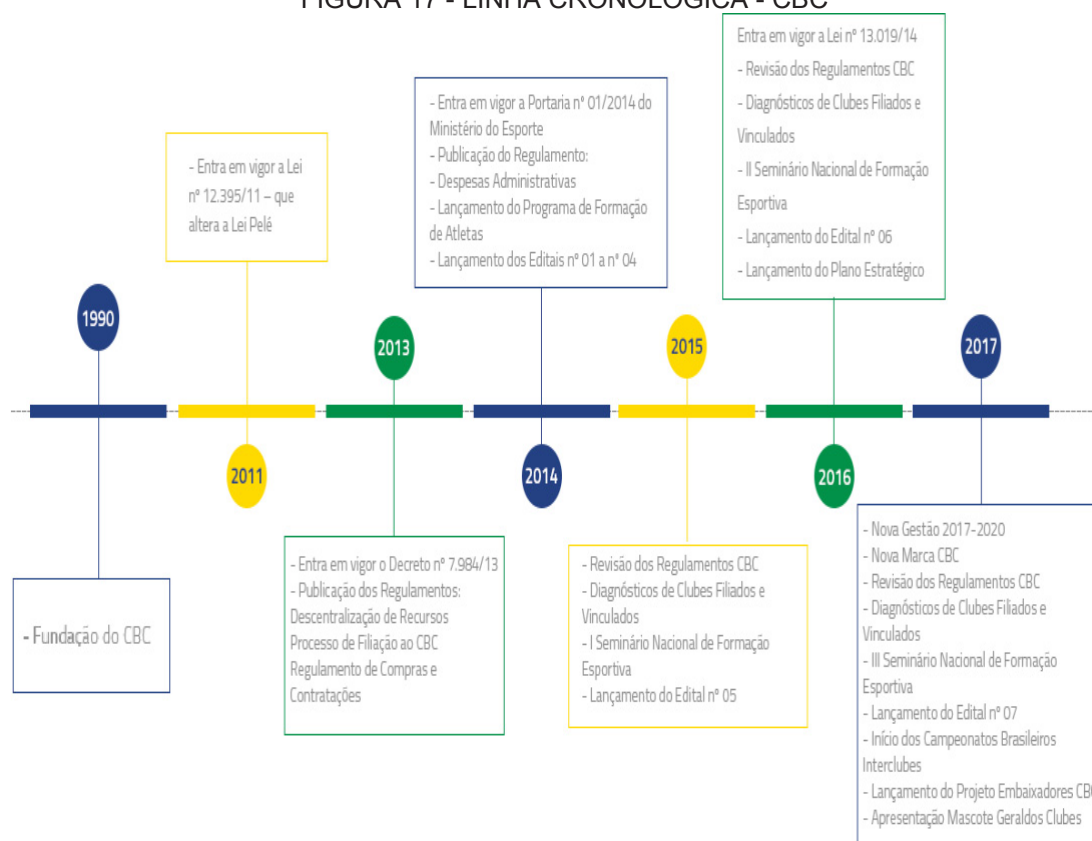
Fonte: CBC (2018).

Nos dizeres do Gestor 2, a alteração foi essencial para ganhar espaço e respeito no Sistema Nacional do Esporte:

G2: Então parece assim, “ah mudou o nome”, e não é só mudou o nome, mudou o nome que levou a mudança de representatividade, de resultados em termos de reconhecimento, então mudou muita coisa pra gente desde quando agente se tornou o CBC, e o impacto concreto você pega nas alterações de portaria, normativa, esse projeto de lei que está rodando agora na Câmara, que eu te falei até que agente está trabalhando em cima dele, então agente já tem um tratamento separadamente das Confederações esportivas e junto com os Comitês, então isso pra gente era essencial e estrategicamente acho que cumpriu o primeiro degrau que foi fundamental. Então isso é um pouco a história de como surgiu a CBC, daí mudou para o CBC.

Segundo cronologia estabelecida pelo comitê, os principais marcos do CBC, foram assim delimitados:

FIGURA 17 - LINHA CRONOLÓGICA - CBC



Fonte: CBC (2018).

Passando a análise do modelo de gestão do CBC, percebem-se profundas e necessárias alterações ao se adaptar para uma entidade descentralizadora de recursos, a começar pela aprovação de seu novo estatuto que constituiu como poderes do órgão: a Assembleia Geral, a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

A Assembleia Geral, dentre outras atividades, é a responsável por eleger o Conselho Fiscal e a Diretoria. Nela se reúnem todas as EPDs, todavia, as EPDs filiadas possuem peso de voto 6 vezes maior que as EPDs vinculadas, assim, todas as decisões exaradas na Assembleia Geral (reforma do estatuto, eleições, apreciar relatório anual de gestão, julgar contas da gestão anterior, alienar imóveis, destituir membros dos poderes constituídos, apreciar e julgar recursos) são contabilizados 1 voto para cada uma das EPDs vinculadas e 6 votos para cada uma das EPDs filiadas. A última ata da Assembleia Geral permanece a disposição para consulta e download no sítio eletrônico da entidade (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

A Diretoria é quem administra o CBC, sendo que o art. 29 define que é constituída por 3 membros eleitos, a dizer: presidente, vice-presidente administrativo-financeiro e vice-presidente de formação de atletas, com mandato de 4 anos e com possibilidade de apenas uma reeleição (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

Em relação ao Conselho Fiscal este é integrado por 3 titulares e 2 suplentes, verificamos no art. 39 do estatuto que concorre ao pleito separadamente, não compondo chapa eletiva com a Diretoria. O colegiado fiscal examina documentos, balancetes, orçamentos, emite parecer, fiscaliza a correta aplicação do estatuto, analisa a contribuição associativa, bem como aponta sugestões e recomendações aos órgãos do CBC (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

Um segundo sodalício igualmente importante e previsto no estatuto, é o Conselho Consultivo, de natureza executiva, contínua, possui como principal objetivo prestar assessoramento aos órgãos do CBC. O Conselho Consultivo, como apresenta o art. 44 do estatuto, responde mediante parecer às consultas formuladas pelos órgãos, emite recomendações/sugestões, firma um canal de comunicação entre o CBC e as entidades vinculadas/filiadas, auxilia nas modificações estatutárias, participa de reuniões, painéis, debates sobre o sistema nacional de esporte. O órgão é dirigido sempre pelo último ex-presidente do CBC (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

Para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, é necessário registro da chapa junto a Comissão Eleitoral 30 dias antes do pleito. Para o cargo de Presidente da Diretoria é necessário que o candidato tenha indicação de no mínimo 5 Entidades de Prática Desportiva Filiadas e 30 Entidades de Prática Desportiva Vinculadas, além disto, ter exercido pelo menos 1 mandato como membro da Diretoria da CBC ou estar em exercício como presidente/comodoro de EPD Filiada (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

A remuneração dos integrantes do CBC é efetivada na forma dos incisos I e II do §4º c/c §§5º e 6º do art. 12 da Lei Federal nº 9.532/1997 (legislação tributária federal) com as alterações implementadas pela Lei Federal nº 12.868/2013, segundo as quais, tanto é possível remunerar os diretores não estatutários que mantenham vínculo empregatício quanto os dirigentes estatutários (estes últimos desde que mantenham remuneração

inferior a 70% do teto máximo estipulado para o funcionalismo público federal; não possuam cônjuge ou parente até 3º grau nas funções de instituidor, sócio, conselheiro, diretor e no máximo 5 vezes o valor estipulado para os diretores) (Brasil, 2013), atualmente, a remuneração dos diretores e dirigentes do CBC é aprovada mediante resolução da Diretoria com base em parecer do Conselho Fiscal (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2019).

Por expressa previsão legal, os recursos carimbados para CBDE e CBDU não passam por editais propriamente ditos, e sim, na chamada “inexigibilidade”. Por outro lado, até o encerramento da pesquisa, 7 Editais de chamamento de projetos do CBC para os clubes haviam sido desenvolvidos:

EDITAL 1 – compra de equipamento olímpico

EDITAL 2 – compra de equipamento paraolímpico

EDITAL 3 – realização de campeonato

EDITAL 4 – realização de campeonato

EDITAL 5 – compra de equipamento olímpico e paraolímpico

EDITAL 6 – contratação de equipe multidisciplinar

EDITAL 7 – duas fases, na primeira a EPD apresenta um projeto para realização de campeonatos, e na segunda fase, facultativamente, a EPD filiada apresenta projeto para compra de equipamentos. Caso a EPD não tenha interesse imediato na compra de equipamentos ela pode acumular o valor para o próximo ano. A título exemplificativo: a EPD sedia um campeonato brasileiro interclubes (CBI) individualmente ou de forma compartilhada ou sedia uma etapa de um CBI em 2017, ela poderia solicitar a compra de equipamentos para 2018 ou poderia acumular a execução do campeonato de 2017 com o campeonato de 2018 e solicitar compra de equipamento somente em 2019

Os Editais 6 e 7 são os únicos com previsão de duração de 4 anos, já que os demais eram anuais. Conforme A1, na época em que fora realizada a entrevista (2018) não haviam mais convênios em vigência quanto aos editais 3 e 4, todavia, ainda existam dos editais 1, 2 e 5 diante de percalços que acabaram conduzindo a prorrogação dos convênios, a título ilustrativo, a dificuldade em comprar materiais do exterior ou a não obtenção de certificação do Ministério do Esporte. Por cautela, a Diretoria da CBC elaborou resolução em que veda o repasse de novos recursos até que a EPD já contemplada por

edital anterior tenha a prestação de contas aprovada, de forma a não acumular projetos em aberto.

O CBC possui uma sede principal localizada na cidade de Campinas-SP e uma subsede de importância estratégica situada em Brasília-DF, e é neste espaço que “as coisas acontecem” usando as palavras do gestor 1 (G1).

Durante a observação de campo, foi possível acompanhar o processo de descentralização de recursos (EPDs Filiadas) e de concessão de passagens e hospedagens (EPDs Vinculadas). Desde o projeto, passando pela prestação de contas, descrição das metas, praticamente toda a comunicação realizada entre o corpo técnico do CBC e as EPDs ocorrem dentro de uma plataforma virtual, na qual os gestores dos clubes são treinados, recebem manuais auto-explicativos, além de *check-lists*, facilitando sobremaneira a relação entre os órgãos.

O Agente 1 (A1) que presta serviços no TI (Tecnologia da Informação), esclarece que foi realizada a contratação de uma agência externa para criação do sistema “SIPRO” (utilizado para o cadastro dos projetos), todavia, com o passar do tempo o próprio CBC com seus desenvolvedores passaram a aperfeiçoar, trazer melhorias, por intermédio de um segundo sistema. Diante da existência de dois sistemas optou-se pela contratação de uma segunda empresa de TI responsável por manter em um mesmo ambiente todos os sistemas do CBC, qual seja o CBC Digital, assim, facilitando a operação para o usuário.

Além disto, o CBC oferece suporte a todas as EPDs por intermédio de canal de conversa no ambiente virtual. O esclarecimento de dúvidas se estende para àquelas entidades as quais ainda estão em processo de cadastro, uma espécie de *help desk on-line* para o uso do Cadclubes. O *talk two* é uma ferramenta que permite ao TI analisar quais usuários estão acessando o ambiente, dificuldades encontradas, entre outros dados relevantes. A EPD acessa um ambiente com várias abas a exemplo de “dados gerais”, “documentos de filiação”, “diretoria”, “convênios no SIPRO”, são expostas informações como “responsável pelo projeto”, “atletas”, “equipe técnica”, “técnico e modalidade”, até mesmo os contatos realizados com os clubes constando data e horário permanecem registrados, em síntese, a inserção de informações que permitem ao CBC efetivar relatórios gerenciais

completos, um verdadeiro raio-x das entidades. Abaixo, segue uma relação com todos os dispositivos virtuais do CBC:

FIGURA 18 - DISPOSITIVOS VIRTUAIS - CBC

Aplicativo ou Sistema
Plataforma Comitê Digital
CadClubes – Cadastro de Clubes
SIPRO (Edital 6)
Painel Administrativo das Pesquisas 2015 e 2016
Gerenciador da Plataforma
HelpDesk
Integração de Clubes e EPDs
Embaixadores do CBC
Campeonato Interclubes (Edital 7) – Passagens e Hospedagens
Pesquisas – Painel Administrativo
Skype for Business – Instalação (incluindo versões mobile)
Prestação de Contas de Aquisições – Comitês
Formalização de Competições – Comitês
Formalização de Aquisições – CBI
Controle de Cobranças
Acompanhamento de Aquisições
CBI – Prestação de Contas

Fonte: CBC (2018).

Concluído o processo de cadastro e apresentação de projetos *on-line*, outros colaboradores do CBC recebem o projeto via sistema. Tudo inicia com a apresentação de um ofício em que a entidade demonstra “manifestação de interesse” em participar de tal edital, indicando o responsável técnico e o responsável financeiro acompanhado dos respectivos dados para criação de *login* e senha (os dois serão os responsáveis por cadastrar o projeto no sistema). Na sequência, a equipe do CBC responde com outro ofício denominado “orientações preliminares”, em que constam os encaminhamentos iniciais, além de uma série de declarações (guarda de documentos, capacidade técnica, que não possui vedação para receber recurso público, que não integra órgão da administração pública federal, de veracidade das informações, dentre outras) as quais devem ser assinadas pelo Presidente/dirigente do clube, acompanhada de documentos pessoais (RG, CPF, procuração – se for o caso de impedimento do dirigente).

Na elaboração do projeto, deve constar a comprovação de no mínimo 3 anos de experiência na gestão da entidade, 3 orçamentos, fotos dos espaços físicos destinados à prática esportiva, justificativa quanto a cada equipamento que se pretende adquirir, definir a especificação de cada item.

A agente 2 (A2), demonstrou como é realizada esta primeira análise, de posse de uma lista de checagem denominada “Análise preliminar do projeto”. Pelo que se pode colher, um projeto bem elaborado atende aos seguintes itens: identificação da EPD; se todos os dados foram preenchidos; identificação do projeto, título e objeto; justificativa/razões que justificam a necessidade do objeto ou aquisição de equipamento ressaltando os esportes a serem atendidos; se são esportes olímpicos/paraolímpicos; objetivo geral; propósito relacionado com a formação; metas; justificativa; detalhamento quanto a implementação das ações do projeto; detalhar as ações que serão executadas incluindo cronograma, grades, horários, recursos humanos envolvidos; metodologia do projeto; impactos esperados; descrição do que a entidade pretende alcançar após a realização do projeto; metas esportivas; indicadores de resultados; mecanismo de aferição de resultados esperados; tempo necessário para atingir cada uma das metas; plano de divulgação do projeto para fornecer transparência quanto a aplicação dos recursos (publicar no site, distribuir cartazes, colocar logo do CBC nos uniformes); histórico da entidade (verificar se já é um clube formador, se possui capacidade técnica); instalações;

As metas e indicadores inseridos no sistema, são posteriormente fiscalizadas pelo CBC quando da prestação de contas. Ao ser questionado como seria possível mensurar esses indicadores na aquisição de um equipamento, A2 respondeu que por meio de relatórios mensais de avaliação física dos atletas que utilizaram ou um relatório mensal de desempenho dos atletas. Para a divulgação, são desenvolvidos 4 enfoques: transparência na aplicação dos recursos; fortalecimento institucional do CBC; divulgação da marca de formação de atletas e promoção das atividades desenvolvidas pelo clube).

Na experiência de A2 uma das maiores cobranças dos órgãos de controle é a comprovação de que o recurso está sendo destinado para uma EPD que registra capacidade técnica, que já possui em seu currículo atletas

com potencial, motivo pelo qual, os editais já detalham alguns instrumentos hábeis a comprovação da capacidade técnica, como já ter parcerias com secretarias de esporte, ministérios, resultados obtidos em competições, notícias na mídia, se possui pesquisa realizada no clube, currículo dos técnicos, declarações emitidas por federações.

Durante a análise, A2 apreciou ponto a ponto a pertinência do projeto, entre algumas verificações em um caso prático, identificou problemas no cronograma do projeto já que é um dado essencial para o cálculo de quanto tempo precisa ser celebrado, a exemplo da aquisição de equipamentos, em que a EPD deve descrever quanto tempo vai necessitar para efetivar as aquisições, por qual período ele será usado (durabilidade), quando serão prestadas contas, dentre outros. Durante a apreciação do projeto o CBC elabora um cronograma específico, com a previsão de quanto tempo irá demorar para analisar o projeto. No caso de aquisição de materiais se exige no mínimo 3 (três) orçamentos, porém, o CBC faz uma pesquisa paralela, de forma a identificar se os orçamentos estão adequados ao valor de mercado.

As inconsistências e/ou dúvidas e/ou complementação identificadas no projeto, explica A2, retornam via sistema por intermédio de “abertura de 1ª diligência”, em que são propostas, por exemplo que a justificativa de determinado item sejam complementados no projeto.

Segundo A2, em média, para projetos considerados mais tranquilos, a exemplo de compra de equipamentos, são gastos 45 dias entre o ingresso do projeto no sistema e a descentralização do recurso. Todavia, em projetos mais complexos como repasse de verbas para CBDE e CBDU para realização de campeonatos os prazos ficam mais extensos. Registra-se o fato de que, para uma EPD receber recursos é necessário que já tenha prestado contas de verbas recebidas anteriormente por outro edital. A expertise apresentada por A2 tem como consequência, sua experiência anterior junto ao Ministério do Esporte, por já ter trabalhado por 5 anos em um dos programas do ME sua bagagem acompanhou sua inserção no CBC. Na visão de A2 a legislação (cita a lei 13.019) caminha para fiscalizar não apenas o cumprimento da execução financeira do objeto, como também da execução física, em outras palavras, não basta comprovar a aquisição de determinado material, é necessário verificar se realmente está sendo utilizado, se há resultados concretos.

Via de regra, após a 1ª diligência para os ajustes iniciais e complementações no projeto, a 2ª diligência, normalmente, serve para mudar o projeto em relação aos aspectos financeiros. Neste sentido, o A4 é um dos funcionários com maior experiência na área (também trabalhou no ME), segundo A4 em caso de incompatibilidade de orçamentos ou é adotada a cotação da CBC ou o projeto retorna para que a EPD realize nova pesquisa. A 3ª diligência é mais dirigida para o “arremate final” como abertura de conta bancária, algum documento faltante, etc. A etapa de confecção do projeto, análise de pertinência e financeira encerra com a emissão de um parecer.

Um segundo parecer é feito pelo setor jurídico (em média 15 dias). Caso sejam realizados apontamentos no parecer jurídico, é aberta a 4ª diligência. Ao término dessas etapas, passamos então para a fase de celebração do ajuste com o Termo de Fomento (distribuição do recurso) ou Termo de Parceria (fornecimento de passagens e hospedagens), Acordo de Cooperação, constando as cláusulas com as obrigações do CBC e da EPD. Após a assinatura pelos dirigentes, todas as certidões são conferidas novamente, uma vez que podem expirar durante o processo. Em continuidade, o termo é publicado no site do CBC e encaminhado para a sede em Campinas-SP, local em que é feita consulta ao CADIN (cadastro de inadimplentes) e autorizado o pagamento.

Para o G4 a coordenação dos projetos visa analisar as propostas e parcerias para descentralização ou por intermédio de execução direta pelo CBC, a exemplo do edital 7 de Campeonatos Interclubes, em que os beneficiados recebem passagem e hospedagem fornecidas pelo CBC, para G4, portanto, o setor é o primeiro e um dos principais degraus para o ganho dos benefícios. Para ele, o grande avanço alcançado com a criação da entidade foi “fazer com o recurso chegue até o atleta” desde o início, passando pelo seu desenvolvimento até alcançar o rendimento, por ao menos um ciclo olímpico.

Por esta razão, os futuros editais devem seguir o prazo de quatro anos, pois em seu entendimento, a formação de um atleta “não ocorre da noite pro dia”. Segundo G4 o presente e o futuro do CBC está alinhado à três alicerces: melhoria das infraestruturas; apoio aos recursos humanos por meio de contratação de pessoal técnico especializado; e apoio direto aos atletas com a

participação em campeonatos brasileiros interclubes e apoio aos ENADs (entidades nacionais de administração de desportos).

Ao ser questionado sobre quais modalidades esportivas estavam mais carentes de apoio, G4 afirmou que sob a visão clubísticas, o basquete feminino, por exemplo, não possuía uma política bem definida. Na visão de G4 o sucesso dos campeonatos decorrem de quatro elementos: participação de atletas; clube sediante; clubes participantes; ENADs, aponta ainda como dificuldade o atletismo, pois apesar de existir um quantitativo numérico grande de atletas, muitos estão presentes em pequenas agremiações e que acabam não se filiando ao CBC, dificuldade também encontrada no judô. Outras modalidades indicadas pelo G4 foram o hipismo (por exigir na estrutura especial), o handebol pela ausência de projetos (até então, somente 1 projeto havia sido apresentado) e a vela por exigir investimentos mais altos, estruturas diferenciadas, o que dificulta uma potencialização na modalidade.

Apresentando uma visão geral do sistema, G4 dispõe sobre a dificuldade de jovens e adultos que estão no sistema educacional de acessar esportes como o remo e a vela, pois a prática seria um “reforço” para formação dos atletas, o que já é uma realidade para o vôlei, handebol e basquete, de forte presença nas escolas. Destaca ainda, que natação está bem consolidada nos clubes, com ótimos projetos, todavia, não obstante a existência de estruturas de piscinas, modalidades como o polo aquático, nado artístico e os saltos ornamentais não tem um forte apelo, sendo necessário que se tomem atrativos.

Na percepção de G4 a escola, hoje, não tem condições de assumir um papel de protagonismo na formação de atletas de rendimento, todavia, sendo importantes para iniciar os indivíduos nos esportes, encontrar os potenciais, e então encaminhar para os clubes, estes sim, com capacidade para a “seletividade”, característica do esporte de alto rendimento, para o gestor, o modelo brasileiro segue esta lógica de formação, já que o atleta de ponta não consegue se desenvolver nas escolas as quais, em sua maioria, não tem programas específicos de formação, e quando ocorrem é devido ao patrocínio dos pais, assim, os clubes seriam “catalisadores de talentos em sua região”. As escolas públicas não recebem verbas específicas para treinamento especializado, os professores não ganham para desempenhar este papel,

sobrando algumas escolas particulares que abraçam este encargo por estar “em seu DNA”, porém são algumas.

Por fim, entende G4 que houve um esforço do ME em tentar definir uma Rede Nacional de Treinamento, quando buscou mapear e traçar uma linha, um caminho pré-determinado a ser seguido pelo atleta que busca o rendimento. Em sua concepção, o funcionamento deste sistema permitiria explorar todos os potenciais existentes em nosso país, de forma linear e constante.

Encerrado o projeto, após a celebração da parceria, um segundo setor passa a atuar. O acompanhamento e execução dos projetos é realizado no CBC, pelo setor denominado “acompanhamento e fiscalização”. Segundo o Gestor 5 (G5) o setor é responsável por acompanhar o atingimento das metas e resultados, a implementação do plano de trabalho. Os editais 1, 2 e 5 que visam o aprimoramento dos parques esportivos, existe um acompanhamento dos processos de aquisição, verificação das metas e indicativos, quais beneficiados estão sendo atingidos, qual a metodologia aplicada na formação de atletas. Explica que uma das formas de verificar, ocorre com a visita técnica, em que comparecem na entidade para apreciar *in loco* se os equipamentos estão identificados, patrimonializados, se constam no balanço contábil da entidade, se estão sendo destinados para os atletas que são beneficiados pelo projeto (uma irregularidade seria um equipamento destinado apenas para associados), verificação da grade horária. O marco inicial do acompanhamento ocorre com a emissão de ofícios em que a EPD é orientada das regras para realizar aquisição, como deve contratar um profissional, os ditames para realizar um campeonato.

O G5 pormenoriza que cada clube possui uma metodologia própria para formação, citando, por exemplo, que o Clube Curitibano é bem organizado por departamentos, possui um forte controle administrativo, já os paulistas como Pinheiros, Corinthians, são voltados para a competitividade.

O acompanhamento também realizado diariamente por meio de telefonemas, e-mails. A conta específica do projeto recebe as verbas de acordo com o plano de trabalho (cronograma de desembolso), segundo G4 os mesmos cuidados do repasse de convênios adotados por entidades públicas, são praticadas pelo CBC. Por último, para a prestação de contas são

verificados se todos os recursos foram aplicados (caso contrário devem ser devolvidos corrigidos com juros de poupança), e especialmente, se as metas definidas no projeto foram ou não alcançadas. O esquema a seguir, representa estrutura do CBC:

FIGURA 19 - ESTRUTURA CBC



Fonte: CBC (2018).

O quadro organizacional deixa evidente a importância da assembleia enquanto órgão máximo do CBC, ainda, resta evidente a ouvidoria enquanto órgão com independência e ligado diretamente a presidência. Por fim, o formato de duas vice-presidências, uma dedicada a gestão do CBC

(administrativa e financeira) e outra vice-presidência exclusiva para formação de atletas, o que reafirma a vocação da entidade.

4.2.2 Comitê Brasileiro de Clubes – fim das continuidades e rupturas?

Enfim, quando as relações pareciam estabelecidas eis que a presidência da república, em data de 11 de junho de 2018, sob o argumento de destinar recursos para o recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Pública, emite a Medida Provisória nº 841/2018 destinada a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, alterando toda sistemática de destinação dos recursos das loterias de forma substancial, incluindo os repasses para o CBC, um verdadeiro nocaute para a entidade.

A pressão foi imediata, diversos órgãos esportivos reagiram junto as instâncias de poder, o #lutopeloesporte ganhou as redes sociais, a imprensa divulgou os protestos, enfim, toda a mobilização obrigou o Chefe do Executivo Federal, pouco tempo depois, a confeccionar a Medida Provisória nº 846/2018, de 31 de julho de 2018 como medida de contrabalancear.

Finalmente, é editada a Lei Federal nº 13.756, de 2 de dezembro de 2018, estabelecendo uma distribuição mais descentralizada entre os subsistemas esportivos, convidando o sistema nacional do esporte para uma nova e diferenciada roupagem, a começar pelos conceitos de loterias, as quais foram divididas por meio das seguintes modalidades:

Art. 14 (...)

- I - loteria federal (espécie passiva): loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico);
- II - loteria de prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;
- III - loteria de prognóstico específico: loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
- IV - loteria de prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e
- V - loteria instantânea exclusiva (Lotex): loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

A partir desta separação por modalidades, foi estabelecida uma cronologia com os respectivos percentuais e os beneficiários. Para melhor

compreensão da truncada legislação que em nada auxilia o leitor, passamos a separar por destinatários, percentuais e modalidades:

Art. 15. O produto da arrecadação da **loteria federal** será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até **31 de dezembro de 2018**:

e) 1,48% (um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento) para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB);

f) 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);

(...)

II - a partir de **1º de janeiro de 2019**:

(...)

e) 1,48% (um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento) para o COB;

f) 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) para o CPB;

(...)

A tabela a seguir melhora a visualização dos repasses, em relação aos órgãos esportivos ora estudados:

QUADRO 1 - REPASSES - ÓRGÃOS ESPORTIVOS

LOTARIA FEDERAL							
ME		COB		CPB		CBC	
31/12/2018	1º/01/2019	31/12/2018	1º/01/2019	31/12/2018	1º/01/2019	31/12/2018	1º/01/2019
0,00%	0,00%	1,48%	1,48%	0,87%	0,87%	0,00%	0,00%

Fonte: Brasil (2018)

Na sequência, a legislação explica o repasse referente a loteria de prognósticos numéricos:

Art. 16. O produto da arrecadação da **loteria de prognósticos numéricos** será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até **31 de dezembro de 2018**:

e) 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o Ministério do Esporte;

2. 0,5% (cinco décimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);

3. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); e

4. 0,11% (onze centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU);

f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB;

g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

II - a partir de **1º de janeiro de 2019**:

e) 4,36% (quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento) para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

- 2. 0,5% (cinco décimos por cento) para o CBC;
- 3. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) para a CBDE; e
- 4. 0,11% (onze centésimos por cento) para a CBDU;
- f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB;
- g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

QUADRO 2 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS NUMÉRICOS

LOTARIA DE PROGNÓSTICOS NUMÉRICOS		
ENTIDADE BENEFICIADA	DATAS	PERCENTUAIS
Ministério do Esporte* **	31/12/18	3,5%
	1º/01/19	3,5%
Comitê Olímpico Brasileiro	31/12/18	1,73%
	1º/01/19	1,73%
Comitê Paraolímpico Brasileiro	31/12/18	0,96%
	1º/01/19	0,96%
Comitê Brasileiro de Clubes	31/12/18	0,5%
	1º/01/19	0,5%
Comitê Brasileiro de Desporto Estudantil	31/12/18	0,22%
	1º/01/19	0,22%
Comitê Brasileiro de Desporto Universitário	31/12/18	0,11%
	1º/01/19	0,11%
Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal*	31/12/18	1%
	1º/01/19	1%
Federação Nacional dos Clubes Esportivos**	31/12/18	0,04%
	1º/01/19	0,04%

* Dos 3,5% e 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes, 1% é dirigido para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos.

** Dos 3,5% e 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes o percentual de 0,04% é destinado ao FENAClubes (Federação Nacional dos Clubes Esportivos).

Fonte: Brasil (2018) – elaborado pelo autor.

A legislação passou a contemplar novos jogadores no tabuleiro, incluindo a Confederação Brasileira de Desportos Escolares (CBDE) e a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) na qualidade de recebedores das verbas. Além disto, um formato novo de repasses para as secretarias de esporte dos estados e do distrito federal, está previsto na alínea “b”, II, do §2º do art. 16, no montante de 1% dos 3,5% e 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes.

Em continuidade, o art. 17 explana quanto a distribuição da loteria de prognóstico específico:

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de **prognóstico específico** será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até **31 de dezembro de 2018**:

(...)

f) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

g) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o COB;

h) 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) para o CPB;
(...)

II - a partir de 1º de janeiro de 2019:

(...)

f) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

g) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o COB;

h) 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) para o CPB;

i) 22% (vinte e dois por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

A tabela a seguir melhora a visualização dos repasses, em relação aos órgãos esportivos ora estudados:

QUADRO 3 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS ESPECÍFICOS

LOTARIA DE PROGNÓSTICOS ESPECÍFICOS		
ENTIDADES	DATAS	PERCENTUAIS
Ministério do Esporte*	31/12/18	0,75%
	1º/01/19	0,75%
Comitê Olímpico Brasileiro	31/12/18	1,26%
	1º/01/19	1,26%
Comitê Paraolímpico Brasileiro	31/12/18	0,74%
	1º/01/19	0,74%
Comitê Brasileiro de Clubes	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Comitê Brasileiro de Desporto Estudantil	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Comitê Brasileiro de Desporto Universitário	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Entidades Esportivas da modalidade futebol*	31/12/18	22%
	1º/01/19	22%

* Para as entidades que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico.

Fonte: Brasil (2018) – elaborado pelo autor.

Uma inovação prevista na letra “i” do inciso I do art. 17, é o repasse de até 22% dos prognósticos específicos para clubes de futebol que “cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico”, um percentual substancial para o auxílio financeiro das entidades.

Em continuidade, a legislação pauta o encaminhamento das verbas cuja fonte são os prognósticos esportivos:

Art. 18. O produto da arrecadação da **loteria de prognósticos esportivos** será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até **31 de dezembro de 2018**:

(...)

e) 10% (dez por cento) para o Ministério do Esporte;

f) 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para o COB;

g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

II - a partir de **1º de janeiro de 2019**:

(...)

d) 3,1% (três inteiros e um décimo por cento) para o Ministério do Esporte;

e) 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para o COB;

f) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

A tabela construída auxilia na compreensão dos repasses, em relação aos órgãos esportivos ora estudados:

QUADRO 4 - LOTERIA DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS

LOTARIA DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS		
ENTIDADES	DATAS	PERCENTUAIS
Ministério do Esporte	31/12/18	10%
	1º/01/19	3,1%
Comitê Olímpico Brasileiro	31/12/18	1,63%
	1º/01/19	1,63%
Comitê Paraolímpico Brasileiro	31/12/18	0,96%
	1º/01/19	0,96%
Comitê Brasileiro de Clubes	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Comitê Brasileiro de Desporto Estudantil	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Comitê Brasileiro de Desporto Universitário	31/12/18	0,00%
	1º/01/19	0,00%
Entidades Desportivas e Entidades de prática Desportiva*	31/12/18	9,57%
	1º/01/19	9,57%

* Para as entidade que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico.

Fonte: Brasil (2018) – elaborado pelo autor.

Para a loteria de prognósticos esportivos, uma nova previsão semelhante a loteria de prognóstico específico foi registrada na alínea “h” do inciso I do art. 18 e alínea “g” do inciso II do art. 18, ao permitir repasse de 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) para “entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus

símbolos”, redação similar àquela do letra “i” do inciso I do art. 17 com a diferença que não restringiu as entidades de prática do futebol, ampliando para todas as modalidades esportivas.

Por fim, em relação a loteria instantânea exclusiva, cuidou o legislador de repassar 0,9% para o Ministério do esporte (art. 20, inciso III) e com idêntica redação letra “i” do inciso I do art. 17, repasse de 1,5% para as entidades de prática do futebol (art. 20, inciso V).

Na tentativa de entender o emaranhado de percentuais e destinatários das loteria e prognósticos federais, foi desenvolvido um quadro com as verbas acompanhadas do respaldo legal, a partir de 1º de janeiro de 2019:

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS - LF N.º 13.756/2018
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS LOTERIAS A PARTIR DE 1º/01/2019
(Lei Federal nº13.756/2018)

	Loteria Federal I	Loteria de prognósticos numéricos	Loteria de prognóstico específico	Loteria de prognósticos esportivos	Loteria instantânea exclusiva
Ministério do Esporte	0,00%	3,53%* **	0,25%	3,1%	0,9%
Fundamentação legal	-	Art. 16, II, “e”, 1	Art. 17, II, “f”	Art. 18, II, “d”	Art. 20, III
Comitê Olímpico Brasileiro	1,48%	1,73%	1,26%	1,63%	0,00%
Fundamentação legal	Art. 15, II, “e”	Art. 16, II, “f”	Art. 17, II, “g”	Art. 18, II, “e”	-
Comitê Paraolímpico Brasileiro	0,87%	0,96%	0,74%	0,96%	0,00%
Fundamentação legal	Art. 15, II, “f”	Art. 16, II, “g”	Art. 17, II, “h”	Art. 18, II, “f”	-
Comitê Brasileiro de Clubes	0,00%	0,5%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundamentação legal	-	Art. 16, II, “e”, 2	-	-	-
Comitê Brasileiro de Desporto Estudantil	0,00%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundamentação legal	-	Art. 16, II, “e”, 3	-	-	-
Comitê Brasileiro de Desporto Universitário	0,00%	0,11%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundamentação legal	-	Art. 16, II, “e”, 2	-	-	-

Federação Nacional dos Clubes esportivos	0,00%	0,04%**	0,00%	0,00%	0,00%
Fundamentação legal	-	Art. 16, §2º, II, “c”	-	-	-
Entidades Esportivas da modalidade futebol	0,00%	0,00%	22%	0,00%	1,5%
Fundamentação legal	-	-	Art. 17, II, “i”	-	Art. 20, III
Entidades Desportivas e Entidades de prática Desportiva	0,00%	0,00%	0,00%	9,57%	0,00%
Fundamentação legal	-	-	-	Art. 18, II, “g”	-
Secretarias de Esporte dos Estados ou Distrito Federal	0,00%	1%*	0,00%	0,00%	0,00%
Fundamentação legal	-	Art. 16, §2º, II, “b”	-	-	-
<p>* Dos 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes, 1% é dirigido para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos.</p> <p>** Dos 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes o percentual de 0,04% é destinado ao FENACLUBES (Federação Nacional dos Clubes Esportivos).</p>					

Fonte: Brasil (2018) – elaborado pelo autor.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, já se deduzia com supedâneo na teoria dos jogos, o surgimento de novos atores igualmente interessados na divisão destes recursos, conforme questionamentos feitos aos gestores, os quais não declararam expressamente que contavam com a presença de novos jogadores.

A legislação, ainda, trouxe novos parâmetros para aplicação das verbas pelo CBC, como é possível verificar no art. 16, §1º, incisos I e II no mínimo, 15% (quinze por cento) dos recursos devem obrigatoriamente ser destinados a atividades paradesportivas, oferecendo ainda como alternativa, repasses diretos do CBC para o CPB.

Por segundo, ampliou o espectro de atuação do CBC, o qual, deixou de ser destinado exclusivamente para a formação passando para programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de

despesas administrativas, esclarecendo o art. 23 que a regulamentação quanto a destinação das verbas fica condicionada a regulamentação do ME.

Uma segunda alteração profunda que interfere no raio de atuação do CBC foi a inclusão da FENACLUBES como beneficiário de 0,04% referente aos 3,5% destinados ao Ministério dos Esportes dos prognósticos numéricos (alínea “c”, inciso I do §2º do art. 16 – até 31 de dezembro de 2018), assim como o mesmo percentual (0,04%) dos 3,53% destinados ao Ministério dos Esportes dos prognósticos numéricos (alínea “c”, inciso II do §2º do art. 16 – a partir de 1º de janeiro de 2019), verba, que nos termos do art. 24 da norma devem ser aplicados na capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Diante das profundas modificações que alteram materialmente toda a lógica do então sistema brasileiro do esporte, aparentemente sólido, no momento em que as entidades ainda se ajustavam a essa nova realidade, eis que uma segunda e igualmente substancial modificação surge.

Nos dizeres de Elias o processo que forma este encadeamento de relações de interdependência é contínuo e dinâmico, motivo pelo qual compreendemos que, passadas as eleições presidenciais, o novo governo federal anuncia a extinção do Ministério do Esporte.

Seria este o capítulo final das continuidades e rupturas do desenho estrutural do sistema nacional do esporte? por certo que não, porém, em que medida ocorrerão alterações e os impactos futuros das recentes transformações, apenas o tempo poderá responder, devendo ser pauta de novos estudos.

4.3 CLUBE CURITIBANO - IMPACTOS DO FINANCIAMENTO DO COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES

Para entender o significado do CBC para os clubes brasileiros, necessário enxergar sob a ótica dos administradores destas entidades, razão que conduziu a pesquisa a buscar informações junto ao Clube Curitibano assim como entrevistar o principal gestor da entidade. Finalmente, foi realizado um reconhecimento do local, com anotações realizadas a partir das observações e diálogos travados junto aos agentes da entidade.

Segundo G3 o clube possui três núcleos dentro da área esportiva, sendo eles: o núcleo de participação, núcleo de competição e o núcleo de rendimento/alto rendimento. Para trabalhar nestes núcleos a entidade registra 140 profissionais que atuam diretamente com esportes, dentre eles, 1 gestor (o qual também atua no setor cultural) e 9 supervisores esportivos. Em relação ao núcleo de rendimento/alto rendimento, o Curitibano conta com 13 modalidades competitivas das 43 disponibilizadas nas unidades.

A título exemplificativo o gestor cita a natação, que na época da entrevista possuía profissionais contratados, com carga horária de 200 horas mensais, dedicados exclusivamente para a modalidade. Ressalta que graças ao auxílio do CBC, o qual arca com parcela da folha de pagamento de alguns profissionais, foi possível contratar equipe multidisciplinar constituída por psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta os quais trabalham diretamente com os atletas, além de 3 preparadores físicos.

Destaca G3 que o trabalho desenvolvido por um nutricionista, por exemplo na academia, é totalmente diferente do que é feito pelo mesmo profissional junto aos atletas e competidores. Além disto, alguns destes serviços não são exclusivos da sede da entidade, ilustrando o caso de uma clínica de fisioterapia que permanece no “projeto do tênis”, este realizado na denominada sede Smart no Bairro Parolin em Curitiba, no qual também estão presentes 2 preparadores físicos.

Em seu depoimento G3 explica que a montagem da equipe multidisciplinar, integrada por 34 profissionais que atuam também no vôlei, tênis, badminton, golfe, basquete e natação é viável graças ao convênio com o CBC em que são repassadas frações dos recursos destinados ao pagamento dos profissionais.

Aqui cabe uma pausa para explicar que se trata do Edital n.º 6 com duração de 4 anos (ciclo olímpico 2016-2020) em que após tramitação e aprovação do projeto, o clube contemplado recebe até o teto estipulado pelo edital, caso o salário do profissional ultrapasse este limite, cabe a entidade essa “suplementação”. Folhando a prestação de contas de 2018 do CBC, identificou-se que no exercício de 2018, todas as 30 (trinta) parcerias firmadas permaneceram vigentes. Os números indicam a contratação de 653 Técnicos esportivos, Auxiliares técnicos esportivos, Preparadores Físicos e

Fisioterapeutas, que prestam serviços para 12.620 atletas em 37 modalidades esportivas (26 olímpicos e 11 paraolímpicos).

Para G3, a desoneração no pagamento dos funcionários é essencial, pois permite que o dinheiro seja redirecionado para outras vertentes:

G3: (...) fazemos uma desoneração em folha e com o que nós desoneramos, com esse recurso que eu pago parte da folha de pagamento destes funcionários, eu realoco essa verba para formação esportiva, para a compra de material, para o fortalecimento de uma viagem, para um treinamento de altitude, para fazer um *Swim Camp* por exemplo. Temos 7 atletas indo fazer um *Swim Camp* na Flórida agora em julho, nos Estados Unidos, nós temos um treinamento de altitude tendo 6 pessoas indo para o México, eles vão fazer um treinamento de altitude junto com mais um profissional, o técnico. Então, todo esse recurso nós conseguimos realocar, porque exonera-se muitos gastos graças aos recursos públicos que nós recebemos via todas as leis, como a Lei Pelé por meio do Comitê Brasileiro de Clubes e da Lei do Incentivo ao Esporte pelo Ministério do Esporte.

À primeira vista, a leitura da destinação do Edital nº 06/2016 pode assustar, contudo, ao analisar racionalmente a forma como o recurso é descentralizado e o retorno para o esporte local, é compreensível o lançamento de tal formato. Durante a observação realizada junto ao CBC, o pesquisador acompanhou o rígido controle e acompanhamento contábil feito pelo órgão tanto por intermédio de processo físico quanto virtual. Em relação aos Editais 6 e 7 é possível abrir a plataforma denominada “Comitê Digital” no qual estão inseridos, dentre outras, a ferramenta SIPRO (Sistema de Projetos) com acompanhamento *pari e passu* de todos os gastos realizados pela entidade.

Obviamente que a redução no impacto de gastos com pessoal permite ao Clube Curitibano direcionar esse montante para que seus atletas realizem treinamentos de altitude no E.U.A. por exemplo, agora, imaginando que esse mesmo recurso seja destinado a entidades de prática esportiva de menor poderio financeiro, por vezes, a própria sobrevivência da entidade para manter treinadores irá depender exclusivamente deste valor.

Ainda neste esboço, é importante refletir a importância para que os recursos públicos alcancem as mais humildes Entidades de Prática Esportiva, aquelas que similarmente aos grandes clubes, também participam ativamente da formação de atletas de rendimento. Para tanto, interessante transcrever trecho da entrevista:

G3: (...) porque a formação de atleta ela é feita pelo clube essencialmente, e os clubes precisam destes recursos para não tirar dinheiro do teu caixa e do teu sócio, que é o contribuinte ativo do clube, para fomentar o esporte de competição e de alto rendimento. Hoje falando de clubes, acho interessantes alguns dados. O último dado que eu tive são de 13.142 clubes sócio esportivos no Brasil. Só que é muito complicado você ter acesso a esse recurso, primeiro porque os clubes não tem uma infraestrutura ou uma estrutura para desenvolver projetos, porque uma vez descentralizado esse recurso, sai da linha de trás para quem se submete ao projeto para você ter acesso ao recurso, e hoje temos conhecimento de que 56 ou 58 clubes no Brasil que recebem esses recursos descentralizados via CBC, então primeiro por não ter estrutura para fazer os projetos, segundo muitos clubes que tem estrutura, tem esse serviço de forma terceirizada para fazer projetos via lei de incentivo para os clubes. O Curitibano hoje atua com as próprias pernas, inclusive o gestor de projetos está aqui falando com você, tem uma equipe descentralizada, temos 5 departamentos que descentralizam todo esse processo de recursos, que é o Departamento Jurídico para atender os Recursos Humanos, Departamento Financeiro e Contábil e todas as supervisões esportivas, além disso os clubes não conseguem ter acesso a esse recurso porque não tem certidões, porque o clube, infelizmente no Brasil é uma instituição falida, você tem que ter todas as certidões: certidões municipais, de tributos municipais, tributos estaduais, tributos federais, regularidade fiscal e tributária da união, certidão de regularidade de FGTS, sem ter o CADIN, que é uma certidão emitida de que não dívidas ativas da união e banco central e os clubes não tem isso.

A preocupação apresentada pelo G3 na verdade é a realidade de um país em que a burocracia ainda é um fator de entrave para acessar serviços públicos. A transformação da Confederação Brasileira de Clubes em Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) integrando um subsistema, conforme já ventilamos, tinha o objetivo de captar esses recursos com mais facilidade (a busca via apresentação de projetos no ME era ainda mais dificultosa), e na prática foi o que ocorreu. Contudo, na visão deste pesquisador que acompanhou as etapas deste processo, ainda há um longo caminho para que as pequenas organizações esportivas obtenham com mais simplicidade esses recursos. Frise-se que a maioria dos documentos indicados por G3 não é uma exigência do CBC e sim das normas e regulamentos que disciplinam a matéria no Brasil.

Dos 3 clubes paranaenses contemplados pelo Edital nº 01/2014 (destinado à aquisição de materiais e equipamentos esportivos olímpicos), certame concluído em dezembro de 2015, o Clube Curitibano recebeu o maior aporte, segundo dados do Comitê Brasileiro de Clubes (2017), no montante de R\$ 1.605.140,64. Já em relação ao Edital 03/2015, emitido para auxiliar financeiramente na participação em competições esportivas, o Clube

Curitibano novamente alcançou o maior repasse dentre as duas entidades paranaenses contempladas, com o valor de R\$ 1.997.682,58. Ininterruptamente, no final de 2015 é lançado o Edital nº 05/2015, com nova participação do clube, processo seletivo para compra de equipamentos e materiais esportivos olímpicos, conquistando novos valores no patamar de R\$ 1.173.064,11, o segundo maior dentre 04 entidades curitibanas classificadas. Finalmente, o Edital nº 06/2016, tendo por objeto a viabilização de equipe técnica e multidisciplinar para os clubes filiados, destinou R\$ 3.734.904,00 ao Curitibano, despontando o clube como importante exemplo para enxergar os impactos do CBC (COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES - CBC, 2017).

Em consulta ao sítio eletrônico do Clube Curitibano estão disponibilizados todos os convênios realizados com o CBC, assim como permanecem a disposição os editais de aquisição, até por força do convênio, em que consta expressamente tal obrigatoriedade de publicidade. Logo abaixo vamos efetivar uma descrição dos termos de convênios e termo de colaboração firmados entre o CBC e o Clube Curitibano.

O Termo de Convênio nº 11/2015, assinado em 9 de fevereiro de 2015, foi decorrência do Edital de Chamamento nº 01/2014 para aquisição de materiais esportivos, equipamentos e uniformes para as modalidades de: Natação, Tênis, Badminton, Voleibol, Judô e Esgrima. O ajuste tinha previsão de duração de 1 (um) ano e custo de R\$ 1.605.140,64 (um milhão, seiscentos e cinco mil, cento e quarenta reais e sessenta e quatro centavos). Em 5 de fevereiro de 2016 foi assinado o 1º Aditivo ao convênio, prorrogando o prazo para execução do convênio até 9 de dezembro de 2016. Ao total foram sendo compradas desde raquetes, bolas medicine *ball*, maca, dinamômetro, adipômetro, balança digital, equipamentos de musculação, faixas elásticas, extensores, camas elásticas, simuladores de remo profissional, aparelho portátil de Tens/Fes, software com programas de treinamento, até modernos equipamentos ergométricos para natação, enfim, um ótimo suporte para a prática das modalidades no clube. No total foram 3 editais na modalidade pregão eletrônico (materiais e equipamentos); 3 editais na modalidade concorrência (uniformes); 1 processo de inexigibilidade para aquisição de materiais de esgrima e 1 processo de inexigibilidade de equipamentos para musculação (Keiser).

O Termo de Convênio nº 26/2015 é decorrência do Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 03/2014, visando a participação de atletas em competições oficiais (leia-se aquisição de passagens e hospedagens) nas modalidades de olímpicas de esgrima, judô, tênis, polo aquático, natação, badminton e vôlei. Para executar o ajuste, o Clube Curitibano lançou o Edital nº 03/2015, na modalidade concorrência, menor preço, com o objetivo de contratar empresa de fretamento terrestre de ônibus e vans, traslados terrestres de ônibus e vans e hospedagem de atletas e comissão técnica do Curitibano, documentos lançados conforme os Regulamentos de Compras e Contratações do CBC.

Ocorre que o Edital nº 03/2015 não recebeu ofertas restando frustrado. Em sequência o clube lança nova disputa (Edital nº 04/2015) mais uma vez por concorrência na modalidade menor preço. Nesta segunda hasta pública, apenas 1 (uma) empresa se apresenta com o valor de R\$ 1.145.453,51 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos), sendo que do total R\$ 761.642,80 (setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos) destinados a hospedagem e o restante para deslocamento, sendo o valor homologado e adjudicado para a única participante.

No final de 2015 é celebrado novo convênio entre o Clube Curitibano, recebendo o nº 38/2015 quanto ao Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 05/2015, para aquisição de materiais e equipamentos esportivos. O projeto aprovado pelo Curitibano via CBC previa a compra de materiais/equipamentos para as modalidades de natação, tênis e voleibol, no total de R\$ 1.173.064,11, com vigência de 1 (um) ano.

Para esta verba, o curitibano instruiu dois processos de aquisição por inexigibilidade, ambos decorrentes de materiais com fornecedor exclusivo. O primeiro destinado a compra de equipamentos especiais para natação no valor de R\$ 595.272,00 (contrato de fornecimento nº 31/2016) e o segundo voltado para o tênis no quantitativo de R\$ 43.400,00 (contrato de fornecimento nº 45/2016). Também foram instaurados dois certames licitatórios por intermédio de pregão eletrônico (desenvolvido no sítio eletrônico da bolsa brasileira de mercadorias). O Pregão Eletrônico nº 01/2016 e nº 02/2016 previram diversos lotes, desde bolas de tênis e vôlei até máquinas de instrução de ponto (vôlei),

dispositivo simulador de bloqueios (vôlei), equipamento simulador de ataques (vôlei), máquinas lançadoras elétricas de bolas (tênis), tanto na versão fixa quanto na portátil, equipamentos de musculação, elípticos, bicicleta fixa, plataforma de teste para salto dentre outros. Por não conseguir executar a tempo as verbas destinadas, em 22 de dezembro de 2016 é assinado o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 38/2015, prorrogando a vigência até 24 de setembro de 2017. Ao total foram assinados contratos com empresas diferentes.

Por fim, em decorrência do Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 05/2015, é firmado o Termo de Colaboração nº 88/2016 em 16 de dezembro de 2016, com o propósito de contratar equipe técnica e equipe multidisciplinar para formação de atletas olímpicos, com vigência de 52 (cinquenta e dois) meses e repasse de valores no quantitativo de R\$ 3.734.904,00 (três milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e quatro reais).

Durante a pesquisa de campo, foi possível visualizar um campeonato de natação entre vários clubes que estava ocorrendo na sede do Clube Curitibano, identificando tanto as placas de batida de mão *touch pad* quanto o placar eletrônico. Também foram distinguidos modernos equipamentos de musculação, os quais eram utilizados pelos atletas. Segundo o Gestor 3, o espaço era reservado exclusivamente para os atletas.

5 CONTINUIDADES E RUPTURAS - DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.

O segmento clubístico, ao longo dos anos (1970, 1980, 1990), sempre entendeu como injusta a falta ou os poucos repasses de recursos públicos para as entidades, por enxergarem que sempre foram os principais responsáveis pela formação de atletas no país:

Entrevistador: O senhor acha então que antigamente os clubes não estavam satisfeitos com o formato antes do CBC, houve uma mudança radical...

G1: Não tinha como estar não é, eles só tinham uma maneira de conseguir recurso público para formação de atleta, era buscar através da Lei do Incentivo ao Esporte no Ministério dos Esportes, era uma dificuldade louca, terrível.

Entrevistador: E o prazo, qual era o prazo, o antes e o depois?

G1: A não, era bem demorado, tinha vezes que ele tinha que buscar esse recurso junto as empresas, porque esse recurso da Lei do Incentivo ao Esporte sai do Imposto de Renda, então uma empresa companheira dele, amiga dele, parceira dele, desde clube, o dono dele, o associado do Clube, tem muito imposto de renda pra pagar, daí resolvia participar então deste projeto de liberar 1% do imposto de renda devido para o clube, daí o clube tinha que localizar essa empresa, fazer um projeto em cima de um recurso, que a empresa ia liberar, ir ao Ministério dos Esportes, Ministério dos Esportes aceitar essa negociação toda, esse acontecimento todo, para daí a entidade, a empresa, indústria ou comércio, então repassar 1% do que ele teria de imposto devido para o clube, para a Lei de Incentivo ao Esporte. Então é óbvio que isso aí não acontecia em um mês, nem dois, então é bem complicado. E com o CBC é na hora, aprovou o projeto, eu assino o convênio com o presidente do clube, dois dias depois o recurso esta na conta.

Neste esboço, é fundamental compreender que quanto maior a centralização, distribuição e fiscalização dos recursos, tão grande será o poder concentrado nos ombros de quem o detém. Por este molde, a teoria elisiana ao tratar do processo civilizador, afirma que o surgimento do Estado possui como base o monopólio da violência e da arrecadação de impostos (ELIAS, 1993).

A insatisfação deste grupo levou ao surgimento no ano de 1.990 de um espaço para debater propostas de captação de verbas, originando a então denominada Confederação Brasileira de Clubes cuja vertente era uma “ação entre amigos” (G1), uma “associação de clubes”, “entidade de classe”, “sindicato patronal” (G2) um espaço em que trocavam experiências, contudo, sempre debateram um formato menos burocrático para alcançar verbas públicas:

G3: [...]Primeiro, antigamente você tinha acesso ao recurso público ou pela Lei do Incentivo ao Esporte, via Ministério do Esporte, e aí você protocolava esses projetos até 15 de setembro e demorava um ano para você aprovar seus projetos, se você tem carta de intenção de patrocínio, seu projeto sai lá de baixo e vai subindo, lógico, então era uma dificuldade, porque você faz um projeto para esse ano, ou ano que vem ele desatualiza, desatualiza valores, desatualiza calendário e tal, então, primeira coisa, você tinha pouco acesso a isso, outra forma de você ter acesso é por convênio direto, e aí uma burocracia gigantesca, você não conseguia, o clube nunca teve convenio via SICONVI, via Ministério do Esporte nunca teve, alguns clubes tem para compra de equipamentos de ginásio e piso, e pelo sistema de Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, só que o Bolsa Atleta, como a gestão do Top que eu falei, que é família do atleta que faz a gestão, a gente faz só a declaração de que ele é atleta, se faz uma declaração que ele esteve em treinamento durante o recebimento do curso, e o atleta que se vira, a família que se vira [...]

Não obstante a existência de programas de financiamento esportivo no âmbito do Ministério do Esporte, consoante declara G3, a dificuldade imposta pela burocracia, o fechamento de calendários, desatualização de valores, dentre outros, eram obstáculos para conseguir dinheiro. Por esta razão, os clubes também se reuniam em busca de traçar estratégias para acessar recursos públicos em um formato mais direto e com menos empecilhos, aliás, conforme declarou G1, por vezes o projeto chegava até o Ministério do Esporte era aprovado, contudo, a restrição de recursos impedia o acesso aos valores.

Em outra frente, a Lei Federal nº 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) empoderou o COB ao admitir transferência direta de recursos públicos para o órgão, acrescentando o inciso VI ao art. 56 da Lei Federal nº 9.615/1998, bem como os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, conforme abaixo:

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

(...)

VI- dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante :destinado aos prêmios.

§1º - **Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro**, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

§2º - Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.

§3º - Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:

I – **constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;**

II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.

§4º - Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.

§5º - Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.

Na visão deste pesquisador, o terreno fértil para alterar a legislação esportiva brasileira surgiu com a conjugação de ao menos três fatores os quais

foram identificados ao longo da investigação: 1) insatisfação e movimentação política dos clubes (os depoimentos dos gestores apontam este caminho); 2) insatisfação do Ministro dos Esportes com o crescimento do COB e seu interesse em enfraquecer a entidade ao tempo em que direciona seus recursos projetos sociais (notícias veiculadas no período e a própria disponibilidade em ceder seu próprio percentual para o CBC são elementos que indicam esta vertente); 3) falta de perenidade na legislação esportiva brasileira (as sucessivas alterações desde 1998 até o final de 2018, confirmam esta visão). O primeiro, já desenvolvido na investigação, era a busca dos clubes por verbas públicas, trajetória que iniciou na década de 90 e que ganhou força e espaço com os debates acerca da revisão da Lei Pelé (terceiro ponto):

G3: Com a revisão dos 10 anos da Lei Pelé (a Lei Pelé foi assinada em 1998) e eu me lembro que em 2008 estava terminando o primeiro estudo de revisão dos 10 anos da lei. Eu já participava desses congressos há muito tempo, e eu me lembro que foi uma... tudo está inerente também a uma questão política no país. Antigamente nós tínhamos dois órgãos institucionais centralizadores de recursos e que recebiam recursos para o Ministério do Esporte que eram o CPB e o COB, Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paralímpico Brasileiro, e vinha uma força proveniente dos clubes via Confederação Brasileira de Clubes na época, para que a CBC tivesse parte desses recursos também. Porque a gente começou com pouco, 87% dos atletas olímpicos da delegação Rio 2016 são atletas provenientes de clubes, esses são dados do próprio sistema Fenaclubes e do CBC. Lá na época, eu lembro, a lei foi assinada em 2011 (reformulação da Lei Pelé 2011) o CBC passou a entrar nesse sistema integrado do esporte, então viraram 3 entidades que realmente recebem recursos, o CPB, o COB e o CBC.

G2: É eu participei, num determinado momento eu participei disso dentro do Ministério. Naquela época quando começou essa discussão, foi criada a Lei Agnelo Piva, onde ia recurso diretamente para o Comitê Olímpico e Comitê Paralímpico. Os clubes, principalmente aqueles que tinham mais atletas, que na realidade forneciam atletas para os jogos Olímpicos e Paralímpicos, fizeram uma reivindicação que todo mundo estava recebendo recurso e quem formava mesmo o atleta que estava representando o país, não recebia recurso de lugar nenhum.

Em segundo, o papel de Orlando Silva como Ministro dos Esportes e a perspicácia do gestor. Isto porque, o Comitê Olímpico Brasileiro surgia em uma crescente no panorama esportivo brasileiro, recebendo grande percentual dos recursos e simultaneamente exercia papel central na apresentação do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas. Paralelamente, o então ministro, ao

que tudo indica, guardava preferência por programas de aspectos mais sociais, a exemplo do programa Segundo Tempo:

Após deixar as quadras, a ex-pivô de basquete Karina Rodrigues virou recordista para o Ministério do Esporte. Ela é coordenadora-geral da ONG Bola pra Frente, entidade que mais recebe repasses da pasta do ministro Orlando Silva, excluindo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Futsal - lembrando que, em 2008, o COB foi o responsável pela delegação brasileira nas Olimpíadas e a Confederação organizou, no ano passado, a Copa do Mundo da Fifa. Nos últimos dois anos, Karina recebeu, pela Bola pra Frente, R\$ 8,5 milhões para realizar o programa Segundo Tempo, que abre as escolas para a prática esportiva. O valor supera o que entidades de 12 estados, somadas, receberam para realizar a mesma ação governamental, no mesmo período.

(...)

Com tanto dinheiro circulando, a Bola pra Frente já foi alvo de investigações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Nenhum deles encontrou irregularidades. Um detalhe, porém, foge da esfera dos números: a ONG que mais recebe do Ministério dos Esportes é controlada por uma vereadora do PC do B, o mesmo partido de Orlando Silva. A defesa de Karina para essa crítica é simples: "Em 2003, começamos com 400 crianças. Hoje, temos 18 mil. E temos núcleos em várias prefeituras. É um projeto suprapartidário. Temos prefeitos de toda a sopa de letrinhas, PT, PSDB, DEM", afirma a ex-pivô, eleita em Jaguariúna, no ano passado, com 642 votos (UOL, 2009).

Apesar da suposta preferência partidária a própria reportagem denota que o projeto alcançava vários municípios independente de sigla:

Seu site, a Bola pra Frente trabalha em 16 cidades da região de Campinas. Nenhuma delas é comandada pelo PC do B - o prefeito reeleito de Ibaté, Zé Parrella, cumpriu seu primeiro mandato pelo partido, mas atualmente faz parte do PSDB. Os 16 municípios são comandados por oito partidos diferentes. As legendas mais representadas são o PSDB (Conchal, Ibaté e Iracemápolis) e o PPS (Holambra, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse).

"Minha ligação com o partido do ministro não ajuda. Pelo contrário. Em nenhum momento tivemos privilégios, só mais pressão e controle. Mas eu duvido que alguma ONG tenha os balancetes na internet, como nós temos", continua. Questionado pela reportagem, Orlando Silva também negou favorecimento. Segundo ele, o projeto é grande e recebe mais verba do que outros municípios porque algumas cidades da região têm problemas jurídicos que impedem o repasse de verbas. O que acontece é que diversos municípios do interior não conseguem a ter acesso a financiamentos porque têm dívidas com o Estado e a União. Então o 'Bola pra frente' faz esse meio de campo. Recebe a verba e aplica seu projeto em diversos municípios. É um programa muito interessante. Eu mesmo já fui ver de perto", explicou Silva. (UOL, 2009)

As notícias veiculadas na época traduzem este cenário o qual ultrapassava o aspecto meramente financeiro, demonstrava a insatisfação de

Orlando Silva, o qual disputava espaço com o COB e com outros entes, a exemplo da prefeitura do Rio de Janeiro desde os Jogos Pan-americanos:

O Ministro do Esporte Orlando Silva, fez um mea-culpa e criticou o excesso de vaidades dos políticos envolvidos na organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio. Ao chegar para a cerimônia de encerramento da competição continental ele destacou que, se a postura persistir, o projeto da cidade de ser a sede da Olimpíada de 2016 estará comprometido. Durante os cinco anos de preparação, a disputa entre os três entes governamentais foi constante. E até durante o Pan a briga para mostrar “quem fez mais” prosseguiu. O prefeito do Rio, César Maia, por exemplo, chegou a fazer em seu blog um quadro comparativo das medalhas de ouro conquistadas pelo Brasil nas instalações esportivas construídas pelo Município em relação aquelas erguidas pelo Estado e pela União. “Houve vaidade, e é preciso ter menos. Não adianta ficar acusando ninguém”, disse o Ministro dos Esportes. “A fogueira das vaidades precisa acabar”. Silva falou que o apoio do Governo Federal ao projeto de candidatura de 2016 só ocorrerá após uma reunião a ser marcada entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) Carlos Arthur Nuzman. Orlando Silva ainda cogitou copiar o modelo adotado pelo país para organizar o Mundial de 2014. Para o ministro poder público e entidades esportivas não deveriam ficar só na organização de uma competição do porte das Olimpíadas. “É preciso fazer um balanço e redimensionar os jogos. Como foi no Pan, não pode ser em 2016. Isso é certo”, frisou o ministro. “Temos de ter mais estabilidade”, advertiu. “Fazer um comitê organizador mais forte. Atrair representantes da sociedade, como os empresários. O governo não deve assumir sozinho” (Estadão, 2007).

Inserindo a teoria dos jogos de Elias na discussão, identificamos o formato do que ele denomina “jogo multipolar” em que o indivíduo A de força superior, entra em disputa contra B, C, D. Uma competição contra todos ao mesmo tempo. Caso não existam tencionamentos entre B, C e D, menores serão as chances de A controlar as jogadas, porém, existindo colisão entre B, C, e D a vantagem passa a ser de A. Da mesma forma, quando o poder de A diminui, também ocorre redução na sua capacidade de controlar o jogo (ELIAS, 1970, p. 91). Para o caso vertente, o melhor movimento para o Ministério do Esporte seria criar um ambiente de contenda entre os grupos menores (os comitês), pois neste cenário, sua força aumentaria.

Retomando as falas do Ministro Silva, apesar de não relatar especificamente nomes de entidades, deixa vestígios de algo que seria concretizado mais a frente. É importante regressar um pouco mais na linha do tempo para entender o crescimento do COB no período.

Segundo notícias veiculadas no site do Ministério do Esporte, o Rio de Janeiro apresentou oficialmente sua candidatura para o Pan 2007 em agosto de 2001, durante reunião da ODEPA (Organização Desportiva Pan Americana). Em 2002 é criado o comitê responsável por organizar o Pan Americano do Rio de Janeiro e o COB assume a coordenação do evento, tanto que funcionava no prédio da entidade, sob a coordenação de Carlos Arthur Nuzman. Junto com o COB, todas as federações ligadas ao comitê também participavam desta Sociedade de Propósito Específico (SPE), além de, evidentemente, representantes do governo. A projeção do COB pode ser confirmada com o fato da entidade receber a honraria denominada Ordem do Rio Branco após a confirmação de que a sede dos jogos Pan Americanos seria no Rio (MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME, 2018).

A predileção do então ministro (ou do governo como um todo), ao que tudo indica, era mais voltado para questões sociais, basta rememorar os projetos existentes na época. Além do Programa Segundo Tempo descrito na entrevista supramencionada, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Programa Bolsa Atleta, a parceria firmada entre o Ministério dos Esportes e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), entre outros. Todos eles buscando descentralizar os recursos e tentando ultrapassar a barreira burocrática. Aliado a isto, havia uma insatisfação decorrente desta disputa de poder com o COB e com outros entes.

O então ministro identificou esta “ameaça”. A teoria de Elias pode ser enquadrada neste ponto já que, ainda que não propositadamente, ao abrir mão de parcela do poder sob sua tutela (entregar parte dos recursos do CBC) elevou o estado da entidade e a alinhou com o COB. Isto porque ao repassar fração de poder, criando um novo subsistema ao lado do COB, inseriu na linha de “subordinação” dois órgãos os quais passam a disputar entre si, e com este gesto busca interromper o crescimento do COB, pois agora, o comitê olímpico precisa se preocupar com este novo “adversário”, conforme identificamos no relatório de fiscalização do TCU:

Conforme disposto no art. 56 da Lei 9.615/1998, cabe 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB - 85%) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB - 15%), deduzido o valor do montante destinado ao prêmio. Já para a

CBC é destinado 1/6 dos recursos destinados ao Ministério dos Esportes a que se refere o art. 6º, inciso II, da Lei Pelé. Este adicional, antes da Lei 12.395/2011, era todo destinado ao Ministério do Esporte. Após este marco legislativo, a Pasta Ministerial foi obrigada a repassar parte dos seus recursos e, ao mesmo tempo, **deslocar parcela de suas responsabilidades à CBC** (peça 33, p. 3).

(...)

O caput do art. 56 da Lei 9.615/1998 separa, materialmente, os recursos integrantes do Orçamento Geral da União (OGU) para o atingimento das políticas públicas estabelecidas no art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), das fontes de recursos do subsistema (COB, CPB e CBC). Segundo a legislação vigente, o fomento das práticas esportivas será realizado com os recursos orçamentários da União, Estados e Municípios, além de outras fontes definidas na própria Lei. É exatamente nestas outras fontes de recursos não orçamentários que se encontram aqueles destinados ao subsistema (peça 33, p. 7-8). (TCU, 2015).

O sociólogo alemão identificou que as competições entre os senhores feudais e respectivos conflitos decorrentes, ao longo dos anos foram reduzindo progressivamente o quantitativo de dominadores. Isto porque, conforme as dominações se desenvolviam, os números de senhores feudais diminuíram, porém, aumentavam seu poder. Em suma, os feudos foram reduzindo sempre com a prevalência dos mais fortes sobre os enfraquecidos até alcançar o monopólio do poder no chamado estado absolutista (ELIAS, 1993, p. 194 e 195). Associado a esta realidade, o teórico descreve os mecanismos de monopólio no uso da violência e a tributação (dinheiro) como fontes de contenção do poder.

Imaginando o Ministério do Esporte como órgão que ocupava o topo da pirâmide no financiamento esportivo público, teríamos, inicialmente, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro na qualidade de dois subsistemas que em tese disputam entre si, apesar de se destinar a públicos diversos. Ainda assim, esta fraca divisão de forças não permitiria que nenhum deles ascendam ou tomem o lugar do Ministério do Esporte.

Importante abrir um parêntese. A busca pelo monopólio ou ao menos a maior fatia de poder, consoante descreve Elias, é consequência da centralização cada vez maior do uso da força e do dinheiro (impostos). Nas sociedades atuais, o uso da força física fica delegada à polícia (estado), restando então as verbas como principal fator de disputa. Não se trata de dinheiro por dinheiro, é preciso compreender que por intermédio do

financiamento, determinado órgão ou sujeito assume o protagonismo, desenvolve um papel de relevância, assume novas responsabilidades, disputa um lugar no espaço, portanto, os recursos financeiros não são um fim em si mesmos, é uma importante ferramenta para tomada de um espaço em disputa. Na presente pesquisa estamos percorrendo sobre o roteiro do esporte, em que um novo ator (CBC) é inserido na narrativa graças às alterações legislativas (inserido no Sistema Nacional do Esporte ganha um novo papel) e se fortalece na briga com o repasse direto de verbas.

Retomando o raciocínio, identifica-se que com os jogos sul-americanos advém um tremor neste sistema hierárquico com o Ministério do Esporte, já que o COB, em tese, busca musculatura e melhoria de sua posição no sistema brasileiro do esporte, um indicativo da reação de contrariedade do ministro em suas declarações para a imprensa.

A hipótese em tela é do “Jogo de Duas Pessoas”. Nesta modalidade apresentada por Elias (1970) o sujeito A exerce uma forte coerção (poder) sobre o sujeito B, assim, obrigando B a realizar determinada jogada. Todavia, este palco não significa que B não tenha influência sobre A, apesar da contundente pressão de A sobre B, este último também exerce força, pois “se fosse zero não haveria jogo”. Em outras palavras, A não tem um “poder absoluto” ele retém uma “proporção de poder” maior. Associando a nossa realidade, enxergamos num primeiro momento o Ministério dos Esportes como A e o COB representado por B. Está presente um controle mútuo apesar de existir uma grande diferença, desigualdade em sua intensidade (ELIAS, 1970, p. 88).

Como consequência natural desta grande fatia de poder nas mãos de A, além de controlar os movimentos de B, também domina (não totalmente, mas em grande parcela) o próprio processo do jogo e o seu resultado (ELIAS, 1970). Com o COB tentando se destacar resultou a pergunta: E se a diferença de força entre A e B diminuir? (seja pela redução do poder de A ou pelo aumento do poder de B), diante de tal suposição, o domínio de A (Ministério do Esporte) quanto ao processo e desfecho do jogo também irá diminuir e o controle de B (COB) irá aumentar. E caso a diferença de poder fique ainda menor? Segundo Elias se os graus de poder se aproximarem demasiadamente

“Ambos os jogadores terão correspondentemente menos possibilidades de controlar as configurações mutáveis do jogo” (ELIAS, 1970, p. 89).

Ao identificar esta realidade o Ministério do Esporte tenta inicialmente dividir os recursos do COB repassando para o CBC (divisão de poder - fracionamento do financiamento). Não conseguindo êxito em face da resistência do próprio COB e do CPB, decide cortar na própria carne, disponibiliza parte de seus próprios recursos, e eleva o CBC ao status de subsistema, um forte concorrente para o COB que agora deve se preocupar com o novo competidor na busca de espaço:

G2: Então isso foi uma discussão longa. No primeiro momento foi criada uma associação de Clubes, CBC participava disso. A CBC na época, junto com clubes como Minas, Flamengo, Grêmio Náutico União, Sogipa, alguns clubes que puxaram isso, porque tinham muitos atletas que participavam de jogos olímpicos, eles queriam tirar um recurso do COB e do CPB para que viesse para os clubes formar esses atletas. Depois de muita negociação com o Congresso, Ministério, chegaram a conclusão de que o Ministério abriria mão do 4% que o Ministério recebe da loteria e o Ministério daria 0,5% para os clubes, desde que esse dinheiro fosse nesse momento para a CBC, não ia passar de clube para clube, um tanto para um clube um tanto para outro. Então, o combinado foi que a CBC, a Confederação na época, recebesse o recurso e fizesse esse processo de descentralização para os clubes através dela. Isso foi um acordo com o Congresso, com o Ministério do Esporte. Na época, quem trabalhou muito nisso foi o Ministro Orlando Silva, então fechou assim [...].

Entrevistador: Teve algum Deputado que encampou, algum Senador específico, algum Parlamentar, para falar assim “olha esse foi o cara que comprou nossa briga”? ou não teve?

G1: Não, teve...teve bastante, teve Ministro também de esporte, Orlando Silva ajudou muito, todos os Ministros do Esporte ajudaram bastante.

Um pouco mais a frente, durante a entrevista realizada com G1, ficou latente a resistência apresentada pelo COB e pelo CPB em ceder percentual dos repasses, bem como, a decisão de Orlando Silva em separar fatia de seus próprios valores:

Entrevistador: ah, entendi, seria se adaptar a legislação? ou foi uma questão política por trás?

Presidente: Não, teve até problema sério, tivemos um problema sério em 2011. De onde viria o recurso? De onde vir esse recurso?

Entrevistador: Certo, viria do Ministério do Esporte, viria dos prognósticos?

G1: Ou viria do Ministério da Fazenda? de onde viria? De algum lugar teria que vir... isso levou mais de um ano pra decidir... decidi então que viria dos prognósticos, das loterias do Brasil.

Entrevistador: Quem que teve a ideia? Foi o senhor?

G1: Orlando Silva.

Entrevistador: Foi o próprio ministro?

G1: O próprio ministro, não... fomos nós todos trabalhando, todo o CBC e todos os clubes fortes trabalhando.

Entrevistador: Vamos dizer assim, olha “Prognóstico Federal, vamos tirar daqui”.

G1: É, então...0,5% representa tanto, então 0,5% vai ser para o CBC, mas vai sair esse 0,5% da onde? Porque tem o COB que tem recurso, o CPB tem recurso e o Ministério dos Esportes tem recurso. Dai foi uma bronca porque o COB não ia querer liberar, o CPB muito menos, então o Orlando Silva como ministro disse “então vai sair do recurso do Ministério do Esporte”, porque o Ministério do Esporte também recebe esse recurso, um percentual das loterias, pra ele, pro Ministério do Esporte. Então ele tirou 0,5% dele e colocou pro CBC.

A insatisfação do Presidente do COB diante da possibilidade do CBC receber recursos das loterias também é manifesta no depoimento de G3, o qual relembra o fato de Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB na época) durante entrevista para a imprensa afirmar que eles seriam os responsáveis pela formação dos atletas:

G3: [...] o Arialdo Boscolo foi presidente na década de 90, em 2000, ele era o presidente do CBC e ele que batia na porta do Ministro. Ele foi o cara que gritou por tudo e por todos, ele tem mil defeitos, é um cara muito politizado, mas ele foi o cara. Me lembro de um congresso de clubes que foi em 2009. Veja eram os 10 anos da revisão da Lei Pelé em 2008, demorou 3 anos, porque foi assinada em 2011. Em 2009 estava ainda aquela briga que a Confederação na época teria acesso ao recurso, mas esse recurso iria sair de algum lugar, ou do COB ou do CPB, aí estava todo mundo de pé. O Nuzman era presidente do COB, teve um congresso que eu fui na Rádio Clube, lá de Campo Grande, lá teve uma palestra e o Nuzman não estava lá, e os caras metralharam ele, porque ele tinha feito uma entrevista para a folha de São Paulo dizendo que, claro matéria especulativa, dizendo que “Graças a Deus pela formação olímpica (foi logo depois que o Brasil conseguiu a candidatura para Rio 2016) agora vamos arregaçar as mangas e formar atletas, e essa formação de atletas, graças a Deus no Brasil, é feita dentro das escolas municipais, estaduais, particulares e nas ONG’s.” até procurei há tempos atrás e não achei esta reportagem, então os clubes ficaram borboletados com ele, porque foi uma jogada política para dizer que os clubes não formam atletas, porque ele não queria que esse recurso fosse para os clubes, e o Arialdo deu no meio dele, e aí foi que a lei foi aprovada em 2011, aprovou a lei e os clubes recebem. É claro que mudou muito nas questões dos recursos do COB, e também os repasses pela Lei Agnelo Piva [...].

G2: É, foram várias reuniões, eu participei de algumas, com políticos do ministério, até para chegar numa fórmula, entendeu. E no início teve muita discussão porque queriam tirar dinheiro do percentual do

COB, do CPB. O COB fez uma campanha fortíssima contra, ficou até um mal-estar entre clubes e COB. Tudo isso aconteceu e no final, eu acho até sabiamente, o Orlando soube, ele tinha uma habilidade muito grande em articular, então ele decidiu “não vou tirar dinheiro do COB, tira o meu dinheiro aqui do Ministério, não dou pra clube nenhum, dou pra um representante que vai distribuir entre os clubes”. O formato nasceu dessas sucessões, entendeu.

Entrevistador: Então assim, o senhor já falou, lógico, obviamente o CPB e o COB apresentaram resistência, não é?

G2: Sim.

Com isto fechamos um ciclo importante da pesquisa, qual seja, as razões pelas quais um órgão constituído inicialmente para representação de clubes, porém, que devido a continuidades/rupturas e jogos de poder (ELIAS, 1993; 1980) foi elevado a condição de um subsistema responsável por receber verbas de prognósticos federais e repassar (descentralizar) para as entidades de prática esportiva (clubes).

Contudo, durante a pesquisa, foram identificadas outras movimentações de peças importantes dentro do Sistema Nacional do Esporte brasileiro, as quais não podemos nos furtar de descrever.

O terceiro subsistema aparentemente enfraquecido nesta disputa por reflexo (o Comitê Paralímpico Brasileiro) volta ao páreo em 2015 com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº13.146, de 6 de julho de 2015).

A norma dilatou o repasse do COB para o CPB de 2% para 2,7%, ou seja, do total de repasses, antes de 2015, 85% era destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro e 15% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro, agora, com a realidade introduzida pela lei em 2015, 62,95% são destinadas ao Comitê Olímpico Brasileiro e 37,04% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Aparentemente também existia um tencionamento entre COB e CPB para manter seus respectivos percentuais altos ou até crescer. Com este juízo de valor, Elias explica que se um grupo necessita de algo que está sob o poder de outro grupo e o segundo grupo igualmente precisa de algo que está na posse dos primeiros, podemos dizer que existe uma relação entre eles. A função trabalha com esta reciprocidade, mesmo os inimigos, desempenham uma pressão bipolar, um sobre o outro (ELIAS, 1970).

Mas em que proporção está o poder nesta relação de interdependência? Para a teoria está no “potencial de reter aquilo de que o

outro necessita”, apesar de existir uma coerção mútua, o grupo que tiver maior capacidade de segurar, de conservar a exigência do outro, terá, proporcionalmente, mais poder, será capaz de pressionar em intensidade maior do que ser pressionado (ELIAS, 1970, p. 86).

Talvez não intencionalmente, mas colaborando nesta disputa, o CBC voluntariamente ou por não conseguir aprovar projetos paraolímpicos para os clubes, também decide repassar recursos diretamente ao CPB:

G1: Todo esse recurso que nós recebemos é 5% para o universitário, 10% para o escolar e 15% para o Paraolímpico, daí o 50% que sobra...

Entrevistador: O senhor consegue destinar os 15%, eu vi nos editais que tem uma dificuldade de conseguir aprovar projetos, não sei se foi uma coisa que eu percebi na hora que li os editais, mas para o Esporte Paraolímpico, o que o senhor pode me dizer?

G1: Paraolímpico nós obrigatoriamente teríamos que aplicá-lo (...)e nos clubes têm uma certa dificuldade para colocar o Esporte Paralímpico, tem clubes que tem, Tijuca do Rio é um clube que tem bastante Esporte Paralímpico, Thalia que tem Paralímpico, Duque de Caxias tem Paralímpico...agora eu fiz um termo de compromisso com o Comitê Paralímpico, CPB, no começo desse ano e vou passar o recurso todo para ele, e ele que vai administrar o atleta, o paratleta, ficou perfeito, ficou maravilhoso.

Entrevistador: Então hoje, com esse termo que o senhor assinou com o Comitê Paralímpico, eles vão destinar dentro dos clubes para formação dos paratletas?

G1: Clube e entidades desde que paraolímpico, eles têm muita “associação disso, associação daquilo”, eles têm bastante...

O despertar pela contenção dos subsistemas passou a ser uma das tônicas do Ministério do Esporte, tanto é verdade que, não obstante o CBC ser o responsável pela aprovação dos projetos, repasse de verbas, fiscalização na aplicação; preocupação com um possível avanço do CBC fez com que o Ministério do Esporte mantivesse um filtro, uma instância de freio, algum tempo depois. Explica-se. Para os clubes apresentarem projetos junto ao CBC, antes, é preciso que a entidade seja reconhecida como formadora de atletas e apta a receber recursos.

Tal reconhecimento é feito por intermédio da chamada “certificação” um procedimento administrativo em que o clube, após preencher todos os requisitos estabelecidos na norma, solicita certificação. Pois bem, até 2018 o próprio CBC era responsável por emitir os certificados, todavia, o Ministério do Esporte editou a Portaria nº 115/2018 atraindo competência para si:

G1: Dai o legislador, o congresso, que (...) criou uma legislação muito forte, e para o Clube vir buscar recurso conosco, ele tem que se adaptar a essa legislação, e principalmente, os artigos 18 e 18-A da Lei Pelé, que agora modificou com a portaria 115, modificou para os artigos 18, 18-A, 22, 23, 24, complicou um pouco mais para os clubes, no entanto que a certificação hoje para o clube vir buscar recursos no CBC, essa certificação é dada pelo Ministério do Esporte, não é mais pelo CBC.

Entrevistador: Não é pelo CBC?

G1: O CBC já recebe o certificado do clube...

Entrevistador: Preenchendo todos os requisitos...

G1: Todos os requisitos... vindo do Ministério dos Esportes, daí já não é o CBC que se preocupa com estatuto, essas coisas todas. E o nosso trabalho é muito forte, nós começamos com o Edital 1, em maio/junho de 2014, foi nosso primeiro edital, fizemos o edital 1 e publicamos o Edital 1 e o Edital 2, o Edital 1 para Esportes Olímpicos, 2 para Paralímpicos.

Em outras palavras, antes mesmo de participar dos editais, apresentando projetos para captação de verbas, os clubes devem passar pelo crivo do Ministério do Esporte.

Atualmente, os integrantes do CBC negam a existência de qualquer competição entre os subsistemas (CBC e COB), antes tentam repassar uma visão de completa harmonia:

Entrevistador: Como que é o relacionamento do senhor com o Comitê Olímpico? Vocês se encontram? Tem reuniões? Ou cada um cuida da sua área?

Presidente: É maravilhoso, porque nós fazemos a mesma coisa, no fundo no fundo, fazemos a mesma coisa, então eu era muito amigo do Nuzman, como sou muito amigo hoje do Paulo Vanderlei, que é o atual presidente do COB, inclusive esse Edital 7, só acontece por 2 motivos, primeiro porque o COB, ele tem uma convivência muito boa conosco, e segunda as Confederações, porque não é o CBC sozinho que faz o edital 7, é a CBC e as Confederações, cada esporte que o clube faz, basquete é Confederação de Basquete, vai para o calendário da Confederação de Basquete, o vôlei é para a de vôlei, natação para a de natação, entende, é tudo com as confederações juntos, e conosco, então nosso relacionamento com o COB é muito bom, com o CPB então é maravilhoso, o Mizael que é presidente do CPB, gente...muito amigo nosso, estamos juntos, entende, então tem um entendimento muito grande. Então, felizmente hoje o Esporte Olímpico e o Paralímpico que é responsável por isso aí hoje, está trabalhando de mãos dadas, está muito unido, muito unido, muito forte com isso, isso quer dizer que a partir Olimpíada de 20, no Japão, nós acreditamos que grande percentual dos atletas que estarão pelo pódio, passarão por isso. (Presidente).

Entretanto, ao aprofundar o assunto, ainda que indiretamente, encontramos indicativos claros da existência desta competição, mesmo após o CBC se consolidar como um subsistema, disputa que reluz nos depoimentos,

a ponto de ao ser questionado quanto a permanência do repasse do recurso, o G1 afirmar que pode até reduzir o repasse para o COB ou para o CPB, mas nunca para o CBC:

Entrevistador: Excelente. Teve algum medo depois de acabar as Olimpíadas e... algum receio de que ...

G1: Não, nunca tivemos receio nenhum. Isso aí foi pro Congresso, transformou em Lei Federal...

Entrevistador: Não, não, não... eu digo receio de alguma forma, deles falarem “não já que acabou a Olimpíada, vamos só para o próximo ciclo Olímpico, agente pensa nisso mais pra frente” teve alguma coisa assim?

G1: Não, não porque o nosso recurso é para formação. Então nosso recurso não é pra ontem e nem pra amanhã, é para 4, 8, 12 anos entende, não tem como parar, se parar para a formação...o único que não pode parar é o nosso, pode até diminuir pro COB e pro CPB, mas para o CBC não, porque? Porque se não nossos atletas não chegam neles.

Entrevistador: Se não, não tem formação.

G1: Se não, não tem formação, não chega no COB, não chega nas 27 Confederações, não chega nas Olimpíadas.

Não significa que a convivência não exista, pois, parafraseando Elias, o entrelaçamento social e as mudanças, por vezes, obrigam os indivíduos a conviver: “é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver” (ELIAS, 1993, p. 195).

Uma segunda prova quanto a existência deste acirramento é a preocupação em aumentar o poder, refletido em outro ponto da entrevista com G1 quando este afirma que 0,5% é insuficiente e confessa a existência de trabalho político nos bastidores com o congresso para dobrar o repasse de recursos:

Entrevistador: O senhor tem medo que reduza o número de interessados? Qual que é a previsão de recursos? O senhor deve fazer um orçamento, acredito eu, anual. Assim, esse recurso ele é suficiente? Esse é o primeiro ponto...

G1: Não.

Entrevistador: Acredita que não?

G1: Não, tanto não é que nós já estamos trabalhando no Congresso para aumentar, para 1%

Entrevistador: Pelo menos 1%?

G1: Pelo menos 1%, porque queira ou não queira muita gente não sabe, mas essa é a verdade, a despesa está ficando muito alta. Hoje para o CBC comprar qualquer coisa para mandar aos clubes, tem

que fazer “pregão”, a coisa é muito complicada, eu tenho que ter gente especializada nisso, tenho que ter material e equipamento para isso, a nossa despesa é muito alta, nossa mão de obra é muito cara.

A Teoria dos jogos em dois níveis de Elias, afirma que em existindo grupos rivais posicionados no nível superior e com semelhantes forças, tal disputa permite a abertura para que um terceiro jogador (estranho a disputa) aproveite a oportunidade e passe a conduzir os dois grupos rivais, dominando o percurso do jogo. O argumento de Elias é que a força deste terceiro está na “intuição e habilidade com que capta as oportunidades oferecidas pela constelação das forças de poder, fazendo delas as bases de sua estratégia” (Elias, 1970, p.96). E se não existir este terceiro elemento? Nesta condição a briga entre as camadas mais altas irá fortalecer as de nível mais baixo.

Para compreender o fenômeno CBC, a pesquisa apreciou o impacto da entidade em um grande clube. Os números do CBC impressionam. Até o fechamento desta pesquisa, segundo dados fornecidos pelo próprio órgão (editais de nº 1 até o nº 7) já haviam sido aprovados 162 projetos, os quais tem perspectiva de contemplar 123.377 atletas até 2.020. Os números chamam atenção tanto pelo crescimento no número de atingidos pelos recursos, quanto pela falta de estrutura dos clubes para formar atletas paraolímpicos, uma vez que os editais nº 2 e 4 se destinam ao esporte paraolímpico, porém, com poucos projetos aprovados se comparados a modalidade olímpica.

Para captar a dimensão global do que representa o Comitê Brasileiro de Clubes em termos de financiamento das entidades de prática esportiva observamos (QUADRO 6):

QUADRO 6 - VALORES COMPROMETIDOS E BENEFICIADOS

EDITAIS	OLÍMPICO	PARAOLÍMPICO	TOTAL	ATLETAS
Edital 1	R\$ 22.684.445,68	-	R\$ 22.684.445,68	7.372
Edital 2	-	R\$ 260.464,91	R\$ 260.464,91	53
Edital 3*	R\$ 15.548.277,94	-	R\$ 15.548.277,94	4.612
Edital 4*	-	R\$ 104.997,29	R\$ 104.997,29	12
Edital 5	R\$ 27.919.479,52	R\$ 4.976.072,90	R\$ 32.895.552,42	5.841
Edital 6	R\$ 63.996.018,22	R\$ 3.493.384,06	R\$ 67.489.402,28	15.668
Edital 7 (1a)	R\$ 102.373.252,42	R\$ 62.237.607,76	R\$ 164.610.860,18	89.819
Edital 7 (2a)	R\$ 65.567.563,57	R\$ 1.045.725,46	R\$ 66.613.289,03	
TOTAL	R\$ 298.089.037,35	R\$ 72.118.252,38	R\$ 370.207.289,73	123.377

*Nota: houve alteração nos valores referentes aos Editais 03 e 04 em função de cancelamento de parcerias e/ou suspensão de parcelas durante sua execução. O valor efetivamente executado no Edital 03 foi de R\$ 14.389.709,73; e no Edital 04, de R\$ 52.498,65.

Fonte: CBC (2019).

O CBC, sem dúvidas, conquistou seu espaço no acirrado ambiente de disputas do Sistema Brasileiro de Esportes, todavia, ainda é cedo para afirmar se irá continuar como um protagonista ou não. Conforme identificamos nas falas dos gestores, duas entidades poderiam perfeitamente estar desenvolvendo a função que é hoje do CBC:

G2: Não, para você ter uma ideia, inicialmente eram os mesmos associados. O que que eles fizeram, foi uma estratégia para trabalhar assim, antes era só a CBC vai ser CBC, no meio do caminho começou a discussão deste recurso para a formação. E então falou assim, “olha o que sair primeiro agente vai seguir”, então assim, não dá para a CBC ser duas coisas, então vamos criar uma outra entidade e dar entrada nela no Ministério do Trabalho, pra ver se gira, que aí foi a Fenaclubes, então assim, são as mesmas pessoas, os mesmos clubes associados, e foi também uma estratégia, então assim “ se agente o recurso da Lei Pelé pra CBC, então a CBC vai cuidar disso, agora se a agente não conseguir o recurso da Lei Pelé, a CBC volta a correr atrás de se sindicalizar, entendeu? Aí são as duas estruturas, a Fenaclubes e a CBC, correndo atrás do Ministério do Trabalho para ter autorização, só que na hora que começou está discussão o CBC freou um pouco e a Fenaclubes avançou [...]”.

A criação de duas pessoas jurídicas (CBC e Fenaclubes) foi importante para cindir as fortes raízes criadas entre o CBC e os grandes clubes, separando a representatividade na descentralização de recursos.

Aparentemente, este vínculo também passou a ser quebrado pela iniciativa de um dos presidentes do CBC de “abrir as portas da casa”, tanto que passou de 16/18 clubes em sua origem para 900 entidades de prática esportiva no ano de 2019. Dois questionamentos perduram nestes desdobramentos: seria uma abertura visando simplesmente democratizar o repasse de recursos, um viés socializante do processo? ou uma maneira de mostrar representatividade e ganhar musculatura nesta briga por espaço? Aliado a este ponto, verifica-se que a criação de uma sede do CBC em Brasília-DF, além de obviamente estratégico, também buscou alcançar entidades de prática esportiva das regiões norte e nordeste do país, até então afastados deste processo, aliás, atendendo a “pedido” do então Ministro dos Esportes Orlando Silva, o que mais uma vez indica as questões sociais como mote do governo na época:

Entrevistador: Essa configuração, o senhor falou sobre a sede que o senhor criou, e uma visão muito boa, “eu preciso de uma sede lá, porque é lá que as coisas acontecem e lá que eu tenho as pessoas

qualificadas”, essa configuração atual, essa estrutura do CBC, o senhor acha que ela, o senhor se inspirou em algum modelo? Teve algum modelo que o senhor falou “ vou usar esse modelo”, ou o senhor ...

G1: Não, não... foi na nossa necessidade. E um dos motivos que eu fui pra lá, eu fui pra lá por dois motivos, pra Brasília, esse assunto de mão de obra, e o segundo foi porque eu prometi ao Ministro na época, há dois anos atrás o Jorge Wilton, de que o CBC iria trabalhar muito para que o recurso chegasse ao clubes do Norte e Nordeste, para você ter uma ideia, até 2 anos atrás, 100% dos recursos do CBC, 100% foram para clubes do Sul e Sudeste, só, mas não por culpa minha, culpa nossa, por culpa dos clubes de lá que não se capacitavam pra isso, pra vir buscar, os clubes do Norte e do Nordeste se preocupavam mais em ter Esporte nos seus clubes, mas é mais para lazer e recreação.

Um terceiro motivo, que foge do controle de quaisquer entidades, está atrelado aos aspectos culturais, está ligado ao que denominamos frágil duração da legislação brasileira, em outras palavras, a cultura de mudanças repentinas, a ausência de segurança jurídica, de estabilidade da norma, ligadas normalmente a critérios políticos. Tal assertiva é de fácil comprovação, basta passar os olhos sobre a Lei federal nº 9.615/98, uma norma aparentemente nova e estável, mas que já sofreu várias alterações ao longo dos anos, a exemplo da Medida Provisória nº 841/2018 (relato logo abaixo) que surgiu inopinadamente e surpreendeu as entidades esportivas.

A tendência pela maior descentralização dos recursos (a qual seria factível apenas diante de nova mudança na legislação) foi algo notado pelo próprio pesquisador durante a investigação que compreendeu o processo dinâmico, cego, porém em determinada direção (Elias, 1993). Tanto que na época da entrevista, nem se cogitava a inserção de novos entes a serem contemplados com verbas extra orçamentárias direto das loterias, contudo, foi objeto de questionamento:

Entrevistador: 70 milhões ano, para todos os clubes, é pouco, são muitos clubes. O senhor acha que vai existir uma tendência de descentralização? O senhor falou sobre o Esporte, retomando um pouquinho, sobre o Esporte Universitário e o Escolar, o senhor acha que em algum momento eles também vão sentir essa necessidade de buscar crescer também como um subsistema? ou parte de um subsistema? Essa ideia de descentralização do recurso, o senhor acha que há uma tendência de que eles também busquem essa “autonomia”?

G1: Aí é difícil eu te dizer com certeza absoluta, porque a cada Confederação tem a sua política, seu presidente, sua diretoria, seu estilo de trabalho. Então o CBDU vai fazer o trabalho dele, o CBDE vai fazer o papel dele, e o CBC está com esse recurso para repassar pra eles, é só isso.

A discussão em torno da segurança pública emergiu no ano de 2018. Entendendo o governo da época (presidente Michel Temer) pela necessidade de destinar verbas para a segurança, de forma inesperada (uma vez que os gestores do CBC tramitavam projeto para ampliar o repasse para 1%), assinou a Medida Provisória nº 841/2018, publicada em junho de 2018, e que repassava 78% de todos os prognósticos federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Portanto, deixando vazio o caixa do CBC, além de retirar R\$ 9,4 milhões do COB, R\$ 5,3 milhões do CPB, R\$ 387 mil de clubes de futebol e R\$ 196 milhões das Secretarias Estaduais de Esporte (Brasil, 2018). A mobilização das entidades foi imediata, tanto que, logo em seguida foi editada a Medida Provisória nº 846/2018 com nova repartição dos valores, a qual, finalmente, foi transformada na Lei Federal nº 13.756/2018 (disciplina as apostas esportivas no Brasil), ainda pendente de decreto regulamentador.

Ao tratar da denominada “reorganização do tecido social” Elias (1993), esclarece que caso a divisão das funções sociais sejam simples, a perspectiva é de que o “órgão central” seja fragilizado, sem estabilidade e com forte tendência à desintegração, contudo, o surgimento de várias divisões subordinadas, obviamente, causa um efeito inverso. Esta é uma explicação para a tendência de descentralização de recursos implementada pela Lei Federal nº 13.756/2018 que de imediato prevê o direcionamento direto de verbas para uma diversidade de órgãos: Ministério do Esporte, COB, CPB, CBC, CBDE, CBDU, Fenaclubes, Entidades Esportivas da Modalidade Futebol, Entidades de Práticas Esportivas, além das Secretarias de Estado e do Distrito Federal.

Associadas as profundas alterações criadas pela lei, passadas as eleições e com a assunção do novo governo em 2019 o próprio Ministério do Esporte foi extinto, se apresentando como um novo desafio a ser investigado em face das continuidades e rupturas, já que o órgão máximo do sistema passa a ser uma Secretaria Especial do Esporte vinculado ao Ministério da Cidadania, cabendo ao tempo dizer se mantém ou perde força.

Em notícia divulgada pela Secretaria Especial do Esporte, em data de 4 de abril de 2019, o presidente do CBC apresenta a entidade e convida o secretário para participar do Congresso Brasileiro de Clubes:

“A gente veio trazer a ele o conceito do CBC, mostrar o nosso papel no país. Eu represento um segmento forte, muito grande, que é o clubístico, todos os clubes do Brasil. Não é futebol, é a prática de esporte e a formação de atletas olímpicos e paralímpicos. Então vim me colocar à disposição dele, ajudar no que for preciso. Ele pode contar conosco. A sequência agora é essa, de mãos dadas”, disse o presidente do Comitê.

Segundo Pereira, o CBC tem focado os esforços no aprimoramento de sua Política Nacional de Formação de Atletas. O objetivo é ampliar a atuação da entidade para alcançar um número cada vez maior de clubes e atletas.

Durante a reunião, o presidente do CBC também convidou o secretário Marco Aurélio para participar do Congresso Brasileiro de Clubes, entre 20 e 23 de junho, em Campinas (SP). “Fazemos dois congressos por ano, com todos os presidentes de clube do Brasil, em torno de 900 presidentes”, comentou Pereira (BRASIL, 2019).

A notícia da visita do presidente do CBC, reforça dois aspectos interessantes: primeiro a intenção de demonstrar força ao relatar que o órgão tem representatividade com 900 clubes espalhados pelo Brasil, um indicativo da importância da abertura, e, por segundo ao dizer que o objetivo é “*ampliar a atuação da entidade para alcançar um número cada vez maior de clubes e atletas*”, nas entrelinhas apresenta a intenção de aumento dos repasses financeiros projeto que possivelmente será retomado.

Voltando agora a análise para a estrutura e funcionamento do CBC, não obstante todos os elogios recebidos pelo CBC em termos de absoluta transparência (praticamente toda e qualquer informação está disponível no site da entidade), os seguros processos de descentralização de verbas, fiscalização e controle absurdos, utilização de um invejável sistema informatizado, no sentir da pesquisa, ainda é possível aperfeiçoar seus mecanismos, a exemplo da dimensão social na aplicação dos recursos.

Explica-se. A abertura feita para todas as entidades de prática esportiva, sem dúvidas possibilita o acesso de indivíduos em situação de vulnerabilidade social ao processo de formação de atletas, todavia, não existe um percentual, um quantitativo mínimo exigido dos clubes, os quais são entidades privadas, sustentadas pelas mensalidades de seus associados que podem aceitar ou não a presença de não-associados nas dependências da entidade, a critério exclusivo dos dirigentes.

Por outro lado, os associados são beneficiados com a melhoria de infraestrutura graças à descentralização de recursos públicos. O Clube Curitibano, entidade que serviu de referencial para compreender na prática os

serviços do CBC, atende aos anseios de política de inserção social, na medida em que seu próprio estatuto separa percentual de vagas para não associados, disponibilizando toda a estrutura do clube, profissionais, e até apartamentos mobiliados para a permanência de atletas que não residem na capital paranaense. Um dos gestores confirma que no início, parcela dos associados apresentou resistência em manter *outsiders* (Elias e Scotson, 2000) usufruindo das instalações do clube, porém, ao enxergar a contrapartida (recursos destinados a compra de materiais, equipamentos e infraestrutura) a aceitação se elevou:

Entrevistador: Mas então é possível representar o Clube Curitibano sem ter vindo do clube social, sem ser associado?

G3: Sim é possível. O clube tem a categoria do atleta credenciado, hoje nós temos pelo estatuto 150 vagas para 150 atletas que não são sócios, na nataação são 31, então nós temos 249 atletas na equipe e 31 são atletas não sócios. Um outro subsídio que o atleta tem que é de fora, eu estava esquecendo, o clube tem uma república dos atletas, nós temos dois apartamentos no prédio aqui em frente, temos um apartamento dentro do clube, e nós temos agora em vias de concretizar um apartamento lá perto da sede de tênis uma república de tenistas. Então nós temos atletas masculinos uma república masculina, e atletas femininas em uma república feminina, em dois prédios separados. Além da moradia que eles têm, aqui na frente, bem na frente eles têm as refeições deles, o clube tem um refeitório, eles fazem as três refeições no refeitório, e alguns atletas tem o convênio escolar, que nós temos um sistema de bolsa pelo Expoente. O Expoente é um parceiro nosso no voleibol, e alguns atletas nós estendemos bolsas pra nataação também. Então eles vêm de outras cidades, e tem lugar para morar.

[...]

Entrevistador: O senhor falou que os atletas credenciados, os sócios apresentaram algum tipo de resistência?

G3: Sempre tem.

Entrevistador: Como os senhores trabalharam com isso?

G3: Com gestão, com diretrizes. A diretriz é essa então! hoje é muito mais fácil, porque eu chego para o sócio e digo assim, “olha, vocês vão dividir a raia hoje com os atletas do clube e alguns não sócios, 11 milhões e meio é o valor daquela máquina que você malha de vez em quando, que veio de recurso público, e só veio porque tem formação olímpica, e se tem formação olímpica tem atleta credenciado, então ter o benefício hoje para o teu clube, é porque o atleta credenciado tem participação nisso”.

O futuro dessas mudanças de cenário, deste longo processo recheado de continuidades e rupturas são difíceis de prever, todavia, após exaustiva pesquisa dedicada a coleta de dados, observação de campo, entrevistas semi-estruturadas e análise documental, é possível aferir, em breve síntese, à guisa de conclusão que:

- Existiu um processo de transformação da Confederação Brasileira de Clubes. Um grupo formado pelos clubes mais ricos do país e de natureza representativa (sindical), estava insatisfeito com a falta de investimento de recursos públicos, por entender que eram os responsáveis pela formação da maior parte dos atletas olímpicos e paraolímpicos;
- Paralelamente e simultaneamente, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, saem fortalecidos com a aprovação da Lei federal nº 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva) que destina recursos públicos das loterias diretamente para os órgãos;
- O Ministério do Esporte, por intermédio de seu maior representante, se sentiu ameaçado com o crescente ganho de espaço do Comitê Olímpico Brasileiro, em especial, após o Pan-americano disputado no Brasil no ano de 2007;
- O Ministério do Esporte tenta dividir o percentual que cabe ao COB e ao CPB para o CBC, contudo, encontrando resistência, opta por abrir mão de 0,5% de seu próprio aporte e repassar para o CBC;
- O modelo de descentralização de recursos praticado pelo CBC é invejável sob o ponto de vista do controle, acompanhamento, transparência e eficiência, o segredo do sucesso, possivelmente, resida na qualificação dos funcionários, que em sua maioria, já possuem experiência de atuação na área, oriundos do Ministério do Esporte e/ou pela maior flexibilidade de atuação que uma entidade privada possui;
- O esgarçamento do sistema mais uma vez se mostrou imprevisível (cega) com a reviravolta ocorrida no final de 2018 (dinâmica) em que o formato de descentralização se alterou completamente, ampliando

substancialmente o quantitativo de entidades que passaram a receber diretamente, recursos dos prognósticos federais.

A título meramente contributivo, trazemos a reflexão alguns pontos que em nossa visão podem auxiliar na melhoria do sistema de descentralização de recursos. O primeiro deles é facilitar o acesso para Entidades de Prática Esportiva de menor envergadura. Mormente, pequenas associações locais que não tem estrutura para desenvolver projetos complexos e que por vezes sobrevivem às custas de voluntários, todavia, dependendo de sua posição geográfica, é o principal centro de formação de atletas em sua região. Não há dúvidas que o modelo descentralizador facilitou em muito o alcance de recursos antes quase inacessíveis no Ministério dos Esportes.

O CBC acertou ao lançar o Edital nº 7, na medida em que estas organizações de menor porte passaram a ser contempladas com passagens, hospedagens e transportes adquiridos pelo CBC. Como uma ideia a ser desenvolvida, seria instigante desenvolver estudos para que esse mesmo formato fosse aplicado para contratação de profissionais para atuar nestas entidades menores ou ainda compra de equipamentos e materiais, mas, ao que parece, não dependeria apenas do CBC e sim de alteração das normas públicas que disciplinam o assunto.

Como segundo ponto de análise, é necessário debater um modelo em que atletas que não sejam sócios dos clubes, tenham acesso a estrutura adquirida com recursos públicos. Atualmente nem a legislação e nem o CBC exigem um percentual mínimo de atletas não sócios. Na investigação em mesa, o Clube Curitibano oferece um excepcional suporte a atletas não associados, oferecendo além das instalações, dormitórios, alimentação e até educação, contudo, estas condições são uma deliberalidade do clube, cabendo neste ponto investigar como as demais entidades clubísticas se comportam.

Não se trata de tarefa fácil pois é necessário equalizar a resistência dos associados que pagam uma mensalidade e obviamente desejam exclusividade no uso da estrutura, e, de outro lado, o fim social previsto constitucionalmente e que exigiria acesso de atletas não sócios, eis que, parte

desta estrutura também tem origem em verbas públicas. Aperfeiçoar este modelo talvez seja uma forma de aliviar as críticas realizadas pela imprensa quanto a destinação das pecúnias de fonte pública.

Por fim, é necessário que novas pesquisas analisem o funcionamento de outros órgãos a exemplo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) um dos principais contemplados com recursos públicos (desde a revogada Lei Agnelo-Piva) e que destina uma boa fatia da verba para as confederações. Com igual relevância, também é necessário apreciar o funcionamento do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), e as demais entidades recém inseridas nesse processo de recebimento direto de recursos extra orçamentários originários das apostas esportivas.

Diante desta gama diversificada de entidades que com a aprovação da Lei Federal nº 13.756/2018 passaram a receber diretamente verbas públicas, também é importante o desenvolvimento de um estudo que tendo por base elementos de gestão, definam critérios de governança para avaliar quais organismos estão gerindo adequadamente esses recursos públicos.

REFERÊNCIAS

Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 1, de 15 de abril de 1.950;

Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 2, de 15 de abril de 1.950;

Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 3, de 15 de maio de 1.950;

Boletim Clube Curitibano, Ano I. Nº 4, de 30 de maio de 1.950;

Boletim Clube Curitibano, Ano II. Nº 8, de março de 1.951;

Boletim Clube Curitibano, Ano II. Nº 10, de abril de 1.951;

Boletim Clube Curitibano, Ano II. Nº 10, de abril de 1.951

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui Normas Gerais sobre o Desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 56, 24 mar. 98. Seção 1, p.1

_____. Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010. Dá nova redação às Leis nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre o desporto e 10.981, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 56, 21 set. 910. Seção 1, p.3-5

_____. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13756.htm#art37/>. Acesso em 22 jun. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **O Ministério**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em 22 jun. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/>>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial dos Esportes**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58864-secretario-marco-aurelio-e-presidente-do-comite-brasileiro-de-clubes-discutem-formacao-de-atletas-no-pais/>>. Acesso em 7 abril de 2019.

BRUYNE, P. et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, LAR; SILVA, M. R. Os clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro: uma relação de hábitos e costumes. **IX Simpósio internacional processo civilizador**, p. 68-75, 2008.

CAPRARO, André Mendes. **O football das elites – Uma Micro-História sobre a Gênese do Futebol Paranaense**. Curitiba, documento mimeografado, 2004.

CAREGNATO, A. F.; ORDONHES, M. T.; CAVICHIOLLI, F. Identificação das instalações esportivas e distribuição espacial das principais entidades competitivas do atletismo brasileiro Identification of sports facilities and spatial distribution of the main competitive entities of Brazilian athletics. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)** – ISSN 2448-3052 (on-line). São Paulo – **Vol. 3 – N. 1, 16-34**, jan.-jun./2018.

CAVAZZONI, P. B.; BASTOS, F. da C.; KURLE, G. Lei de Incentivo ao Esporte: aplicação nas manifestações do esporte e captação de recursos. **Efdeportes.com**, Buenos Aires, n. 15, 2010.

CLUBE CURITIBANO. **Esportes**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.clubecuritiba.com.br/esportes.php>>. Acesso em 03 jun. 2017.

COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES (CBC). Histórico. **Nossa História**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://cbclubes.org.br/historico/nossa-historia>>. Acesso em 03 mai. 2017.

_____. Transparência. Gestão de Recursos da Lei nº 9.615/98. **Prestação de Contas**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://cbclubes.org.br/gestao-de-recursos-da-lei-n-961598/prestacao-de-contas>>. Acesso em 03 mai. 2017.

_____. Transparência. Gestão de Recursos da Lei nº 9.615/98. **Prestação de Contas**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://cbclubes.org.br/gestao-de-recursos-da-lei-n-961598/prestao-de-contas>>. Acesso em 21 ago. 2018.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Sobre o COB**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil/origem-dos-recursos>>. Acesso em 22 jun. 2017.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Gestão de Recursos**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/tabelas.php>>. Acesso em 22 jun. 2017.

CORREIA, J. C. A. O financiamento público do 3º setor nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, 2016.

CUBIZOLLES Sylvain. Finding a new identity for a township club – the case of the Mighty 5 Star in Stellenbosch. **The International Journal of the History of Sport** Vol. 28, No. 15, October 2011, 2191–2205.

CURITIBANO, Clube. **Estatuto de 1945**. Impresso na Secção Gráfica da Editora Guaíra Limitada, Curitiba. Disponível em Acervo do Clube Curitibano, Centro de Memórias.

CURITIBANO, Clube. **Acervo de documentos e imagens**. Disponível no Centro de Memórias.

DAY, Dave. VAMPLEW, Wray. Sports History Methodology: Old and New. *The International Journal of the History of Sport*, 2015; Vol. 32, No. 15, 1715–1724.

ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993. 1v.

_____. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.

_____. **A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENTERTAINMENT AND SPORTS PROGRAMMING NETWORK (ESPN). **Confederação levou R\$ 236 milhões para investir no esporte mas aplicou quase tudo na poupança e não usou**. Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/664500_confederacao-levou-r-236-milhoes-para-investir-no-esporte-mas-aplicou-quase-tudo-na-poupanca-e-nao-usou>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

ENTREVISTADO I. [jun. 2018]. Entrevista I. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018. O roteiro da entrevista encontra-se transcrito no apêndice desta dissertação.

ENTREVISTADO II. [jun. 2018]. Entrevista II. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018.

ENTREVISTADO III. [jun. 2018]. Entrevista II. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018.

ENTREVISTADO IV. [jun. 2018]. Entrevista II. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018.

ENTREVISTADO VI. [jun. 2018]. Entrevista II. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018.

ENTREVISTADO VII. [jun. 2018]. Entrevista II. Entrevistador: Caetano, Cristiano, Israel. Curitiba, 2018.

ESTADÃO. **Orlando Silva critica vaidade de políticos**. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,orlando-silva-critica-vaidade-de-politicos,26970>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

FRANÇA JR, N. da R.; FRASSON, A. C. Lei de Incentivo ao Esporte: Uma forma de inovação tecnológica na captação de recursos financeiros para o esporte no município de Ponta Grossa- Panorama 200-200. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, n. 3, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

HOULIHAN, B; GREEN, M. **Comparative Elite Sports Development**. Systems, Structures, and public policy. London: Elsevier, 2008.

HOLT, Richard. Historians and the History of Sport. **Sport in History**, 2014 Vol. 34, No. 1, 1–33, <http://dx.doi.org/10.1080/17460263.2013.851616>

HUGGINS, Mike. The Visual in Sport History: Approaches, Methodologies and Sources. **The International Journal of the History of Sport**, 2015 Vol. 32, No. 15, 1813–1830.

HUGHSON, John. Ways of Seeing, Ways of Telling: From Art History to Sport History. **The International Journal of the History of Sport**, 2015 Vol. 32, No. 15, 1799–1803.

JAMES, Gary. Historical Frameworks and Sporting Research. **The International Journal of The History of Sport**, 2016.

JAMES, Gary. Sport History Relevance and How We Need to Engage. **The International Journal of The History of Sport**, 2017 Vol. 34, nos. 5–6, 351–356

JOHNES, Martin. Archives and Historians of Sport. **The International Journal of the History of Sport**, 2015 Vol. 32, No. 15, 1784–1798.

Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 24 de setembro de 1.881;

Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 1º de outubro de 1.881;

Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 10 de dezembro de 1.881;

Jornal Dezenove de Dezembro, ano XXVIII, de 31 de dezembro de 1.881;

KAY, Joyce. 'Maintaining the Traditions of British Sport'? The Private Sports Club in the Twentieth Century. **The International Journal of the History of Sport**, 2013 Vol. 30, No. 14, 1655–1669.

KRUGER, Michael. The History of German Sports Clubs: Between Integration and Emigration. **The International Journal of the History of Sport**, 2013 Vol. 30, No. 14, 1586–1603.

López-Crespo, C. y Castejón-Oliva, F.J. (2017). Mujer y pintura deportiva: la colección del Consejo Superior de Deportes (España) / Women and Sport Painting: Collection of Superior Council of Sports (Spain). **Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte** vol. 17 (65) pp. 101-119.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACDONALD, Charlotte. Histories Beyond the Boundaries. **The International Journal of The History of Sport**, 2017 Vol. 34, nos. 5–6, 383–387.

MACLEAN, Malcolm. A Gap but Not an Absence: Clubs and Sports Historiography. **The International Journal of the History of Sport**, 2013 Vol. 30, No. 14, 1687–1698.

MAGUIRE, Joseph A. Studying sport through the lens of historical sociology and/or sociological history. **Sport in Society**, Vol. 14, No. 7/8, September–October 2011, 872–882

MARTINES, I. C.; MEZZADRI, F. M. Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE. 2007.

MASCARENHAS, F.; TEIXEIRA, M. R. ; MATIAS, W. B. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, p. 284-290, 2017.

MATIAS, W. B. et al. A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95, 2015.

MEZZADRI, F.M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais** [tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física; 2000.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco; 2004.

MORAES E SILVA, M. Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918) [tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2011.

OLDFIELD Samantha-Jayne. Narrative Methods in Sport History Research: Biography, Collective Biography, and Prosopography. **The International**

Journal of the History of Sport, 2015 Vol. 32, No. 15, 1855–1882.

PARANÁ, Biblioteca Pública: Divisão de Documentação Paranaense. Microfilmagens. Caixa 04 e 27.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4ª ed. Paris: Gradiva/Lisboa, 1995.

Revista Club Curitybano, Anno I. N. 1, de 16 de janeiro de 1.890;

Revista Club Curitybano, Anno I. N. 2, de 31 de janeiro de 1.890;

Revista Club Curitybano, Anno I. N. 3, de 16 de fevereiro de 1.890;

Revista Club Curitybano, Anno VI. N. 6, de 34 de março de 1.895;

Revista Club Curitybano, Anno VI. N. 15, de 15 de agosto de 1.895;

Revista Club Curitybano, Anno VII. N. 5, de 15 de maio de 1.896;

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social e outros escritos. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. M.; MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R. Políticas públicas para os jovens talentos esportivos no Brasil: desvendando a “Rede Nacional de Treinamento”. **Educación Física y Ciencia**, v. 20, 2018.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.

SKILLEN, Fiona and OSBORNE Carol. It's Good to Talk: Oral History, Sports History and Heritage. **The Internacional Journal of the History of Sport**, 2016.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de auditoria**. TC 026.325/2015-2. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=TCU+026.325&ie=UTF-8&oe=UTF-8>>. Acesso em 19 novembro de 2018.

UOL Notícias. **Ex-pivô Karina vira "rainha do dinheiro" do Ministério do Esporte**. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/basquete/ultimas/2009/04/24/ult4356u3616.jhtm>>. Acesso em 05 de agosto de 2019.

VIGARELLO, Georges. **Le sport dopé**. Esprit (1940-), 1999, 75-91.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA GESTORES

Título da Pesquisa: *“Continuidades e rupturas na legislação do esporte brasileiro: uma análise da criação do Comitê Brasileiro de Clubes”*

Objetivo: essa investigação tem por finalidade analisar a origem do CBC, o processo envolvendo continuidades e rupturas quanto a redesignação deste Comitê ao longo do tempo, as relações de poder envolvidas, suas conquistas atuais, impactos na formação de atletas, clubes e projeções para o futuro.

Informações Gerais do Entrevistado

Nome completo:

Instituição:

Função:

Período que exerce tal função:

Idade: _____

Formação: _____

Instituição: _____ Ano de formatura: _____

Possui curso de atualização? () sim () não Ano do último curso? _____

Possui curso de pós-graduação? () especialização () mestrado () doutorado
() não possuo.

Pós-Graduação em: _____

“Caro colega, gostaria que o senhor fosse sincero e respondesse as questões que achar pertinentes, refletindo com tranquilidade”.

- O senhor foi atleta? Técnico? Qual sua relação com o esporte? Fale um pouco da sua trajetória?

SUMÁRIO

1. Origens do CBC
2. Inserção no Sistema Nacional de “Desporto”
3. Transformação em Comitê Brasileiro de Clubes
4. Impacto nos Clubes

5. Prestação de Contas
6. Formação de Atletas de Rendimento
7. Rede Nacional
8. Perspectivas para o futuro

1) ORIGENS DO CBC

- 1.1) O senhor participou da criação da então Confederação Brasileira de Clubes na década de 90?
- 1.2) Quem foi (ou foram) a (s) pessoa (s) que vislumbrar (am) a necessidade de criar a Confederação e por que.
- 1.3) Quantos e quais Clubes participaram da formação inicial da Confederação Brasileira de Clubes na década de 90?
- 1.4) Quem foi o primeiro dirigente da Confederação? Qual era a principal função da Confederação Brasileira de Clubes nesta época?
- 1.5) O senhor sabe nominar todos os ex-presidentes da entidade?
- 1.6) A primeira sede da Confederação Brasileira de Clubes foi instituída em Campinas-SP. Por qual razão foi criada a sede em Brasília-DF?
- 1.7) Sabe informar quantos Congressos foram realizados com o apoio da Confederação Brasileira de Clubes e a finalidade?
- 1.8) No ano de 2001, a Confederação é reconhecida pelo Conselho Nacional do Esporte, como ocorreu o processo deste reconhecimento? (pessoas envolvidas, documentos existentes, etc.) Neste mesmo ano de 2001, a Confederação Brasileira de Clubes já passou a ter um assento junto ao Conselho Nacional do Esporte?
- 1.9) Neste período como era a relação entre o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico e Paralímpico e a antiga Confederação Brasileira de Clubes?
- 1.10) Os Clubes estavam satisfeitos com os incentivos e projetos disponibilizados pelo COB, CPB e Ministério do Esporte?

2) INSERÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE “DESPORTO”

- 2.1) A Lei Federal nº 12.395/2011, inseriu o CBC no Sistema Nacional do Desporto, desde quando o CBC busca este reconhecimento? (citar histórico, projetos de lei, contatos com parlamentares, etc);

2.2) A Lei Federal nº 12.395/2011 foi resultado da conversão da Medida Provisória nº 502/2010 propostas por Orlando Silva (ministro do esporte) e Guido Mantega (ministro da fazenda e do planejamento), porém, o CBC não estava contemplado na redação da medida provisória, porque?

2.3) A alteração legislativa de 2011 definiu que 1/6 dos recursos destinados ao Ministério do Esporte referente ao adicional de 4,5% incidente sobre cada bilhete dos concursos de prognósticos (o que corresponde a aproximadamente 0,5% desta arrecadação) passou a ser destinada ao CBC, de que forma e quais foram os atores envolvidos neste processo para aprovação da norma? (quem elaborou, qual ou quais parlamentares, agentes políticos, servidores ajudaram?)

2.4) Em algum momento houve proposta para retirar percentual dos prognósticos do COB, CPB e repassar para o CBC? Em caso positivo, houve resistência?

2.5) A lei que inseriu o CBC no Sistema Nacional de Desporto é de 2011, porém, o Decreto Federal (7.984) que regulamentou a Nova Lei Pelé e definiu a descentralização destes recursos foi aprovado somente em 2013. Porque ocorreu esta demora? O CBC foi ouvido quando da elaboração do decreto?

2.6) Os recursos de 0,5% que são repassados ao CBC, são suficientes para atender a demandas dos clubes, quanto a formação de atletas de rendimento e alto rendimento?

2.7) Entre 2011 e maio de 2014, como os recursos não podiam ser descentralizados para os Clubes, os valores foram mantidos em caderneta de poupança. Este contingenciamento atraiu maior número de interessados em se filiar ao CBC? Com a queda da disponibilidade (R\$ 270 milhões) há receio de reduzir o número de interessados nos editais dos próximos anos?

3) TRANSFORMAÇÃO EM COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES

3.1) Porque a nomenclatura da Confederação Brasileira de Clubes foi alterada para Comitê Brasileiro de Clubes conforme Assembleia Geral Extraordinária de 23/11/2016?

3.2) Com a nova configuração do CBC, os Clubes formadores de atletas passaram a integrar um Subsistema específico. Quais as principais mudanças

que o senhor identifica? (desvinculação total ou parcial do COB, CPB, ME; maior facilidade de acesso, etc.)

3.3) A configuração atual do CBC (estrutura, organização, aprovação de projetos, etc.), teve inspiração em algum outro modelo nacional ou internacional?

3.4) Houve alteração da estrutura do CBC em virtude da nova configuração? (aumento no número de colaboradores, aquisição de móveis e imóveis, etc.)

3.5) Como foram realizadas as contratações dos funcionários do CBC?

3.6) O senhor acredita que outras Confederações, como a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDs), entre outros também vão buscar a autonomia de um subsistema nos moldes do CBC?

4. IMPACTO NOS CLUBES

4.1) Há maior facilidade dos clubes em acesso financeiro se comparado a realidade anterior ao CBC? Qual é o impacto nos clubes após o CBC?

4.2) O CBC é uma entidade civil de natureza esportiva que descentraliza recursos extra orçamentários para os clubes brasileiros. Segundo levantamento da CBC em 2015 eram 88 Clubes filiados e vinculados. Quantos clubes estão hoje filiados/vinculados ao CBC e qual o percentual que isto representa do total de clubes existentes no Brasil?

4.3) Quais foram as dificuldades iniciais enfrentadas pelos Clubes para serem “filiados”, ou seja, para tornarem-se aptos a receber recursos públicos? A maioria já está adaptada aos artigos 18 e 18-A (lei federal 12.868/2013)?

4.4) A Instrução Normativa nº 03/2013 do CBC instituiu o Cadastro Geral de EPDs (Entidades de Práticas Desportivas) filiadas. Quem definiu os critérios para filiação de novos clubes ao CBC? Há um limite?

4.5) Como foi definido o conceito de “Clube Formador de Atleta”? (aquele que recebe os recursos) uma vez que nem a legislação nem o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), define o que é “Clube”?

4.6) Como é feito o processo de avaliação estatutária, regimental, fiscal e de infraestrutura física e de gestão dos Clubes pelo CBC? O Corpo Técnico do CBC desloca até a estrutura do Clube? (para firmar parceria com o CBC o

Clube deve atender as normas de convênio com a União (Decreto 6.170/2007), Portaria Interministerial 507/2011, e a partir de janeiro de 2016 pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016)?

4.7) Em qual região do país estão concentrados os clubes que mais aderem aos projetos e foram contemplados pelo CBC?

4.8) O número atual de clubes é suficiente para atender a demanda de esportes de rendimento e alto rendimento a nível nacional?

4.9) Há previsão de aumentar o número de clubes filiados?

4.10) O corpo técnico do CBC auxilia os clubes vinculados (não filiados) em relação a alterações estatutárias, regularização de dívidas e outros para estarem aptos a receber verbas públicas federais, por meio de e-mail, atendimento telefônico, recepção na sede da CBC (outros)? Há previsão de visitas técnicas nas sedes dos Clubes?

4.11) Há estudos para inserir “Associações Esportivas” no conceito de EPDs (Entidades de Práticas Desportivas)?

4.12) O art. da Lei Federal prevê o repasse de 10% para o Desporto Escolar e 5% para o Desporto Universitário, quantos editais de chamamento externo de projetos (CBDEscolar e CBDUniversitário), foram realizados pelo CBC? Quais os critérios para escolha das entidades que desenvolvem os projetos?

4.13) O Regulamento de Descentralização de Recursos do CBC autoriza a descentralização de verbas para todos os esportes de integram o COB e o CPB, exceto o Futebol Masculino, porque?

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1) Os Clubes prestam contas ao CBC, e o CBC para o Tribunal de Contas da União, Ministério do Esporte e Ministério da Educação. Segundo informações do Relatório de Gestão da Diretoria as contas foram aprovadas pelo TCU. Já aconteceu da prestação de contas dos Clubes serem reprovados?

5.2) Os Clubes devolvem recursos que não são utilizados? Qual a destinação deles?

5.3) A Portaria nº 01/2014 do Ministério do Esporte disciplinou critérios e limites para despesas administrativas em 20% (CBC e Clubes). Atualmente,

quais são limites para gastos administrativos (atualizado) e os limites para o repasse descentralizado de verbas para os clubes?

6. FORMAÇÃO DE ATLETAS DE RENDIMENTO

6.1) Antes da atual configuração do CBC, qual órgão provia o maior incentivo financeiro para os clubes? (COB, CPB, Ministério do Esporte)

6.2) Com a nova configuração do CBC, houve aumento no número de atletas Federados ligados aos Clubes?

6.3) Clubes que foram contemplados com incentivos do CBC abrem espaço para atletas que não são associados. Esta abertura é obrigatória? Há divulgação para população em geral? de que forma os clubes tem trabalhado com esta questão?

6.4) Os associados dos clubes vêm com bons olhos atletas não associados frequentando as dependências do clube?

6.5) Segundo o relatório de gestão do CBC, 84% dos atletas que participaram das olimpíadas do Rio 2016 são originários dos clubes, o senhor acredita que este número irá se alterar?

6.6) Qual o principal impacto para os atletas de rendimento, com o atual incentivo oriundo do CBC? (há maior participação em competições, melhores equipamentos, melhor estrutura, etc)

6.7) Há participação de atletas nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da entidade?

6.8) Por que o atleta de alto nível treina muito fora do país? O que o senhor pensa disso? (falta de estrutura dos clubes?)

7. REDE NACIONAL - CLUBES

7.1) Com a atual configuração do CBC, os clubes filiados passaram a constituir uma Rede Nacional de entidades formadoras?

7.2) Caso negativo qual a principal dificuldade?

7.3) Qual o papel do CBC dentro do processo de desenvolvimento do alto rendimento?

7.4) O CBC participou da discussão junto com juristas do Senado do anteprojeto de lei que discute a Lei Geral do Esporte e na Câmara dos Deputados a que discute um Novo Sistema Nacional do Esporte. Na visão do

senhor o que é necessário para criação de um Sistema Nacional do Esporte que seja eficiente no alto rendimento?

7.5) Quais os resultados dos Congressos Brasileiros de Clubes realizados em 2014 e 2015?

7.6) Quais os diagnósticos obtidos dos Clubes Filiados e Vinculados, pelo 1º Fórum de Presidente de Clubes realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2015?

7.7) Quais os diagnósticos obtidos do 1º e 2º Seminários Nacionais de Formação Esportiva, ocorrida em dezembro de 2015 (política de formação atletas – participação de 58 representantes dos Clubes)?

7.8) Os Clubes filiados participam de reuniões periódicas? Compartilham experiências?

7.9) O CBC possui algum plano para interligar as práticas dos treinadores de formação de alto rendimento?

7.10) O CBC possui algum projeto para detecção de Jovens Talentos Esportivos?

7.11) Quais os principais eventos esportivos nacionais ou regionais promovidos pelo CBC? (art. 3º, parágrafo único, letra “d” do Estatuto)

7.12) O CBC já promoveu eventos para aprendizagem profissional, gestão, e aperfeiçoamento profissional para os técnicos que já atuam na formação de atletas olímpicos e paraolímpicos?

7.13) Qual foi a participação da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE), Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), na elaboração do Plano Estratégico do CBC para o ciclo 2016-2020?

7.14) Como é a interação atual do CBC com outras responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento (clubes, ligas, federações, confederações, COB, CPB, Ministério)? Como ocorre a comunicação?

7.15) Quais são os pontos positivos e negativos do esporte de rendimento e alto rendimento no país?

8. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

8.1) Além dos projetos de um campeonato brasileiro escolar de basquete, escolar de vôlei de praia, e os interclubes, há projeção de outros semelhantes?

8.2) Após a assinatura do protocolo de intenções com a Associação Brasileira de Controle Antidopagem, foram realizadas ações tendentes a zelar pela saúde dos atletas?

8.3) Vários fatores permeiam a política do paradesporto em nível nacional, reduzindo as possibilidades de atuação nos clubes formadores, como a ausência de escolinhas de formação de atletas paraolímpicos (em geral os para atletas iniciam a carreira esportiva já adultos, pela pouca oferta de oportunidades na infância); a falta de acessibilidade das instalações esportivas no país (poucos são os locais integralmente adaptados, sejam prédios públicos ou privados); e ainda a dificuldade de locomoção dos para atletas. Diante deste cenário, há possibilidade de serem lançados editais para adaptação das estruturas do clube para atender os para atletas?

8.4) Além da subsede de Brasília, o CBC pensa em criar novas subsedes em outras regiões do Brasil ou transferir a sede de Campinas?

8.5) Quais os objetivos que ainda não foram alcançados pelo CBC?

8.6) Há perspectiva de criar novas metas? Quais os próximos passos?

8.7) Na opinião do senhor, falta algo para o atleta do país? Em qual setor (formação, alto nível), o que falta?

8.8) O que o senhor achou do desempenho do Brasil na Olimpíada do Rio 2016 e qual a expectativa para as próximas?

8.9) Já tem planos para o futuro?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA AGENTES

Título da Pesquisa: *“Continuidades e rupturas na legislação do esporte brasileiro: uma análise da criação do Comitê Brasileiro de Clubes”*

Objetivo: essa investigação tem por finalidade analisar a origem do CBC, o processo envolvendo continuidades e rupturas quanto a redesignação deste Comitê ao longo do tempo, as relações de poder envolvidas, suas conquistas atuais, impactos na formação de atletas, clubes e projeções para o futuro.

Informações Gerais do Entrevistado

Nome completo:

Instituição:

Função:

Período que exerce tal função:

Idade: _____

Formação: _____

Instituição: _____ Ano de formatura: _____

Possui curso de atualização? () sim () não Ano do último curso? _____

Possui curso de pós-graduação? () especialização () mestrado () doutorado
() não possuo.

Pós-Graduação em: _____

“Caro colega, gostaria que o senhor fosse sincero e respondesse as questões que achar pertinentes, refletindo com tranquilidade”.

- Possui alguma relação com o esporte? Fale um pouco da sua trajetória?

(1) Qual a função que o senhor (a) exerce no CBC?

(2) Qual era a atividade que exercia anteriormente? Possuía relação com a atual?

(3) Descreva detalhadamente as tarefas que executa.

(4) Em que estrutura do CBC se enquadra sua função?

(5) Poderia demonstrar na prática como executa suas tarefas?

- (6) Há um *check-list* padronizado pelo CBC que o senhor (a) segue?
- (7) Existem normativas internas que definem a sua tarefa? Em caso positivo ele padroniza processos internos?
- (8) Realiza contato com as Entidades de Prática Esportiva? Em caso positivo de que forma? (correio eletrônico; plataforma eletrônica; telefone; etc.)?
- (9) Qual a principal dificuldade que as Entidades de Prática Esportiva encontram?
- (10) O senhor (a) já identificou falhas (erros) nos projetos apresentados pelos clubes? Em caso positivo quais as principais?
- (11) Poderia citar qual (is) clube (s) participam mais dos editais do CBC e os que registram maior aprovação de projetos? Em sua opinião qual a (s) razão (ões) do melhor aproveitamento destes clubes?
- (12) Já realizou visitas técnicas e/ou vistorias em clubes? Qual o objetivo e quais aspectos foram analisados?
- (13) A atividade exercida se submete à fiscalização de algum órgão interno ou externo ao CBC? Qual (is)?
- (14) O (s) órgão (s) de fiscalização apresentaram algum apontamento? Qual (is)?
- (15) Em sua opinião quais são os pontos fortes e os pontos fracos (ou que podem ser melhorados) no CBC?
- (16) Poderia disponibilizar documentos para consulta?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Cristiano Israel Caetano, aluno de pós-graduação, pesquisador da Universidade Federal do Paraná, convido o senhor(a) _____, dirigente/colaborador na entidade _____, localizada na cidade de _____ a participar de um estudo intitulado “Continuidades e rupturas na legislação do esporte brasileiro: análise da criação do Comitê Brasileiro de Clubes”. Esta pesquisa é importante porque nos auxilia na compreensão do funcionamento do sistema de formação de atletas, e neste meio, o principal espaço, quais sejam os clubes, ampliando a discussão sobre a inserção de uma nova entidade (CBC) que além de financiar, planeja, organiza e influencia decisivamente o esporte de rendimento e alto rendimento no Brasil.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar como as rupturas e continuidades na legislação brasileira para o esporte – que transformaram a Confederação Brasileira de Clubes em Comitê Brasileiro de Clubes – impactaram no gerenciamento e na formação de atletas de rendimento e alto rendimento nos clubes brasileiros, tendo como enfoque o Clube Curitibano.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário se deslocar até o local de aplicação da entrevista uma única vez (ressalvado quando por algum motivo de causa maior não for possível realizar a aplicação da entrevista na primeira tentativa). As entrevistas serão previamente marcadas em um horário combinado entre o pesquisador e o participante. O local de aplicação da entrevista será o laboratório do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da UFPR, presente no Departamento de Educação Física da UFPR – DEF. O laboratório situa-se no quarto andar do prédio do Departamento de Educação Física da UFPR, e intitula-se: Sala de estudos do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS). Caso algum dos participantes ou o próprio pesquisador, opte por realizar em outro lugar, será solicitado, preferencialmente, que se garanta uma sala com privacidade e instalações suficientemente adequadas.

As entrevistas serão gravadas com equipamentos eletrônicos de gravação de áudio. O material será usado para os propósitos dessa pesquisa e poderá ser utilizado em pesquisas complementares em função dos resultados obtidos.

c) Para tanto você deverá comparecer no laboratório do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da UFPR, presente no Departamento de Educação Física da UFPR – DEF. O laboratório situa-se no quarto andar do prédio do Departamento de Educação Física da UFPR, e intitula-se: Sala de estudos do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) ou outro lugar a combinar para realizar a aplicação da entrevista, o que levará aproximadamente 30 a 60 minutos. A duração das

Participante da Pesquisa [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientador [rubrica]

entrevistas podem variar, tendo em vista que são semiestruturadas e dependem da fala do próprio entrevistado.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a ordem moral, emocional ou espiritual durante a realização de alguma pergunta. Entretanto, vale ressaltar que ante a presença de qualquer constrangimento e/ou inquietação cessará de imediato a entrevista ficando a cargo do participante a continuidade e validação do que tiver sido realizado.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem impedir o completo êxito do projeto, estando adstritos às falhas dos equipamentos eletrônicos, quando da gravação ou por erro humano. Além disso, como anteriormente citado, podem existir riscos não mensuráveis de ordem moral, emocional ou espiritual durante a realização de alguma pergunta.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: contribuir para a compreensão dos aspectos determinantes para o desenvolvimento esportivo, colaborando tanto para nortear a implementação de políticas públicas voltadas ao esporte no país, quanto para analisar o êxito das mesmas, a possibilidade de gerar subsídios para que futuramente outros órgãos, estabeleçam programas que auxiliem no desenvolvimento esportivo brasileiro, em sua manifestação de rendimento, educacional e do Exército, além de compreender como ocorre a formação de um atleta olímpico, quais os intervenientes que contribuem para este processo, qual a perspectiva do técnico, gestores, atletas e colaboradores sobre o treinamento, instalações esportivas, qual o papel dos órgãos relacionados com a formação e treinamento, e identificar possíveis lacunas no sistema nacional de esporte do país. Embora, nem sempre você seja diretamente beneficiado por sua participação nesse estudo.

g) Os pesquisadores Professor Doutor Fernando Renato Cavichioli, telefone: (41) 3360-4322, e-mail: cavica@hotmail.com, Cristiano Israel Caetano, cristianopmpr@gmail.com, responsáveis por este estudo poderão ser localizados às terças e quintas entre as 14h e 16h no endereço físico institucional à Rua Coração de maria, nº92, Jardim Botânico, Campus da UFPR, CEP 80210-13, na sala do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da UFPR, presente no Departamento de Educação Física da UFPR-DEF. O laboratório situa-se no quarto andar do prédio do Departamento de Educação Física, e intitula-se: Sala de estudos do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Participante da Pesquisa [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientador [rubrica]

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. (Professor Doutor Fernando Renato Cavichioli - orientador) no entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**.

j) O material obtido – gravações das entrevistas, questionários – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa dentro de 5 anos.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa como por exemplo, transporte, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, mantendo o total sigilo das informações cedidas.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) Autorizo (), não autorizo (), o uso de minha imagem e áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a realização de transcrições para posterior análises.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba-PR ou Brasília-DF, ____ de _____ de ____

[Assinatura do Participante da Pesquisa]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]